



UFPE – UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CFCH – CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA

VIRGÍNIA AREIAS PEREIRA

HERANÇA ESCRAVOCRATA E TRABALHO
DOMÉSTICO REMUNERADO
Rupturas e permanências

Recife
2012

VIRGÍNIA AREIAS PEREIRA

HERANÇA ESCRAVOCRATA E TRABALHO
DOMÉSTICO REMUNERADO
Rupturas e permanências

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal de Pernambuco, sob orientação da Professora Dra. Josefa Salete Barbosa Cavalcanti e co-orientação da Professora Dra. Tânia Neumann Kaufman, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Antropologia.

Recife

2012

VIRGÍNIA AREIAS PEREIRA

HERANÇA ESCRAVOCRATA E TRABALHO
DOMÉSTICO REMUNERADO
Rupturas e permanências

Dissertação apresentada ao Programa de
Pós-graduação em Antropologia da
Universidade Federal de Pernambuco
como requisito parcial para a obtenção do
título de Mestre em Antropologia.

Aprovada em: 28/02/2012

BANCA EXAMINADORA

Professora Doutora Josefa Salete Barbosa Cavalcanti (Orientadora - UFPE)

Professora Doutora Tânia Neumann Kaufman (Coorientadora – PPGA/UFPE)

Professor Doutor Antonio Carlos Motta de Lima (Examinador Titular Interno – UFPE/PPGA)

Professora Doutora Cornelia Eckert (Examinadora Titular Externa - UFRGS)

Recife, 2012

Catálogo na fonte
Bibliotecária Maria do Carmo de Paiva CRB-4 1291.

P436h Pereira, Virgínia Areias.
 Herança escravocrata e trabalho doméstico remunerado : rupturas e permanências / Virgínia Areias Pereira. - Recife: O autor, 2012.
 114 f. : il. ; 30 cm.

 Orientador: Prof.^a Dr.^a Josefa Salete Barbosa Cavalcanti.
 Co-orientadora: Prof.^a Dr.^a Tânia Neumann Kaufman.
 Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco, CFCH. Programa de Pós-Graduação em Antropologia, 2012.
 Inclui bibliografia.

 1. Antropologia. 2. Emprego – Domésticas. 3. Serviços. 4. Autoridade.
 I. Cavalcanti, Josefa Salete Barbosa. (Orientador). II. Kaufman, Tânia Neumann. (Co-orientador). III. Título.

301 CDD (22.ed.)

UFPE (CFCH2012-50)

Para meu avô Rubem e minha avó Lurdes,
sempre.

AGRADECIMENTOS

Esta dissertação presume muitas dívidas. Em primeiro lugar quero agradecer aos amigos espirituais por todas as oportunidades que favoreceram meu crescimento pessoal e proporcionaram encontros felizes, nesta trajetória acadêmica, com pessoas que me deram todo apoio e credibilidade.

Agradeço à minha orientadora, professora Josefa Salete Cavalcanti, por sua solidariedade e estímulo intelectual. A generosidade com que compartilhou conhecimentos e experiências se constituiu não apenas num dos grandes incentivos para o processo de elaboração e amadurecimento desta dissertação, mas representou também um referencial para a conduta e o comportamento que pretendo adotar em meus investimentos futuros no terreno da docência.

A Tânia Kaufman, minha coorientadora, que acompanhou os passos desta jornada, o meu agradecimento e reconhecimento especial. Na qualidade de mestra, ela apontou caminhos e contribuiu de modo eficiente e fundamental para o aperfeiçoamento deste trabalho.

Agradeço aos professores do PPGA pela solidariedade oferecida, em especial ao professor Antônio Motta por sua competência para redirecionar o “pensamento pronto” e mostrar que “o objeto deve ser auxiliado pelas teorias, mas não aprisionado por essas”.

A todos/todas os/as meus/minhas colegas do curso que me presentearam com afeto e alegria. O convívio com eles/elas significou um dos grandes incentivos nesta caminhada. Sou grata, especialmente, a Lilian Silva, Eduardo Araripe e Paula Rodrigues pela atenção e cuidados dispensados nos momentos certos. Quero destacar minha gratidão a Luciano Borges, um dos grandes presentes do ano de 2010. Laço fraterno, encontro indispensável, Luciano tem todo o meu amor.

Meus agradecimentos à professora Maria Auxiliadora Ferraz, primeira pessoa a quem busquei para refletir sobre as ideias iniciais que me trouxeram aqui. Desconfiada do sucesso de minhas apostas, tive nela a grande amiga, encontrando em seus conselhos e entusiasmo a força necessária para amadurecer minhas ideias

acerca do objeto e prosseguir com “aquele” projeto, à época tão aparentemente distante.

A todos/todas os/as funcionários do PPGA que estiveram presentes no dia a dia, acolhendo nossas solicitações com carinho.

Às trabalhadoras que participaram como sujeitos da pesquisa, eu quero registrar um agradecimento especial. A ampliação do conhecimento a respeito de um universo depende efetivamente da generosidade daqueles/daquelas que o/a compõem enquanto agentes e interlocutores. Encontrei profissionais inteiramente dispostas a colaborar com este estudo, apesar do tempo livre tão diminuto.

Sou grata a CAPES por financiar esta pesquisa.

Por fim, quero expressar meus agradecimentos:

A Leo, meu companheiro, pela força, pela cumplicidade e por todo seu amor. Foi ele quem me acudiu nos momentos mais tensos, com imensa dedicação.

À minha mãe, Eutália, registro aqui a minha eterna gratidão. Palavras não podem traduzir o respeito e a admiração que tenho pelo amor que tudo acolhe e tudo perdoa. Presença constante, ela foi o antídoto para as horas de desânimo, ajudando-me a superar as inseguranças com sábios conselhos e fé revigorante.

A Nelson, pelo acolhimento, pelo sorriso incentivador e pelos olhos confiantes.

A Rita, minha irmã, pela sensibilidade e paciência que deram frutos a conversas infindáveis, conduzindo-me permanentemente a novas reflexões.

A meu irmão e a meu pai, verdadeiros amigos.

A Karina, prima querida, que se fez presente com amizade e incentivo.

A tia Lurdinha, Alice, Carol e Patrícia pelos cuidados e afetos ofertados diariamente.

A tia Célia e tio João pelo entusiasmo contagiante.

A meu sogro e minha sogra e a meu cunhado e cunhada pelo carinho dispensado nas palavras e gestos.

Roberta, Simone, Débora, Luísa e Sofia, companheiras de toda a vida, atenuaram minhas inseguranças com credibilidade e bom humor.

A João Paulo, meu amigo, pela dedicação e paciência na revisão normativa desta dissertação.

Um muito obrigada a todos/todas que fizeram junto a mim essa caminhada.

RESUMO

Nesta dissertação reunimos contribuições sócio-antropológicas para refletir sobre o serviço doméstico remunerado a partir de uma perspectiva histórico-cultural. O conceito de emprego doméstico e as noções de *servilismo indecente* e de autoridade, defendidas por Sennett, são tomadas como referências para a análise dos dados empíricos. Além da revisão bibliográfica sobre o tema, abordamos o imaginário social - alimentado por longos anos de escravidão -, para pensar sobre as sutilezas ideológicas que dão sentido e “forma” à atividade hoje. O trabalho de campo foi realizado na cidade do Recife no ano de 2011, quando foram ouvidas quinze empregadas domésticas. Os achados empíricos revelaram diferenças de percepções e vivências particularmente assinaladas pelas representações geracionais. Grosso modo, o emprego doméstico adquiriu significações de fatalidade (consequências “naturais” das relações de gênero e de classe) para as mulheres mais velhas enquanto as mais jovens perceberam a ocupação como secundária e transitória. A atividade é fortemente marcada por ambivalências evidenciadas no dia-a-dia, mas as afetividades desenvolvidas não dissolvem as “distâncias sociais” entre os sujeitos da relação. Os depoimentos colhidos revelaram que a regulamentação plena da profissão no Brasil tem efeito positivo na autoestima das trabalhadoras, por outro lado, vantagens típicas do “mundo informal”, como as trocas de “agrados”, são apontadas pelas profissionais como aspectos positivos relevantes no serviço doméstico remunerado. O sentimento de exploração demasiada e do *servilismo indecente* foi manifestado em diferentes níveis por quase todas as entrevistadas, mas sofreu variações de acordo o vínculo contratual: mensalista ou diarista.

Palavras-chaves: Emprego doméstico. Ambivalências. Servilismo. Autoridade.

ABSTRACT

In this dissertation we put together socio anthropological contributions to think about the gainful domestic service from a historical cultural perspective. The concept of domestic job and the notions of *indecent sycophancy* and authority, defended by Sennett, are taken as references for the empiric data analysis. Besides the bibliography review on the theme, we will approach the social imaginary – fed by long years of slavery - , to think about the ideological subtleties which give meaning and “shape” to the activity nowadays. The fieldwork was done in the city of Recife, in the year of 2011, when fifteen maids were heard. The empiric data revealed differences on the perception and existence, particularly pointed by the generational representations. Roughly, the domestic job has acquired meanings of fatality (“natural” consequences of gender and class relations) to the older women while the younger ones noticed the occupation as secondary and temporary. The activity is strongly marked by ambivalences which are substantiated from day to day, but the affectivities developed do not sweeten the “social distances” between the subjects in the relationship. The obtained testimonies revealed that the full regulation of the profession in Brazil has a positive effect in the self-esteem of the maids. On the other hand, typical advantages from the “informal world”, like the “gift” exchange, are pointed by the professionals as relevant and positive aspects from what is worth at the domestic service. The feeling of excessive exploitation and the *indecent sycophancy* was revealed in different levels by almost all the interviewed, but it suffered variations according to the employment link: monthly or daily workers.

Key words: Domestic Service. Ambivalences. Sycophancy. Authority.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Planta arquitetônica de apartamento localizado no Recife.....	63
Figura 2 - mãe negra com filho de criação. Foto: Militão Augusto de Azevedo, 1837-1905	69
Figura 3 - casal de ex-escravos vestidos e penteados à moda européia. Foto de Militão Augusto de Azevedo, 1837 – 1905	69
Figura 4 - Lúcia: “quando precisam durmo no trabalho, ela (a patroa) merece isso.”	77
Figura 5 - Elizabete percebe o emprego de doméstica como algo necessário, mas transitório.	79
Figura 6 - Roberta pretende prestar o vestibular este ano - 2012.	79
Figura 7 - Marília chega em casa depois de mais um dia de trabalho como passadeira.....	85
Figura 8 – Claudete trocou a profissão de doméstica pela a de auxiliar de limpeza numa academia de ginástica: “aqui me sinto menos isolada”.	90
Figura 9 - Rosa: “já me senti como coisa que só prestasse pra servir”	92
Figura 10 - Maria, aposentada, continua “fazendo bico” como doméstica, três vezes por semana.	95
Figura 11 - Cristina, atualmente desempregada: “há sempre uma barreira entre nós” (trabalhadoras e patroas/patrões)	99

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
1. EMPREGADAS DOMÉSTICAS COMO CAMPO DE PESQUISA NO BRASIL	22
1.1 APRESENTAÇÃO	22
1.2 ACERCA DA PRODUÇÃO ACADÊMICA NACIONAL	27
1.3 DAS CONTRIBUIÇÕES	37
2. A SERVIDÃO COMO MODO DE (SOBRE) VIVÊNCIA?	40
2.1 A ATUALIZAÇÃO DA NOÇÃO DE SERVIDÃO: CONTRIBUIÇÕES PARA ESTE ESTUDO	40
2.2 “COM HORA PRA PEGAR E SEM HORA PRA LARGAR”: ELEMENTOS DE UM CAMPO DE CONTRADIÇÕES	52
3. “ENTRE PATROAS E CLIENTES”: O CONTEXTO E OS SUJEITOS DA PESQUISA	71
3.1 O CONTEXTO SOCIAL: EMPREGO DOMÉSTICO NO BRASIL	71
3.2 LAVADEIRAS, COZINHEIRAS, PASSADEIRAS: QUEM SÃO ESSAS MULHERES?	89
CONSIDERAÇÕES FINAIS	102
REFERÊNCIAS	108

INTRODUÇÃO

Considerações Acerca do Objeto

Esta Dissertação traz uma reflexão sobre o trabalho doméstico remunerado¹ e representa a expressão de um desejo alimentado por anos: investigar as condições atuais desse serviço buscando associar as discriminações acerca desta modalidade ao menosprezo pelo trabalho braçal, uma das características de nossa tradição cultural.

Toda a inspiração que conduziu os primeiros esboços esteve associada a uma memória que remete, prioritariamente, à infância – às tramas desenvolvidas pelos cuidados e afetos -, e à percepção das desigualdades e diferenças que assinalavam a relação entre as empregadas e nós, crianças. A escolha da profissão e delineamento do meu projeto de formação pós-graduada em Antropologia guarda estreita relação com essa memória e as possibilidades que me foram abertas por esse campo do conhecimento que se alicerça em sua *paixão pela diferença* (Moore, 1994).

Ainda hoje percebemos, frequentemente, que as rotinas marcadas pela convivência extensiva e intensiva entre patrões (patroas) e empregadas estabelecem obrigações que estão para além das formalizações, se constituindo em condições favoráveis também para o *surgimento* do compromisso afetivo. O embaralhado de sentimentos e percepções representado por emoções antagônicas: frustrações, lealdades, subalternidade e laços de amizade, torna o emprego doméstico espaço diferenciado para o desenvolvimento de relações trabalhistas.

Se há algumas décadas a atividade se confundia mais especificamente com a ajuda contratada² (MELO, 1998), modalidade fortemente marcada pela completa informalidade, sobretudo no Norte e Nordeste, ainda hoje a regulamentação plena

¹ Neste estudo, o trabalho doméstico remunerado será chamado também de serviço doméstico ou emprego doméstico. Nosso foco de análise é a trabalhadora em ocupação remunerada.

² As mulheres eram contratadas para uma espécie de “ajuda extra” e recebiam em troca do serviço abrigo, alimentação e vestimentas, no geral. De modo irregular, retribuíam-se os esforços com uma contraprestação arbitrária de natureza pecuniária. Esta configuração predominou no Brasil até a década de 1960.

da profissão, por muitas razões supomos (econômicas, culturais, institucionais, entre outras), não foi instituída no país. A ausência de uma jornada de trabalho preestabelecida é parte da pauta de reclamações da categoria e corresponde a uma das maiores fontes de conflito e insatisfações generalizadas entre as empregadas domésticas. Essa questão torna-se ainda mais problemática quando envolve situações em que as trabalhadoras precisam dormir no emprego, por força do acordo³ ou por necessidade pessoal⁴.

Os debates que envolvem o reconhecimento de direitos e as novas demandas que afetam a configuração do emprego doméstico na atualidade, inevitavelmente impõem a questão: embora não se possam negligenciar as mudanças, (frutos em larga medida das lutas da grande parcela representativa) não se constitui algo intrigante o fato de que uma ocupação tão antiga quanto disseminada permaneça às margens da regulamentação plena estabelecida para todas as demais profissões no país?

Freyre (1967, p. 51) afirma que herdamos de nossos colonizadores o *sadismo do mando*, refletindo sobre a lógica da tradição conservadora no Brasil que o estabeleceu como mecanismo eficiente na defesa da ordem e da autoridade. O autor imprime um papel ativo ao dominado, quando argumenta que o mandonismo, *com requinte às vezes trágico*, se perpetua em nossas vidas, através de certa cumplicidade passiva de suas vítimas.

Ele explica ainda que, em tempos coloniais, a reputação e distinção de uma família eram informadas, em parte, pelo número de escravos domésticos que a mesma mantinha: as mucamas, as amas de leite, os *muleques*. Era esta relação mais íntima que implicava na manutenção de um “status quo” simbolicamente estabelecido e cotidianamente atualizado.

Uma observação atenta permite captar facilmente o menosprezo pelo “uso das mãos” (FRANCO, 1997) em nossa sociedade, sentimento, talvez, mais

³ Dizemos contrato quando nos referimos às exigências/critérios estabelecidos na oferta de emprego.

⁴ Identificamos, em nossos estudos, duas situações favoráveis à aceitação de um acordo que exija a permanência no local do emprego no início da carreira dessas profissionais e quando se trata de situação que envolve migrações.

fortemente presente na Região Nordeste em decorrência de sua formação histórico-cultural particular.

Entretanto, de modo geral, podemos nos referir à sociedade brasileira como um universo construído - em boa medida e do ponto de vista cultural -, por um imaginário amplamente alimentado por longos anos de escravidão que redefiniu o trabalho braçal como a pior atividade que se conhece. Nessa perspectiva, fazem parte do rol de atividades desvalorizadas, a do pedreiro, do peão de obra, do cortador de cana-de-açúcar, dos carvoeiros, do gari, entre outras tantas. Cunha e Gomes (2007, p. 11) destacam que:

[...] a sujeição, a subordinação e a desumanização que davam inteligibilidade à experiência do cativo, foram requalificadas num contexto posterior [...] no qual relações de trabalho, de hierarquias e de poder abrigaram identidades sociais similares aquelas que determinada historiografia qualificou como exclusivas ou características da relação senhor - escravo.

Se Freyre (1967) tinha, de algum modo, razão -, a internalização do “sadismo do mando” associada ao menosprezo pelo trabalho de natureza braçal constituiria terreno fértil para o florescimento e a configuração do trabalho doméstico predominante na sociedade brasileira, de sua origem aos dias de hoje. A oferta de mão de obra para o serviço doméstico no Brasil, então, representaria, de certo modo e até certo ponto, um dos meios disponíveis para a atualização das relações de classe na esfera doméstica, algo historicamente cultivado em nossa tradição.

Estudos apontam que a manutenção de empregados /empregadas, bem como a exibição pública dos bens, traduzia/construía o status diferenciado que as famílias usufruíam socialmente. O Rio de Janeiro, por exemplo, como capital do império e depois como capital da república, apresentava “um estilo de vida que, em todas as suas variantes, dependia dos criados não apenas para suprir as necessidades da existência diária, mas também para exibir uma posição social de privilégios” (GRAHAM, 1992, p. 20).

No plano simbólico, a distinção encontrada na efetivação do poder, por meio do “sadismo do mando” herdado de nossos antepassados, de acordo com Freyre (1967), e na demarcação de classe na esfera privada, pode ajudar a explicar a frequente contratação de empregadas domésticas também pelas camadas populares de nossa sociedade. Esta realidade põe em xeque as análises que, **de maneira restrita**, relacionam a utilização do trabalho doméstico remunerado a um estilo de vida burguês, e aponta para as razões culturais mais amplas que contribuíram, ao longo dos anos, para a disseminação do serviço no Brasil.

A dimensão utilitarista, representada aqui na delegação de serviços pautada por necessidades práticas (delegação de atividades e tempo), é uma das razões para as ofertas de emprego, mas não pode dar conta **isoladamente** das distribuições e das particularidades do trabalho doméstico no país. Para além das necessidades pragmáticas, a manutenção de empregados (as) domésticos (as): cozinheiras, lavadeiras, motoristas, jardineiros, entre outros, atribui status diferenciado para aqueles que os/as mantém e corresponde do ponto de vista cultural, à perpetuação, mais ou menos consciente, de um valor arraigado ou um habitus (BOURDIEU, 1974).

A naturalização do servir, historicamente cristalizada, pode ser pensada a partir das obras e expressões artísticas, de maneira geral, manifestadas no país. Rocandor (2008) chama a atenção para a constante exibição, em tramas, de personagens (naturalmente) servis, exibido, por exemplo, em folhetins e novelas. Mas para suavizar o “mal estar” provocado por desigualdades tão profundas, recorre-se à comicidade, conclui a autora.

No entanto, se na ficção os esforços para atenuar as tensões cotidianas de um campo de forças simbólicas apoiam-se na ludicidade, no mundo real o compromisso afetivo desenvolvido no circuito das relações domésticas não atenuam as demarcações de classes num âmbito assinalado por estratégias de aproximações e afastamentos.

Mecanismos que imprimem distinção entre empregadas e patroas/patrões são praticados no dia a dia, de modo mais ou menos consciente, e podem ser constatados também por meio das organizações espaciais no interior dos lares. O quarto da empregada, enquanto espaço físico e social, “não se projetaria ao acaso

sem nenhuma intencionalidade [...] mas é carregado de valores e subjetividade e reflete as relações que historicamente os homens estabelecem no modo de produzir e gerir a sociedade [...]” (SOUZA, 1991, P. 03).

Plantas arquitetônicas constituíram um dos recursos de nossas pesquisas e contribuíram para as articulações entre escravidão e emprego doméstico também a partir das hierarquias espaciais. Neste sentido, Souza (1991, p. 49) aponta que: “a precariedade do imobiliário do quarto da empregada, em geral, pode-se dizer que se assemelha à nudez da senzala [...]”.

Constituindo-se as casas, em si mesmas, um produto social, as hierarquias espaciais nos remetem aos registros históricos sobre os tempos coloniais quando escravos e serviçais costumavam ser alocados (as) em instalações precárias e excluídas dos cômodos principais, num visível esforço para manter “cada coisa em seu lugar”. E este lugar, no caso do quarto de empregadas, ainda hoje, só ganha sentido junto à área de serviço das residências.

Entretanto, não podemos ignorar as transformações sociais das últimas décadas no campo do trabalho que afetaram a sociedade como um todo, tendo impacto nas relações entre patrões/patroas e empregadas domésticas. Houve uma mudança sensível que se deu com a regulamentação da profissão com efeitos no plano das consciências coletivas e individuais, responsável pela redefinição de práticas, comportamentos, sentimentos e relações.

Essa reconfiguração ou reconhecimento não representa uma ruptura radical, em termos de modo de vida e de significados simbólicos. Deparamo-nos, por exemplo, com a tendência nas construtoras civis em trazer, em suas plantas arquitetônicas, o quarto da empregada como “espaço reversível” ou opcional. Está implícita, nesta inclinação, a mudança no teor dos contratos. O costume de manter em casa uma *empregada residente* vem, há anos, perdendo força. No entanto, o serviço doméstico continua sendo considerado uma atividade residual e pouco valorizada no Brasil.

Outra característica que envolve preconceitos, diz respeito às relações de gênero, bem discutidas por Ávila (2009). Interessa-nos lembrar como as ofertas de empregos domésticos são quase que invariavelmente reservadas às mulheres,

repetindo a lógica que associa trabalho doméstico a trabalho de mulher fortemente alimentada por relações patriarcais. Vale destacar, revendo o que foi dito aqui, que o emprego doméstico desvela uma associação específica de gênero, cor e classe que Brites (2007) chamou de “reprodução racializada e femininizada da desigualdade”.

Encontramos nos processos histórico-culturais as condições que contribuíram para dar sentido à posição de inferioridade do (a) negro (a) em nossa sociedade, relegando-os à marginalidade social que sobrevive aos dias de hoje. Portanto, a associação entre “trabalho de pobre”, “trabalho braçal” e “trabalho de negro” está ancorada a uma teia de valores que a imaginação interna atribui às atividades em geral.

De maneira análoga ao sentimento de humilhação do “ser dependente” nos Estados Unidos, como legado da sociedade industrial oitocentista à sociedade contemporânea daquele país, sentimento que teve sua origem “no horror do homem do campo à sujeição indecente da manufatura que persiste na economia do bem-estar, mesmo depois de se haverem concedido um piso mínimo [...]” (SENNETT, 2001, p. 69) - herdamos aqui à vergonha do trabalho braçal marcado pela experiência demasiado humilhante nos idos da escravidão.

O impacto mais poderoso das discriminações tem sido a rejeição. Se não podemos tecer generalizações com propriedade, visto as limitações de nossas investigações empíricas, não podemos também dizer que é raro encontrar empregadas que se dizem desconfortáveis com o peso que o rótulo da profissão carrega. Ouvimos com frequência histórias de trabalhadoras que preferem ter a Carteira Profissional assinalada com outra ocupação.

Por outro lado, o emprego doméstico foi apontado por muitas entrevistadas como melhor opção dentro de um rol limitado de escolhas justamente em razão das informalidades tão presentes nas relações de trabalho. Ajudas extraordinárias (vestuário, gênero alimentício, acréscimo de remuneração pecuniária) foram descritas como vantagens singulares.

Tudo isso realça as variáveis expressas no nível concreto (organizacional) e no plano simbólico que tornam as relações substancialmente diferenciadas, em teor e forma, de outros vínculos empregatícios (marcados por relações mais racionais), e

também produz experiências contraditórias, assinaladas por sentimentos profundamente antagônicos.

A incursão mais criteriosa e sistemática no universo do serviço doméstico remunerado, exigida para a elaboração deste trabalho, surpreendeu o “espírito prevenido” e abriu espaço para as reflexões acerca das mudanças sensíveis ocorridas tanto no nível da consciência dos sujeitos, quanto no nível institucional (político, jurídico, econômico), num processo dialético permanente.

Acreditamos, à maneira de Thompson (1992, p. 86), em sua defesa do depoimento oral, que as falas constituem um recurso capaz de captar a riqueza de detalhes, emoções e circunstâncias. De fato, as narrativas pessoais, um dos instrumentos usados na pesquisa que deu origem ao trabalho aqui apresentado, ilustrou uma história fascinante, sobre a qual ignorávamos muita coisa.

Por isso, desejamos que este trabalho significasse, antes, um espaço de manifestação para estas trabalhadoras. Priorizamos, para tanto, os depoimentos orais e as trajetórias de vida dessas profissionais, reconhecendo que o valor máximo dessas histórias, na perspectiva das ciências sociais, está em sua representação da realidade mais ampla, das sutilezas ideológicas e organizacionais que representam mudanças e permanências. Privilegiamos, noutras palavras, o registro mais cuidadoso sobre a vida do dia a dia, atentas ao contexto em que este enredo se desenvolve.

Refazendo os Caminhos Metodológicos

Buscamos nesta Dissertação a compreensão de alguns sentidos atribuídos ao trabalho doméstico remunerado a partir das falas de algumas profissionais da Região Metropolitana do Recife, obtidas por meio de entrevistas semiestruturadas que seguem uma linha de investigação orientada pelos temas da pesquisa. Tendo a perspectiva histórico-cultural como base para a análise das informações, partimos do pressuposto da internalização do sentimento de vergonha associado à atividade braçal que redefiniu o serviço doméstico remunerado, entre outras atividades marcadas pelo “uso das mãos”, como um dos mais desvalorizados e discriminados setores da atualidade.

É importante ressaltar que houve dificuldades durante a pesquisa de campo, ocasionadas pela pouca disponibilidade de tempo de algumas participantes. Essa foi a principal razão apontada nas diversas ocasiões em que foi necessário remarcar o compromisso. O local e horário das entrevistas foram, todas às vezes, sugeridos pelas profissionais. Apenas duas mulheres optaram por falar em suas próprias casas; as demais preferiram agendar encontros em espaços públicos localizados nas redondezas do trabalho: praças, lanchonetes, parques, cafés.

Dentro desse enfoque metodológico, foram entrevistadas **15 (quinze)** empregadas domésticas. Os contatos foram estabelecidos por meio de uma rede de relações onde as entrevistadas indicaram outras colegas de profissão. Não houve previsibilidade nas buscas e não encontramos nenhuma filiada ao Sindicato das Trabalhadoras Domésticas da Cidade do Recife entre as participantes. Por outro lado, deparamos-nos com uma vasta pluralidade no que tange ao perfil das profissionais: estado civil, escolaridade, idade, vínculo empregatício, naturalidade e experiência profissional.

Nossas elaborações trazem ainda um **breve panorama** da produção acadêmica sobre o tema nas diversas áreas dos saberes, privilegiando aquelas realizadas nas ciências sociais, de modo geral, a partir da última década (2000) e tendo como fonte de pesquisa o Banco de Teses da CAPES e do Scielo. Os processos de investigação que conduziram a esta breve revisão contribuíram para ampliar as informações acerca do tema a partir de diferentes perspectivas. Foi nossa intenção disponibilizar em um capítulo o resultado dessas buscas a fim de apresentar o material enquanto recurso para futuras pesquisas.

O conceito de emprego doméstico e as noções de servidão, herança cultural, autoridade e ambivalências constituíram apoios para a reflexão e análise dos achados empíricos. O levantamento bibliográfico procurou atender as necessidades exigidas pela abordagem estabelecida. Dados quantitativos atuais foram utilizados para a composição do perfil e do contexto investigado, entretanto priorizamos em nossa análise o enfoque na metodologia qualitativa, recurso que permite a apreensão de casos e das emotividades dos sujeitos envolvidos.

A Organização dos Capítulos

As questões abordadas nesta Dissertação foram divididas em três capítulos e nas considerações finais. Iniciamos com uma revisão da produção acadêmica Nacional sobre o tema, de modo geral (em diversas áreas), privilegiando o debate realizado nas Ciências Sociais. Apresentamos uma síntese das discussões trazidas nos trabalhos e algumas considerações a respeito da relevância do tema.

No capítulo dois trouxemos as contribuições teóricas acerca da escravidão/servidão, autoridade e trabalho doméstico. A reprodução de espaços socialmente ocupados pelo masculino e pelo feminino representou, para este estudo, um dado que é retomado em alguns pontos da reflexão. Discutimos uma herança cultural que é fundamental para as discriminações que cercam diversas atividades em nossa sociedade, entre elas o emprego doméstico.

No terceiro capítulo tratamos do contexto do trabalho doméstico, no Brasil e em particular no Recife, apresentando os sujeitos da pesquisa e os sentidos atribuídos ao trabalho pelas profissionais. A partir da abordagem estabelecida, desenvolvemos o tema central deste estudo: as configurações do emprego doméstico na atualidade, as mudanças e as heranças ideológicas que contribuem para algumas permanências no setor.

As considerações finais trazem uma síntese na qual retomamos as discussões elaboradas nos capítulos anteriores, voltando às questões que conduziram nossas reflexões e apresentando os resultados da pesquisa que subsidia este estudo. Nossas pesquisas revelam a existência de um âmbito marcado por preconceitos e práticas discriminatórias muito intensas e por contradições acentuadas pelas afetividades e pelo servilismo.

1. EMPREGADAS DOMÉSTICAS COMO CAMPO DE PESQUISA NO BRASIL

1.1 APRESENTAÇÃO

No Brasil, em 2010, o contingente de trabalhadores doméstico remunerados somava 7.223 mil pessoas, entre as quais 93% eram mulheres. Para se ter uma ideia de como essa modalidade é disseminada no país, registros apontam que a atividade corresponde a 8% de todas as ocupações brasileiras. (DIEESE, 2011). Entretanto a distribuição não é igualitária e os dados confirmam o que uma observação mais atenta já permitia constatar: a grande maioria dos que exercem tal função é mulher, negra ou parda e pobre. Temos então uma associação específica entre gênero, classe e raça/etnia na composição do perfil dessa parcela ativa.

Os dados desvelam não somente as raízes escravocratas brasileiras, mas também as tradicionais concepções de gênero que classificam as tarefas domésticas como trabalho típico de mulher. As naturalizações de papéis sociais constituíram a base para se construir a “divisão sexual do trabalho”, separando por sexo/gênero as atribuições.

Sobre o assunto, merece destaque um estudo⁵ realizado por pesquisadores noruegueses que investigou o trabalho doméstico (remunerado e gratuito) em trinta e quatro (34) países. Os dados merecem destaque: Cerca de 80% das tarefas domésticas no Brasil é realizada por mulheres, ficando atrás apenas do Chile onde elas gastavam quase 40 horas de trabalho, contra 9,3 realizadas por seus companheiros.

Para além dos números, os aspectos socioculturais e históricos particulares de cada região precisam ser avaliados. Mas a predominância do trabalho doméstico em mãos femininas é algo intrigante e transcende fronteiras supostamente demarcadas pela pobreza e pela tradição paternalista. O estudo concluiu que países como a Noruega e a Finlândia apresentam números bem próximos ao do

⁵ Publicado na Folha Online em 15 de outubro de 2007

Brasil e do Chile. A questão apresentada, então, não pode ser explicada apenas como uma problemática da pobreza e da exclusão em zonas “periféricas”.

Neste caso, as questões de gênero parecem mais adequadas para uma investigação aprofundada do fenômeno – o domínio da vida pública pelos homens e a ocupação da vida doméstica pelas mulheres – presente, como afirma Strathern (2006), na grande maioria das sociedades no mundo, mesmo em culturas bastante diferentes. A antropóloga definiria essa *proeminência masculina* na vida social como um fenômeno *fascinante*. No entanto, há muitas discussões acerca do assunto e nos debates antropológicos atuais não há consenso. Por isso é necessário afirmar *de onde* ou *a partir de quem se fala*, na construção de uma narrativa. (STRATHERN, 2006).

Entretanto, apesar da importância fundamental das questões de gênero para nossas elaborações, é importante esclarecer que esta problemática não será o foco principal do presente trabalho. Mas interessa-nos reafirmar que o serviço doméstico no Brasil (remunerado e não remunerado) constitui, como em muitos lugares do mundo, uma atribuição majoritariamente feminina, historicamente definida.

A análise das condições de vida das trabalhadoras domésticas revela exploração, vulnerabilidades e informalidades. A intensa jornada de trabalho vivenciada por imensa parcela de empregadas domésticas no país é uma das principais fontes de conflitos e foi investigada por Ávila (2009). Voltaremos mais tarde a este e a outros estudos sobre as empregadas domésticas na produção acadêmica. Queremos, por ora, apresentar as características gerais da atividade no país.

Desse modo, fica clara a necessidade de se abordar também as questões dos afetos e laços pessoais que se desenvolvem nas relações entre os sujeitos polarizados. Ao contrário dos vínculos racionalistas mais fortemente presentes em outras modalidades de emprego, o compromisso afetivo é inerente ao trabalho doméstico remunerado, pautado numa convivência diferenciada, marcada por evidentes ambivalências.

As afetividades, como argumenta Sennett (2001), são construídas pelas emoções e, portanto, são intrinsecamente instáveis. Assim, sentimentos de inveja,

frustração, indignação, cuidados e bem querer, invariavelmente se embaralham e são frequentes nas falas das trabalhadoras. O depoimento de uma das profissionais entrevistadas torna-se emblemático para esta discussão:

Estou aqui há mais de três anos e ela (a empregadora) ainda não paga meus direitos. Não ganho salário (mínimo) e nunca tirei férias para não deixá-la na mão. Este mês (em outubro de 2011) uma mulher me chamou pra trabalhar com ela [...] pagava tudo. Só não fui porque tive pena, acredita? Deixar ela na mão perto do fim do ano, cheia de coisas pra fazer [...] não é que não goste dela, entendeu? Mas acho que ela explora muito [...]” (Roberta, 25 anos, empregada doméstica mensalista).

Damatta (1997) sugere que nós temos o hábito de misturar o trabalho com laços de amizade e simpatia o que confunde o emprego e favorece o patrão. Exemplo precioso disso, para o autor, é o caso das empregadas domésticas. Entretanto, as participantes destacaram de modo positivo as relações marcadas por laços mais estreitos de amizade com as patroas⁶. Brites (2000) já havia constatado em suas pesquisas, que além do reconhecimento de todos os direitos, as afetividades e os acordos mais elásticos (possibilidades de negociar faltas, adiantamentos e ajuda material) representam, para aquelas, vantagens exclusivas.

Nossas pesquisas corroboram as conclusões da autora. De fato, é para as patroas mais generosas (ou menos piranguieras) que as trabalhadoras costumam retribuir os préstimos, conforme ilustra um dos depoimentos:

[...] por ela (a patroa) eu faço tudo. Ela é muito boa pra mim. Falto sempre que preciso, quando meus filhos adoecem... ela não desconta nada. Só pede que eu avise com antecedência quando eu posso (prever) que é para ela se programar, porque ela faz muitos plantões em hospitais, é médica... Ela é um anjo na minha vida, me dá de tudo, até o computador dos meninos foi ela quem deu... cuida deles quando adoecem, leva em hospitais quando o caso é sério... ela me fez voltar a estudar... Aí faço tudo por ela também... As outras

⁶ Geralmente as empregadas domésticas se referiam mais às patroas do que aos patrões, confirmando a intensidade das relações intra-gênero num universo compreendido como “coisa de mulher” em nossa sociedade. Os homens, de acordo com todas as empregadas por nós investigadas e ainda de acordo com algumas empregadoras, se mantêm mais distantes nestas relações.

(patroas) eram muito diferentes. Não me davam nada, não faziam nada por mim... (Joana, 38 anos, empregada doméstica mensalista).

Brites (2000) sugere, com toda a razão, que as relações que se desenvolvem entre patroas e empregadas, desvelam a manifestação plena da dádiva defendida por Mauss (1974), onde as trocas de presentes e agrados se constituem parte fundamental para uma boa relação, mas contribuem também para as construções hierárquicas. Nossos achados, como dissemos, estão de acordo com esta visão no que tange às circulações de bens efetivadas nas relações de trabalho. De fato, a “pior patroa” que se pode ter, na percepção das participantes, são aquelas consideradas avarentas e restritas aos propósitos mais formais.

Já as empregadoras que possibilitam as trocas intensas são, frequentemente, reconhecidas como as mais generosas e mais amigas. As profissionais percebem o intercâmbio de bens materiais e não materiais entre elas e suas/seus patroas/patrões, como expressão máxima das afetividades. Há, entretanto, aquelas que preferem remuneração extra, em moeda corrente, no lugar de presentes, como assinala Ávila (2009).

Constituindo-se um dilema para as investigações de Brites (2000), a valorização das trocas personalistas num ambiente de trabalho foi (e é um desafio resente) para nossas próprias elaborações, porque de fato vai de encontro, em certa medida, às noções que associam o fortalecimento do *servilismo indecente* às relações personalistas.

A autora coloca bem a problemática: como discutir negociações de efeitos “não profissionalizantes”, pautadas pelos laços personalistas, sem concebê-las como exemplos de anacronismos frente às demandas políticas modernizantes que celebram a autonomia e a cidadania? Voltaremos a esta questão mais adiante.

Por ora, é importante ressaltar que não podemos ignorar o fato de que o sentimento de lealdade contribui, muitas vezes, para a perpetuação do vínculo empregatício mesmo em situação de muita exploração e nenhuma garantia formal. Este é o caso de duas das mulheres entrevistadas, submetidas a jornadas de mais de 10 horas diárias.

Compromissos afetivos parecem inibir ainda iniciativas como queixas (denúncias) e colaboram para um contrato duradouro mesmo em situações de muitos prejuízos e extrema vulnerabilidade, como demonstra de modo específico trecho da fala de Roberta, exibido anteriormente. Vínculos afetivos verdadeiros, supomos, (como proceder a um julgamento competente sobre isso?), mas que não impedem os distanciamentos atualizados permanentemente na interação entre empregadas e patrões/patroas, muitas vezes, numa confusão de sentimentos que resultam em múltiplas tensões experimentas no cotidiano.

Com relação aos avanços no campo jurídico, apenas na última década houve transformações substanciais na qualidade e nas condições de trabalho vivenciadas por esta imensa parcela de mulheres. A análise da trajetória legal que regulamenta as questões trabalhistas ilustra bem a resistência em se formalizar uma profissão que é realidade para muitas pessoas desde os tempos dos/das criados/criadas, no século XIX, mas que só foi reconhecida como tal em 1972⁷.

No entanto, somente a partir de 1988, garantias como o salário-mínimo, o 13º salário, previdência social e a licença maternidade foram estendidas às trabalhadoras domésticas. Em 2001, com a publicação das Leis 10.208⁸ e 11.324/2008⁹ foram incluídos no rol de direitos: férias de trinta dias, estabilidade para gestantes, direito aos feriados civis e religiosos e a proibição de descontos de moradia, alimentação e produtos de higiene pessoal utilizado no local de trabalho. Já O Fundo de Garantia Por Tempo de Serviço (FGTS) continua sendo facultativo, podendo o empregador pagar ou não essa remuneração.

O período de invisibilidade do trabalho doméstico no Brasil refletiu nas produções acadêmicas e literárias sobre o assunto. Apesar de esta ser uma ocupação muito antiga - se levarmos em consideração a atividade realizada para família por trabalhadores livres ou não até início do século XX -, nossas buscas revelaram que até a década de 1980, os trabalhos acadêmicos sobre o tema eram bastante escassos. Contudo o interesse parece ser crescente.

⁷ A Lei 5.859 de 11 de dezembro de 1972 introduziu, pela primeira vez, o trabalho doméstico nas atividades regulamentadas, trazendo em seu parágrafo primeiro a previsão: (empregado doméstico) é considerado aquele que presta serviços de natureza contínua e de finalidade não lucrativa à pessoa ou à família no âmbito residencial.

⁸ BRASIL, março de 2001.

⁹ BRASIL, julho de 2006.

Iniciaremos esta revisão com uma breve exposição da produção acadêmica sobre o tema, por meio de uma abordagem descritiva, para em seguida apresentarmos algumas considerações a partir da revisão.

1.2 ACERCA DA PRODUÇÃO ACADÊMICA NACIONAL

Para delinear um panorama da produção acadêmica, de modo geral, considerando para nossa investigação apenas o trabalho remunerado, investimos em buscas no **Scielo** (www.scielo.org) no mês de abril e maio de 2011, onde por meio do indicador “empregadas domésticas” foram localizados sete trabalhos produzidos por diferentes áreas do conhecimento.

Os artigos de Nascimento (2004), Lisboa (2007) e Jacquet (2003) respectivamente intitulados: Pluriatividade, pobreza rural e serviço doméstico remunerado; Fluxos migratórios de mulheres para o trabalho reprodutivo e Urbanização em emprego Doméstico reprodutivo tratam da relação entre trabalho doméstico e migrações.

Nascimento (2004) se propôs a analisar, levando em consideração dados do PNAD levantados entre os anos de 1992 a 1999 e 2001, a importância da renda do emprego doméstico para famílias pobres do meio rural. O autor concluiu que a renda oriunda do trabalho doméstico tem maior relevância na redução da pobreza rural do que as transferências e incentivos governamentais.

O trabalho de Lisboa (2007) oferece um recorte mais ampliado da mão de obra e das ofertas, envolvendo diversos países. Sua investigação foi fruto de uma experiência pessoal como integrante de um grupo que se dedicava aos temas das migrações. O artigo apresenta uma discussão sobre o fluxo migratório de mulheres que partiam de países periféricos em direção aos países ditos de primeiro mundo, para trabalhar como domésticas.

A autora segue a mesma linha de investigação de Collen¹⁰ (1995) que procurou mostrar como a concretização do sonho profissional de mulheres norte-

¹⁰ A antropóloga e feminista tratou do assunto na obra: "Like a Mother to Them": Stratified Reproduction and West Indian Childcare Workers and Employers in New York".

americanas de camadas altas, é possibilitada com a ajuda da mão de obra de mulheres oriundas de países pobres. Com isso as autoras desvelam a face transnacional das desigualdades políticas, sociais e econômicas.

Ainda na perspectiva de relação entre trabalho doméstico e migrações, Jacquet (2003) investiga as lógicas que impulsionam a migração das mulheres em direção às capitais a partir da análise de uma parcela da população de Fortaleza. A questão central do estudo é que o ingresso na domesticidade urbana se funda na necessidade pessoal de ascensão social e inserção no mercado de trabalho. A pesquisa é de grande importância para as análises que envolvem a experiência emprego/moradia já que a condição de imigrante favorece o vínculo em questão.

Entre os artigos encontrados, há ainda alguns bem específicos de cunho jurídico, econômico, da área de saúde, entre outros. Theodoro e Scorzafave (2011) escreveram trabalho intitulado: Impacto da redução dos encargos trabalhistas sobre a formalização do trabalho doméstico, onde avaliam o efeito causal da Lei 11.324¹¹ sobre a formalização, utilizando o estimador “diferenças em diferenças”. Os dados da pesquisa foram extraídos do banco Mensal de Empregos do IBGE entre os anos 2004 e 2007. A investigação exibiu resultados inconclusivos, já que, de acordo com os autores, algumas estimativas mostraram efeitos positivos enquanto outras não foram significativas.

Santana (2003) em “Emprego em serviços domésticos e acidentes de trabalho não fatais” procura estimar a incidência anual de acidentes não fatais entre mulheres empregadas em serviços domésticos. Segundo a autora, a alta incidência de acidentes ocupacionais entre as empregadas comprova a necessidade de ações apropriadas de prevenção, inclusive por parte do sistema de saúde.

Leone (2008), numa perspectiva positiva, buscou mostrar as melhorias dos últimos anos no mercado de trabalho, afirmando que o mesmo tem dado sinais de recuperação ao registrarem a crescente formalização dos empregos. Foram avaliadas diversas ocupações envolvendo mulheres, do trabalho autônomo ao trabalho doméstico.

¹¹ BRASIL, julho de 2006.

Já Bruschini (2000) investigou a ocupação das mulheres em duas situações opostas: as atividades de má qualidade (quanto ao nível de rendimento, discriminação e vulnerabilidade) representadas pelo emprego doméstico e as ocupações socialmente mais valorizadas. Uma das conclusões da autora é de que aquele segmento manteve por toda década de 1990 traços da precariedade que sempre o acompanhou.

Brites (2007), por sua vez, focou nas relações entre empregadas domésticas e empregadores, privilegiando o caráter emocional como os afetos e cuidados. A autora procurou demonstrar como através das relações, reproduz-se um sistema altamente estratificado de gênero, classe e cor cuja manutenção “tem sido reforçada, em particular, por uma ambiguidade afetiva entre os empregadores – sobretudo as mulheres e as crianças – e as trabalhadoras domésticas”. O estudo se valeu de uma pesquisa etnográfica realizada em Vitória/ES. A ênfase nos aspectos qualitativos ajudou a revelar como aquela ambiguidade “atua como instrumento fundamental de uma didática da distância social”.

Por intermédio do (servidor) Google (www.google.com.br), na opção “acadêmico”, localizamos uma produção que se tornou um referencial para este capítulo, já que o mesmo trata também de uma revisão sobre o tema. Fediuk (2005) pesquisou a produção realizada no Brasil e apresentou, entre outros, o trabalho de Santos-Stubbe (1995), Azerêdo (1989), Kofes (1994, 2001) e Oliveira (1995).

Azeredo (1989) buscou refletir sobre as condições do feminismo a partir de representações das relações entre patroas e domésticas, defendendo que o avanço no mercado de trabalho, para as mulheres, só foi possível por meio da substituição de mulheres de camadas privilegiadas por mulheres de camadas menos favorecidas nos circuitos domésticos.

Já Kofes (1994-2001), privilegiando as relações no âmbito doméstico da região sudeste, discutiu o espaço doméstico enquanto constituidor do ser mulher e assinalou as tensões intragênero acirradas pelas diferenças de classe.

Oliveira (1995) investiu num estudo de caso para investigar a participação das domésticas no sindicato do Rio de Janeiro, através de entrevistas biográficas. A autora apresenta as proximidades e oposições como frutos de jogos de poder,

tensões e desigualdades e procura mostrar a importância do debate público para as transformações sociais.

Dando continuidade às investigações realizamos buscas no **Banco de Teses da CAPES (www.capes.gov.br)**, entre os meses de abril e julho de 2011. Encontramos, com o descritor: “empregadas domésticas”, trinta e um trabalhos sobre o tema produzidos a partir da última década (do ano 2000).

As construções se deram a partir de diversos saberes e múltiplos olhares, pertencendo, portanto, a diferentes áreas do conhecimento: Direito, Educação, Serviço Social, História Social, Psicologia, Economia, Literatura, Ciência da Informação, Saúde Pública, Comunicação, Política, Sociologia e Antropologia. No entanto, a maioria das produções foram nas áreas de Sociologia, Antropologia, Direito, Psicologia e Serviço social. Para esta revisão - que busca apenas apresentar um breve **panorama** da última década – faremos uma rápida incursão aos trabalhos nos campos mencionados acima e focalizaremos, mais especificamente, à análise daqueles produzidos nas Ciências Sociais.

De um modo geral, as produções na área do Direito - Bastos (2003), Tassaroto (2002), Soares (2006), Laraia (2004) e Carmo (2004) - envolveram temáticas como Direito do Trabalho, cidadania, doutrinas da proteção integral, adolescentes sob guarda e vínculos de natureza formal e informal; e procuraram elucidar as marginalidades legislativas e as transformações sociais com seus desdobramentos para reafirmarem a necessidade de referenciais teóricos no campo jurídico que possibilitem o diálogo com as novas configurações sociais.

Já os trabalhos desenvolvidos no campo da psicologia - envolvendo empregadas domésticas -, Soratto (2006), Fediuk (2005) e Santana (2003) - se voltaram para temas como maternidade, estigmas, dignidade, o sentido pessoal do trabalho e para os aspectos emocionais dos/as atores/as envolvidos/as, como: afetos, sofrimentos, prazeres e negações. As ambivalências foram evidenciadas e o emprego doméstico representou nestas produções, de modo geral, espaço de frustração e de superação enfrentadas no cotidiano.

Em saúde coletiva, Sales (2001) direciona esforços para captar distúrbios associados às tensões existentes no emprego doméstico – visto como espaço de

isolamento e discriminação – tais como a depressão e a ansiedade generalizada. A autora revela uma maior incidência de desordens psiquiátricas entre as trabalhadoras domésticas, quando comparadas a outras profissionais.

Uma análise de natureza bem diversa, na mesma área, foi realizada por Correa (2005) que privilegiou a relação entre a manipulação de agentes químicos utilizados nos saneamentos **domissanitários** (produtos sanitizantes, como bactericidas, utilizados para uso doméstico) e os prejuízos à saúde humana. Para sua pesquisa foram ouvidas empregadas domésticas que adoeceram por meio de contaminações químicas enquanto trabalhavam.

As teses e dissertações no campo do Serviço Social, por sua vez, - Netto (2005), Dalbosco (2000) e Souza (2005) -, grosso modo, procuraram investigar a condição feminina nas relações do trabalho doméstico. Foram objetos de investigação: as relações de poder, as práticas de resistência, as precariedades do trabalho, a organização sindical e as dificuldades de intervenção do serviço social na esfera privada da vida social, e também isolada, já que dificilmente ocorre o convívio profissional entre trabalhadoras domésticas.

A produção nas demais áreas foi bastante escassa, havendo apenas um ou dois trabalhos sobre o tema em cada esfera do saber, nos últimos onze (11) anos. Porém a diversidade do olhar e das abordagens entusiasma e convidam a uma breve explanação.

Em comunicação, Silva (2007) investiu numa análise do filme *Domésticas* e verificou sua recepção junto a grupos formados por empregadas domésticas no Distrito Federal. Já Meneghel (2007), procurou analisar as personagens serviçais na literatura narrativa canônica ocidental.

Por meio de um recorte temporal, Souza (2009) produziu, na área da História Social, uma discussão sobre as características e peculiaridades do serviço doméstico no Rio de Janeiro em fins do século XIX. Na mesma área, mas a partir de recorte diverso, Ferreira (2000) escreveu sobre o tema associando história, memória e trabalho na contemporaneidade. Apoiado nos depoimentos, o autor buscou reconstituir as mudanças no trabalho doméstico nas últimas décadas.

Para finalizar, citamos: Azevedo (2004) que discorre sobre qualidade de vida no trabalho e qualidade de vida total e a de Saito (2008) sobre “Mobilidade e consequências de longo prazo do serviço doméstico no Brasil”; ambas produzidas na área de Economia.

Teses e Dissertações nas Ciências Sociais

Entre os trabalhos localizados no **Banco de Teses da CAPES**, nossa base de buscas, doze (12) deles pertencem a produções das Ciências Sociais de um modo geral. Como mencionamos antes, nosso recorte considerou apenas aqueles publicados a partir do ano de 2000. É nesta área do saber que concentramos nossos esforços a fim de realizar uma apresentação e análise mais detalhadas desses trabalhos que, grosso modo, privilegiaram as relações que se desenvolvem entre empregadas e patrões e/ou buscaram captar a realidade em questão pela ótica dos sujeitos envolvidos.

Harris (2008) realizou uma etnografia de caráter comparativo das relações entre empregadas domésticas e seus empregadores, no Brasil e nos Estados Unidos. O estudo merece atenção por avaliar as diferentes transições históricas no setor, concluindo que fatores econômicos e culturais típicos de sociedades pré-capitalistas influenciam o trabalho doméstico que tende a se caracterizar por relações tradicionais e afetivas, enquanto nas sociedades capitalistas os vínculos nesta esfera são mais formais e racionalistas. A posição tomada pelo autor defende o combate à racionalidade neoliberal (enquanto *agência* cultural e estrutural) como forma de garantir a melhoria de vida das trabalhadoras, de modo duradouro.

Já Dias (2007) procurou compreender porque as empregadas domésticas que dormem no emprego demonstram maior desinteresse pela atividade. Partindo deste pressuposto e apreendendo a realidade pela ótica da cidadania, o autor demonstrou como a violência, a restrição da liberdade em decorrência do vínculo residente e a negação dos direitos trabalhistas têm profundo impacto sob a emancipação e a motivação dessas trabalhadoras.

Pineyro (2009) em trabalho que valorizou as percepções das empregadas domésticas sobre as condições e as relações de trabalho, do ponto de vista da teoria da luta pelo reconhecimento, afirmou que as empregadas domésticas veem-se obrigadas a transformar uma relação trabalhista numa relação pessoal desigual, instável e ambígua de reconhecimento positivo. Experiências diversas assinaladas pelo desprezo dificultariam a consciência plena e as estratégias de organização coletiva em prol do reconhecimento de Direitos.

Santana (2009), por sua vez, investigou crianças e jovens da cidade de Marília/SP, empregadas no serviço doméstico, e concluiu que trabalho é considerado tanto uma obrigação das mulheres de qualquer idade, quanto um mecanismo para disciplinar, treinar e afastar da ociosidade as crianças e os jovens de ambos os sexos. De modo ambíguo, o serviço doméstico representava – para os responsáveis por esse/as jovens empregados/as – a um só tempo, espaço de exploração intensiva e lugar de oportunidades para a melhoria de vida.

Ávila (2009) discutiu o serviço doméstico remunerado e não remunerado na cidade do Recife, a partir das práticas das empregadas domésticas. O Conceito de divisão sexual constituiu o referencial para a reflexão teórica e a análise dos achados empíricos. A autora buscou compreender como as mulheres inseridas nesta relação enfrentam as tensões cotidianas em torno dos usos do tempo e analisou as formas tomadas pelas resistências no enfrentamento das explorações demasiadas.

Focando a realidade da cidade de São Paulo, Brandt (2004) também analisou a inserção feminina no mercado de trabalho. Apoiada em vinte seis entrevistas (26) por meio de um estudo de caso buscou revelar como as empregadas domésticas vivem e refletem sobre o emprego. Entre as mudanças no teor dos contratos, a pesquisa indicou que o número de *empregadas residentes* tem diminuído sensivelmente.

Cabe uma observação acerca do assunto neste momento. Nossa pesquisa – com empregadas e, de modo imprevisível, com alguns poucos empregadores, – demonstraram que a dimensão geracional é uma variável importante para a compreensão das transformações sociais. As mudanças de comportamento que envolve a rejeição do vínculo emprego/moradia refletem mudanças mais amplas nos

planos culturais, sociais e políticos. Tanto os (as) empregadores (as) quanto as profissionais mais jovens ouvidas (os), se mostraram menos inclinadas (os) a oferecer ou aceitar esta condição contratual. As razões alegadas estavam, em última análise, associadas aos sentimentos de privacidade e liberdade. Discutiremos mais detalhadamente essa questão em outro momento.

Retomando a revisão, Tavares (2005), priorizou em suas análises as questões de classe e refletiu sobre a apropriação do *habitus* pelo mercado de trabalho, particularmente pelo emprego doméstico, através de um processo de socialização que ora se opõe e ora reforça as práticas e valores apreendidos na socialização familiar. Hierarquias fundamentais como gênero, idade e cor foram observadas entre as classes trabalhadoras e as classes dominantes num processo que envolve migrações espaciais e estabelece modos de vida.

Oliveira (2009), por sua vez, procurou apreender através do processo de legitimação e institucionalização do emprego doméstico, particularidades típicas da sociedade brasileira e do mundo do trabalho.

Os estudos de orientação mais antropológica sobre a profissão e as trabalhadoras, de modo geral, focaram as relações que se desenvolvem no espaço doméstico, valorizando os aspectos emocionais dos indivíduos, desvelando as ambivalências das relações e investindo em abordagens que valorizam as experiências e as vivências individuais.

Oliveira (2007) lançou mão de verdadeira etnografia para investigar os cursos oferecidos para trabalhadoras domésticas. As ofertas – provenientes de empresas e de projetos sociais – prometiam a qualificação profissional ou a modelagem da trabalhadora doméstica, passando por discursos que envolviam a noção de corpo e contemplando também os aspectos de gênero. Por outro lado, foi verificado também que cursos voltados à cidadania, por meio da conscientização de direitos, vêm ganhando espaço no conjunto das ofertas.

A investigação de Barbosa (2000) consistiu na análise de trabalhadores domésticos, de modo geral, de origem camponesa da região Nordeste, empregadas/os em casa de família ou em edifícios como porteiros ou auxiliares de limpeza. Focando a interação de profissionais no mercado de trabalho, o estudo

procurou compreender como se constitui o espaço de moradia em um universo social diferenciado.

Brites (2000), por sua vez, investiu no método etnográfico para pensar as relações de poder travadas entre empregadas domésticas e seus empregadores. A pesquisadora se apoiou em trabalho de campo realizado entre os anos de 1996 e 1998 no estado do Espírito Santo e num referencial conceitual definido por Shellee Colen e James Scott, para refletir sobre a reprodução estratificada que se dá no universo doméstico. Brites se empenhou em demonstrar, através da observação participante, “como uma mistura particular de afeto, desigualdade e rebeldia mantêm estas relações na sociedade brasileira”.

O trabalho de Silva (2001) diferencia-se dos já mencionados por ter como objeto de estudo, não somente o serviço doméstico ou as empregadas domésticas, mas também a análise de outras categorias como, por exemplo, os jogadores de futebol. A questão central desse estudo foi apresentar uma relação entre cor e trabalho no Brasil contemporâneo. Temas como ascensão social e trajetórias ocupacionais serviram de base para a apreensão dos mecanismos discriminatórios que permeiam as relações cotidianas de trabalho. A autora concluiu que, dependendo do status atribuído às ocupações (estabelecido em torno da renda e função), a cor atua de forma diferenciada no mundo do trabalho.

As buscas no Banco de Teses da CAPES, realizadas entre os meses de maio e julho de 2011, considerando sua limitação, apresentaram um panorama geral do que foi produzido sobre o assunto na última década e revelaram as diferentes abordagens empregadas por diversas áreas do saber. Como foi dito noutro lugar, constatamos que o tema foi mais extensamente explorado nos campos da Sociologia, da Antropologia e do Direito. Mas houve produção significativa nas áreas da Psicologia, da política e do Serviço Social também. Apesar dos diferentes enfoques e perspectivas, as questões que envolvem as discriminações estão, de um modo ou de outro, presentes em quase todas as Teses e Dissertações.

Das abordagens Históricas

As abordagens históricas nas análises sobre o emprego doméstico no Brasil podem ser bem representadas pelos estudos de Graham (1992) e as considerações de Casagrande (2008) sobre o tema. Graham situa suas análises entre meados do século XIX e início do século XX. Seu trabalho é fundamental não só para a preservação da memória como também para lançar luzes mais profundas a respeito de nossas heranças no nível do imaginário e nas práticas cotidianas, contribuindo para a ampliação da problemática do emprego doméstico no país. Ávila (2009, p. 36) aponta que:

Escavidão e emprego doméstico estão historicamente associados no caso do Brasil. A relação de servidão como parte do trabalho doméstico e como elemento das relações sociais de sexo, é um problema levantado por Hirata (2004). Assim, a questão da escravidão constrói um sentido histórico que dá significado até hoje ao emprego doméstico, assim como o trabalho doméstico como relação de dominação dos homens sobre as mulheres transpõe para o emprego doméstico a problema da servidão.

A autora destaca a relação escravidão/servidão como um desafio para a reflexão sociológica. Para este estudo, como assinalamos antes, consideramos a expressão como análoga ao “servilismo indecente” discutido por Sennett (2001), à predisposição demasiada em relação às demandas alheias que contribui para a internalização do sentimento de humilhação.

Casagrande (2008), por sua vez, reflete sobre as condições do trabalho doméstico remunerado na contemporaneidade, ressaltando as profundas marcas que os longos anos de escravidão deixaram na sociedade brasileira. Apesar de o autor elencar vários elementos que contribuem para explicar as informalidades presentes no setor (de ordem cultural, econômica e institucional), aponta que a discriminação jurídica dos trabalhadores domésticos no país, representa uma das heranças mais nefastas do regime escravocrata.

De fato, diversos fatores contribuem para o recrutamento de mão de obra (barata e informal) para a atividade, como a pobreza e a desqualificação técnica

para outras atividades. Mas a reprodução de determinados “hábitos de classe”, ou de ideologias, contribui para perpetuar o menosprezo pelo trabalho braçal e pelos direitos dos trabalhadores deste setor.

Estamos de acordo com estudiosos contemporâneos que reafirmam, de um modo ou de outro, a posição de Freyre (1967): nossa tradição valoriza o servir ao mesmo tempo em que menospreza o trabalho braçal como consequência, em larga medida, do extenso período de escravidão. (LANNA, 1995; FRANCO, 1997; GRAHAM, 1992; IANNI, 1988; CASAGRANDE, 2008). A dimensão cultural ajuda a explicar a existência de um status diferenciado e de uma hierarquia social mesmo entre atividades assalariadas. Ou seja, entre aquelas que se encontram “ombro a ombro” do ponto de vista econômico.

1.3 DAS CONTRIBUIÇÕES

Como sugere Fediuk (2005), no que diz respeito ao campo das Ciências Sociais, grosso modo, os estudos sobre empregadas domésticas no Brasil têm seguido o mesmo caminho das pesquisas sobre gênero e mercado de trabalho, problematizando questões referentes à discriminação e a naturalização dos papéis sociais. Constata-se o discurso em torno da dupla jornada de trabalho doméstico (gratuito e remunerado), das relações de poder e o desgaste físico e emocional decorrentes da atividade, desvelando-se os outros elementos-chaves da divisão social: classe e raça/etnia.

Desse modo, as pesquisas que tiveram como foco principal as relações entre empregadas domésticas e patrões/patroas, procuraram demonstrar que o serviço doméstico representa um lugar privilegiado para a captação das demarcações de classe e etnia, ao mesmo tempo em que constitui também espaço rico para a observação das relações intragênero. (BRANDT, 2004; PINEYRO, 2009 e BRITES, 2000).

Essas trabalhadoras que representam hoje mais de 7,2 milhões (DIEESE, 2011), destaca Brandt (2004), continuam sendo como invisíveis em nossos lares e têm sido negligenciadas, até o momento, em áreas como a sociologia

do trabalho. Para a autora isso se deve, em parte, ao predomínio do paradigma marxista que privilegia a análise das relações de produção “tipicamente capitalistas”, negligenciando o que poderíamos chamar de setores marginais integrados ao capital.

Roncador (2008) explica que além das discriminações de classe e gênero, resistem fortemente os preconceitos de ordem racial em nossa sociedade (muitos associam trabalho braçal a “trabalho de negro”). A autora ressalta que as representações nostálgicas das relações afetivas entre senhores e escravos num Brasil pré-capitalista, tão valorizadas por Freyre, não ajudam a revelar a estreita relação entre escravidão e serviço doméstico que contribui para a “cultura do desprezo”.

Entretanto, a historiadora François (2006, citada em Roncador, 2008, p. 203, 231) afirma que o trabalho doméstico é um grande produtor de bens materiais e simbólicos, pois “ele produz imagens e *personas* públicas, mantém certo status e bens relativos a esse status e produz matéria para consumo, assim como prepara sujeitos para arenas políticas e econômicas”.

Sobre os impactos da experiência *empregadas residentes*, Dias (2007) explica que a construção da consciência crítica e atenta, tem relação com a maior possibilidade de trânsito social das não residentes. Existiria, portanto, um déficit de cidadania das empregadas domésticas que trabalham e moram no emprego. Estudos realizados pelo autor em Brasília contribuíram para a confirmação da hipótese, sob a lógica da vulnerabilidade, exploração e violência no trabalho.

Corroborando as conclusões de Fediuk constatamos por meio de nossas incursões, que as produções focaram, predominantemente, as populações do Nordeste e do Sudeste. (PINEYRO, 2009; BARBOSA, 2000; SANTANA, 2009; ÁVILA 2009; BRANDT, 2004; TAVARES, 2005 e SANTANA, 2003). Localizamos apenas um trabalho (BRITES, 2000) que contempla a região Centro - Oeste do Brasil e nenhuma investigação sobre o emprego doméstico e as profissionais na região Sul. É bom reiterar que consideramos estritamente aquelas publicadas a partir do ano 2000.

Levando em conta as diferenças regionais e culturais, compreendemos que o objeto deve ser investigado nos diversos pontos do país, pois elementos históricos, econômicos e simbólicos imprimem variações substanciais nas relações e nos vínculos empregatícios. O próprio perfil (escolaridade, renda pessoal, etnia, entre outros aspectos) é alterado pelas realidades locais.

Gostaríamos de acrescentar ainda uma impressão empírica: a ausência de dependências de empregadas nas construções modernas de Porto Alegre contrasta com as configurações dos modelos arquitetônicos dos apartamentos do Recife, embora haja sinais de mudanças nesse aspecto. Essa constatação indica as diferentes configurações que o emprego doméstico pode assumir nas diversas regiões brasileiras e leva-nos a pensar em que medida o espaço físico (e também social) do quarto da empregada contribuiria para a reprodução estratificada nas relações que se desenvolvem no emprego doméstico.

Vale rever, para esta discussão, o trabalho de Souza (1991). A partir da lógica das hierarquias espaciais a autora reflete sobre a arquitetura doméstica destinada ao alojamento da *empregada-residente*, um lugar “de dormir” que contraditoriamente é instalado na área de serviço. As divisões internas reproduziriam então a exclusão da mulher pobre que presta serviço remunerado para as famílias de camadas médias em geral.

Vinte anos depois de publicado, o trabalho de Souza (1991) constitui ainda uma referência importante para se pensar as mudanças e permanências do setor no país. Dados recentes têm revelado transformações sociais, econômicas e culturais que implicam em novas configurações arquitetônicas. Localizamos com maior frequência, plantas de construtoras do Recife que trazem no lugar dos velhos modelos um “cômodo reversível” (adaptável às necessidades). Outros projetos civis apresentavam apenas a previsão da área serviço, excluindo daí o tão conhecido quarto da empregada.

De fato, o sentimento de servidão demasiada, de dependência e de injustiça esteve presente nas falas das entrevistadas quando o assunto era a “simbiose emprego/ moradia”, tão comum até o início da década de 1990. Esta condição se aproxima mais das velhas fórmulas que estigmatizavam e aprisionavam as serviçais

e, posteriormente, as empregadas domésticas, num cotidiano acentuadamente marcado pelo servir.

O item a seguir versa sobre os sentidos atribuídos ao trabalho, às relações e à percepção do servilismo associada estreitamente às competências ou às tarefas realizadas. Em meio a antigas fórmulas que marcam ainda o emprego doméstico no país, um novo cenário tem surgido como fruto, em certa medida, de transformações mais amplas.

2. A SERVIDÃO COMO MODO DE (SOBRE) VIVÊNCIA?

2.1 A ATUALIZAÇÃO DA NOÇÃO DE SERVIDÃO: CONTRIBUIÇÕES PARA ESTE ESTUDO

Originalmente a expressão “servidão” era utilizada para designar a posição e o status legal e econômico do camponês no feudalismo, integrante da classe social mais baixa do sistema. Este sujeito histórico se diferenciava do escravo pela impossibilidade de ser vendido ou trocado como objeto de apropriação humana, apesar de se assemelhar aquele pelas condições precárias em que vivia. Certamente vem desse tempo a conotação negativa que o vocábulo carrega apesar dos significados adquiridos ao longo dos séculos.

Ampliando e “atualizando” o termo, percebemos que profissionais diversos setores exercem suas atividades por meio do “servir”. É o caso, por exemplo, do servidor público, das enfermeiras, dos garçons e garçonetes ou de qualquer outro prestador de serviço. Nestas situações, o termo significa algo mais próximo da ideia de *ser útil, oferecer-se, doar-se e cumprir um dever*.

A aproximação do termo com o trabalho escravo e com o trabalho que demanda exploração intensiva e extensiva torna-se estratégia das nossas elaborações sobre o emprego doméstico, pois apesar das formalizações (parciais ainda), entendemos que a atividade guarda, em muitos aspectos, similaridades com aquele modo de exploração. Trata-se, a nosso ver, de uma servidão sob novas roupagens no sentido do **servilismo indecente** discutido por Sennett (2001), dada a

situação de discriminação, vulnerabilidade e submissão a longas jornadas de trabalho que a função de doméstica promove no país.

As discriminações que cercam a atividade, entre outras ocupações, consideradas residuais em nosso modo de produção desvelam também, do ponto de vista cultural, um imaginário amplamente alimentado por longos anos de escravidão responsável por imprimir em nossa tradição o que Franco (1997) chamou de “menosprezo pelo uso das mãos”.

Entretanto é importante diferenciar essas elaborações das formas de escravidão contemporânea¹² propriamente dita, onde homens e mulheres vivem e trabalham na condição de cativos e cativas. Referimo-nos, neste estudo, à servidão mascarada, às metamorfoses do trabalho escravo (IANNI,1988), às atividades excluídas e desvalorizadas, caracterizadas pela exploração profunda, sujeição e vulnerabilidades. Falamos do servilismo indigno e perverso como meio de sobrevivência.

Perverso porque uma jornada particularmente extensa (e intensa) de trabalho dificulta o investimento noutros campos da vida social, como a qualificação para outras tarefas – o que transforma o emprego doméstico numa ocupação permanente e não transitória como desejariam muitas mulheres ouvidas. Além disso, sugere Ávila (2009), a restrição dos usos do tempo prejudica também o atendimento de necessidades básicas como as confraternizações sociais, a convivência com os familiares e os momentos reservados para o descanso e o lazer, conforme relato da informante:

[...] menina fico besta quando vejo uma empregada doméstica arrumada, de cabelo feito, contando que fez isso, fez aquilo (com relação ao lazer, aos cuidados pessoais)... não sei como consegue... eu mesma faz tempo que não me arrumo, as pessoas pensam que é porque não tenho vaidade, mas eu não tenho é tempo [...] (Rosa, 52 anos, empregada mensalista).

¹² No contexto brasileiro, citamos como exemplo o trabalho escravo em carvoarias na Amazônia e ocorrências dessa configuração nas lavouras de cana-de-açúcar no Sudeste do país.

A permanente disponibilidade com relação às demandas das patroas é uma das razões dos conflitos existentes para as profissionais ouvidas. A noção de usos do tempo foi uma das principais razões que levou outra participante a trocar o emprego de doméstica pelo de auxiliar de serviços gerais numa academia de ginástica, apesar das atribuições atuais representarem quase uma reprodução das experiências como empregada mensalista ou diarista.

A principal vantagem, afirma a trabalhadora, é que “agora sobra tempo, com hora pra largar”. A jornada pré-estabelecida permite um planejamento melhor da própria vida, para ela, como a disponibilidade de tempo para a própria família e para os cuidados com a própria casa, um “xodó pessoal” nas palavras da entrevistada.

O sentimento de servilismo e exploração transparece nas narrativas e está quase sempre relacionado à percepção da extensão e da jornada de trabalho: “tem dias que largo de quase nove horas (da noite) e perco aula... ela (a patroa) não deve saber, mas ninguém é escravo, não...”, desabafa Roberta, uma mulher de 25 anos e mãe de um menino e de uma menina de quatro e dois anos de idade. A noção de abuso é intensificada com a ideia do vínculo trabalho/moradia. Quase todas as mulheres ouvidas viam neste modelo um “retrocesso indesejado”, como disse uma delas:

[...] todo o mundo não trabalha e volta pra casa? Precisei dormir (no emprego) quando cheguei aqui bem nova (no Recife, vinda do interior)... hoje ninguém quer... quem vai querer? Só se precisar mesmo... eu acho injusto [...] (Cristina, 40 anos, desempregada).

Na perspectiva das “metamorfoses” destacadas por Ianni (1988) é possível se fazer uma associação entre as categorias escravas, criadas e empregadas domésticas. Ao longo do século XIX em nosso país, muitas famílias mantinham escravas, mas já investiam na contratação de uma “ajuda extra” para os afazeres domésticos. Para esse acordo extraordinário realizado à base de vestimentas, alimentação e abrigo, contava-se com a mão de obra da população migrante de mulheres jovens brancas e não brancas nascidas no campo. De acordo com Melo (1998) a ideia de “ajuda contratada” para as atribuições domésticas predominou no Norte e no Nordeste até a metade do século passado.

Atualmente, apesar das conquistas possibilitadas pelas lutas que fortaleceram a categoria, em seu sentido transformador, muitas são as trabalhadoras que permanecem às margens, sem carteira assinada, previdência, férias ou qualquer outro direito já estendido à profissão. Entre as quinze profissionais ouvidas, duas delas (apesar de serem contratadas como mensalistas) vivem à parte de qualquer formalização, sem horário estabelecido, salário mínimo, carteira assinada ou férias.

Estigmas e Preconceitos

Os estigmas (Goffman, 1980) e os preconceitos, como dissemos, estão presentes no universo do emprego doméstico pelo fato de a atividade ser compreendida, de modo geral, como residual, não produtiva e degradante. Vem de longe, dos idos coloniais e das casas grandes, engenhos, canaviais e cafezais – o preconceito com o trabalho dito braçal, com aquelas atividades que demandam grande esforço físico. Neste caso, o trabalho é associado à servidão demasiada, sujeição indecente, incapacidade e dependência.

O imaginário brasileiro construído por longo período de escravidão institucionalizada, impregna, dá sentido, orienta práticas e estabelece valores que marcam profundamente a produção artística Nacional. Pintura, música, literatura, peças, TV, cinema, entre outros veículos e expressões artísticas, trazem frequentemente a figura estereotipada do/da serviçal, apresentado (a) ora como ameaçador (a), ora como marcado (a) pela incapacidade e dependência.

A caricatura da doméstica negra e/ou nordestina, nas novelas, em contos e crônicas é exemplo disso. Quem não se lembra da tia Anastácia doce, dedicada e prendada da obra de Lobato? Ou da empregada Juliana na trama de Eça de Queiroz tomada de inveja e de ressentimento? Tais figuras são frequentemente representadas como seres sem autonomia e com inclinação extremada para a servidão ou, ao contrário, surgem como personas perigosas e capazes de disfarçar um ódio profundo e destruidor “por trás da devoção”, como se destaca Clarice Lispector. (RONCADOR, 2008).

A ideia de que o outro *nasceu para servir*, contribui também, do ponto de vista cultural, para a resistência de um reconhecimento pleno da profissão e das garantias

reservadas a qualquer outro emprego regulamentado. Internalizamos a noção do ser dependente, subserviente e leal, tão celebrada por nossa tradição, como algo natural e desejado. É curioso o espanto dos patrões de Rosa, quando a empregada manifestou, há muitos anos, o desejo de trocar de emprego:

[...] estava nessa casa fazia muito tempo... aí eu cansei, sabe? Disse que iria mudar, queria ser professora... no meu bairro tinham umas escolinhas pra ensinar menino pequeno... era meu sonho... eles (os patrões) me olharam muito desconfiados e fizeram um monte de perguntas... quanto eu ia ganhar, onde ia trabalhar, com quem... disseram que eu ia ficar desamparada, ia passar fome... já pensou? Aí eu desisti. Mas não ia dar certo mesmo não, eu nem tinha estudo, fiz só até a quarta série... apesar de que era pra ensinar coisa besta, sabe?... as letras, os números... mas eu já tinha emprego certo... a gente vai se acostumando [...] (Rosa, 52 anos, empregada mensalista).

De outra perspectiva podemos pensar na servidão dependente como uma forma de retribuição que estreita os laços e estabelece um referencial de autoridade capaz de oferecer segurança e sentido à vida. Os laços de compadrio se constituem, em certa medida, estratégias de proteção social, para as trabalhadoras, e mecanismo de controle patronal uma vez que fortalecem os compromissos de lealdade e subordinação. (ARANTES, 1982).

Entretanto, essa relação foi mais evidenciada nas narrativas das participantes mais idosas, que remetiam ao passado, quando comparadas às mais jovens e às vivências atuais. Maria, uma aposentada de 70 anos de idade, fala da “substituição” do padrinho que ficara no interior, pelos primeiros patrões:

Vim fugida para o Recife aos 12 anos... na primeira casa eu fazia de tudo, mas eles (patrão e patroa) eram muito bons pra mim, foram minha família, foram o que o meu padrinho nunca foi! Mas vivi com eles muitos anos, naquela época que se botava gente dentro de casa pra morar tinha que ter confiança, e eu nunca dei motivo pra desconfiarem de mim... Eles mesmos diziam que eu era uma pérola, um presente na vida deles [...]

Jamais questionaríamos a dura trajetória de Maria quando, ainda menina, precisou viver à custa da caridade e das exigências do padrinho a quem devia total obediência e cerca de “vinte balaies de mandioca por dia” a depender da estação do ano. No resto do período Maria ficava ocupada no corte da cana-de-açúcar. Mas certamente a experiência no local de origem suavizou as dificuldades enfrentadas pela aposentada no início de sua carreira profissional no Recife.

O conformismo de Rosa e a idealização de Maria com relação ao trabalho doméstico naquela época parecem ter sido, em certa medida, alimentados pelos receios. Assim como a primeira optou por continuar num emprego que já lhe havia esgotado as forças e a paciência, a segunda atenuou a exploração a que era submetida no dia a dia “fazendo de tudo” - em troca de abrigo, presentes e moradia - no esforço de substituir afetivamente um referencial.

Nestes casos “o medo que atua na substituição idealizada sem sucesso, é o medo de ficar solto, de não ter amarras, não ter um ponto de referência para dizer porque se está trabalhando, servindo ou sendo dependente” (SENNETT, 2001, p. 58). É o medo, noutras palavras, da falta de sentido.

Sennett (2001) sugere que quando a autoridade é percebida como ilegítima ou ruim é preciso exagerar os defeitos de quem manda para potencializar a dimensão negativa e justificar a necessidade de substituição. Já a parte favorecida da relação, ou aquela investida de autoridade, de acordo com o autor, quando tomada de consciência faz uso do sentimento de medo e desamparo alheio em benefício próprio. Teria sido este o caso da patroa e do patrão de Rosa que a desencorajaram diante da possibilidade de “rescisão” do contrato? Impossível saber até que ponto existiu ali algo de manipulação ou, por outro lado, de convicção dos empregadores quanto à “incapacidade” daquela mulher para enfrentar os novos desafios profissionais.

Já no caso de Maria, as condições de vida no campo, de acordo com seus relatos, eram mais penosas do ponto de vista da privação material e afetiva e da exploração. Assim, não é de espantar que, por associação e rejeição, a experiência no Recife lhe parecesse leve e justa, apesar da perpetuação da privação da liberdade, do trabalho permanente e da imprevisão de folgas na nova ocupação.

Há que se ressaltar que a época em que Rosa e Maria vivenciaram essas experiências, há mais de três décadas (no caso de Maria, há mais de cinquenta anos), o trabalho doméstico era, de fato, considerado uma ajuda extra e plenamente informal. Entretanto, percebemos nas falas de nossas interlocutoras que as negociações que envolvem lealdade e proteção ainda estão presentes no emprego doméstico do século XXI. Expressões como “sou tratada como uma pessoa da família” esteve presente nas falas de muitas entrevistadas que se mostraram empenhadas em expressar suas gratidões no cotidiano do trabalho:

Ah, tive uma patroa boa demais, melhor que todas (as demais patroas)... era diferente... ela resolvia tudo, fazia tudo por mim me tratava como uma amiga, uma irmã... Não podia me ver aperreada... e eu também fazia tudo o que podia, não tinha tempo ruim pra mim, não [...] (Claudete, 36 anos).

J. (a patroa) é tudo na minha vida... até dos meus filhos ela cuida... quando adoecem... e ela é uma pessoa muito ocupada! O que eu posso fazer pra deixá-la tranquila eu faço, nem espero ela me pedir nada [...] (Joana, 38 anos).

[...] olha fui pro Rio (Rio de Janeiro, trabalhar lá há alguns anos), porque sou corajosa mesmo... mas tive a sorte de encontrar uma patroa lá que não era patroa não, era praticamente uma mãe pra mim, era boa demais... que torcia por mim, sabe? Me dava as coisas, queria que eu estudasse [...] voltei por causa do meu filho (que havia ficado no Recife), mas por mim não tinha deixado ela, não. (Rita, 33 anos).

Sennett (2001) explica que no patriarcado “todas as relações são concebidas em termos de laços de família” (SENNETT, 2001, p. 75), apesar das importantes diferenças estruturais e históricas no significado dessa palavra. Neste sistema, uma pessoa pode se perceber como pertencente a uma família, sentindo-se beneficiada pela *segurança* que os demais membros usufruem, sem existir aí qualquer laço consanguíneo.

O perigo está em identificar nas relações personalistas, de modo simples e/ou restrito, vantagens fundamentais oferecidas pelo que chamaremos de “solidariedade

fraternal”. Sobre o assunto José de Souza Martins (2009) chama a atenção para o a face competitiva da sociedade contemporânea alicerçada na escassez de oportunidades (escassez de comida, escassez de meios, escassez de empregos, escassez de sonhos, nas palavras do autor) e defende que: “se há uma engenharia de poderes, ela administra as relações sociais no sentido da manutenção da ordem” (MARTINS, 2009, p. 57) ou dos privilégios proporcionados por amplas desigualdades.

E é num cenário de um mundo fortemente marcado pelas injustiças sociais, que as imagens de confiança, proteção e segurança ainda constituem forças nas estratégias de exploração e dominação contemporâneas, a exemplo das relações ambivalentes do emprego doméstico, exaltando em boa medida os laços de amizade e a virtude do servir.

Condições psicossociais das relações entre patroas/patrões e empregadas

O sentimento afetivo está sempre presente em todos os relatos colhidos, esteja aquele relacionado à vivência atual ou inscritos em experiências passadas. Portanto, nas relações de trabalho os compromissos não são somente os formalizados, especialmente quando se trata do emprego doméstico. O que chamamos a atenção é para as fronteiras sociais que não são atenuadas pelas afetividades, pelo contrário, as demarcações são acirradas pelas desigualdades intragênero. Ouvimos com certa frequência das profissionais a expressão: “a madame” ou “aquela madame”, para relatar uma experiência negativa com a empregadora, particularidade já ressaltada noutros registros sobre o tema, mencionados nesta dissertação.

As frustrações que emergem das expectativas e das desigualdades resultam em conflitos que podem produzir desentendimentos, menosprezos e até mesmo demissões. A resistência das empregadas domésticas toma muitas vezes a forma de uma espécie de “dependência desobediente” utilizando uma ideia de Sennett (2001). Neste caso, podemos dizer que as profissionais têm noção do peso da autoridade legitimada pelos sentidos de classe, mas resistem a ela quando recusam a

submissão plena ou boicotam toda e qualquer ordem dada pelos patrões. Essas são “algumas das armas dos fracos” argumenta Scott (2002).

Ávila (2009) aponta vários exemplos de resistências estabelecidas no cotidiano das trabalhadoras, como os atrasos propositais e as faltas deliberadas. Nós também constatamos essas estratégias menos escancaradas que Sennett (2001), forçando um paralelo, denominou de “dependência desobediente”.

Ao confrontar relatos das patroas e empregadas percebemos que os conflitos se encontravam frequentemente associados ao sentimento de ingratidão e exploração, alternadamente. De uma patroa ouvimos o seguinte desabafo: “Ela (a empregada) nunca dorme aqui (no emprego), em hipótese nenhuma. Jamais peço, mas em certas ocasiões... em situações de muita necessidade ela poderia se oferecer [...]”.

A condição da “empregada parenta” promovida por uma experiência bem sucedida e antiga parece gerar, muitas vezes, maiores cobranças e expectativas por parte de patroas e das trabalhadoras ao invés de atenuar diferenças. Vânia¹³ expressa sua frustração com a falta de reconhecimento em tantos anos de dedicação:

[...] passei lá muitos anos... cheguei a amamentar a filha dela (o bebê de sua patroa, à época com alguns meses de vida) [...] meu filho era quase da idade dela (da criança) e eu tinha leite demais. Levava ele pra trabalhar e amamentava os dois porque ela não tinha tempo pra nada [...]. Adoro eles (o patrão e a patroa) e sei que gostam de mim também, mas me sinto magoada. Depois de tudo que fiz, eles não me chamaram pra trabalhar lá de novo. (37 anos, desempregada).

Desse modo, temos de um lado a idealização da lealdade e de outro a expectativa permanente de acolhimento e proteção próprias do sistema patriarcal. Certamente as situações não são simplesmente transpostas de um contexto a outro,

¹³ A entrevistada perdeu o emprego depois que os patrões precisaram morar em outra cidade por um período de dois anos. Ao voltarem, contrataram uma substituta para a ocupação que, de acordo com aquela, “era sua por direito”. Sobre a amamentação da criança, a mãe parece não ter tomado conhecimento do fato. Mas para a empregada, o afeto e o tratamento que ela dispensava a filha dos patrões, como “se fosse sua” não foi reconhecido por eles. Quanto à criança, ela continua sendo motivo de “saudades que dói”, para a entrevistada.

mas sofrem as metamorfoses necessárias, sempre que algo é percebido como desfocado ou ultrapassado. E é neste caminho que podemos constatar a servidão sob máscaras ou sob novas roupagens no mundo moderno.

A exploração demasiada e assinalada pela precarização caminha de mãos dadas com a institucionalização da atividade. A regulamentação (parcial) da profissão de empregada doméstica representa, para nós, um dos recursos capazes de mascarar uma situação muito desfavorável. Haveria possibilidades de superar as precariedades e compensar as discriminações que cercam a profissão? Indagamos.

À medida que avançamos nesta pesquisa, encontramos indícios de mudanças no mercado de trabalho e nas configurações da profissão. Embora não se disponha de uma carga horária predefinida, por exemplo, a profissão também não se situa totalmente às margens como o foi até a década de 1960, nem constitui objeto absoluto das arbitrariedades subjetivas, já que hoje o serviço doméstico é reconhecido e regulamentado. (Mesmo que de direito, mas não plenamente de fato). A atual conjuntura nos leva a esperar mudanças de hábitos.

Impactos Ideológicos no Reconhecimento da Categoria

Percebemos nos estereótipos do/da serviçal, nas falas de nossas interlocutoras, nas propagandas, na literatura e nas discriminações institucionais, as sutilezas ideológicas expressas na naturalização do servilismo em nossa sociedade. O longo período de escravidão institucionalizada e a lenta transição entre trabalho escravo e trabalho livre no Brasil, certamente deixou sequelas e contribuiu para a cristalização de modos de vida e de percepção *tão resistentes*¹⁴.

Em termos cronológicos, por exemplo, tivemos consideravelmente mais tempo de regime servil do que de Constituição Cidadã (1988) e a formação sindical no Brasil, por sua vez, teve seu amadurecimento somente a partir da década de 1960 (OLIVEIRA, 2009), o que - apesar dos grandes avanços-, representa ainda, em sentido histórico, curto período de atuação e desenvolvimento.

¹⁴ Ver Freyre (1967), Graham (1992), Martins (2002) e Cardoso (2010).

Embora não se trate, nesta análise, de valorizar de modo restrito o “modelo de trabalho fabril” criticado por Brites (2007), calcado no paradigma taylorista-fordista, não podemos ignorar o fato de que nossas investigações revelaram uma imensa preocupação das trabalhadoras domésticas com o reconhecimento pleno da profissão. É necessário registrar ainda que esse desejo não se deu apenas em função de uma maior remuneração ou de garantias como férias e licença maternidade, por exemplo. O sentimento de dignidade e valorização profissional estava fortemente associado à formalização da categoria, como demonstra trechos dos depoimentos colhidos:

A vida toda não tive outro emprego, só trabalhei como doméstica e me orgulho desse emprego... qualquer trabalho honesto era pra ser valorizado... nunca tive vergonha, mesmo quando era mais discriminado ainda... quando eu comecei era pior, a gente não tinha direito a nada, era como se não fosse uma trabalhadora, né? Mas eu não entendo porque pra mim é igual, não é trabalho? Acho que um dia vai ser um trabalho como outro... vai ter gente estudando em faculdade e trabalhando como empregada (aponta para mim)... na Alemanha é assim... já viajei pra lá com meus antigos patrões, quando eu era babá... (Cristina, 40 anos, desempregada).

O que acho pior é que como doméstica a gente não tem o direito que uma pessoa de loja tem... a gente trabalha demais... só reconhecem o tempo de serviço para se aposentar [...] (Rita, 33 anos, diarista).

Não vou demorar aqui (no atual emprego), ela não assina carteira, não paga o salário (mínimo) e explora muito... Nos outros empregos (como babá) eu tinha isso tudo... a gente se sente muito discriminada... Não vou passar a vida toda como empregada, não [...] (Roberta, 25 anos, empregada doméstica mensalista)

Todo o mundo não trabalha e tem seus direitos? Por que só empregada não tem direito? ... Ah, melhorou muito... Mas precisa melhorar mais, ser igual a todo o mundo [...] (Margarida, 50 anos, empregada doméstica mensalista)

Obviamente o reconhecimento pleno exige da sociedade, de maneira geral, outra visão sobre o emprego doméstico e essa “manobra” requer, entre outras coisas, renovações de ordem cultural e não apenas sanções institucionais. E apesar da interdependência dos processos que envolvem cultura e organização social, sabemos que valores, consciências e instituições não atuam necessariamente de modo sincrônico. Um hábito, por exemplo, pode se transformar ou desaparecer mais lentamente do que exige uma nova ordem institucionalizada.

O que queremos ressaltar é que os sentimentos de sujeição indecente e de exploração intensa, na visão das trabalhadoras, estão fortemente relacionados com as discriminações que cercam o emprego doméstico no país. Elas, essas mulheres, acabam por sentir o “menosprezo” proveniente de dois mundos distintos e complementares: de um mundo particular, no qual as desigualdades se formulam através das demarcações de poder no cotidiano, e de um mundo público que reconhece e valoriza diversas atividades na atualidade, mas que ainda não acolheu integralmente a profissão.

Nesta perspectiva, é como se houvesse a sensação de que no Brasil a atividade “não é trabalho, mas servidão” - já que não tem o reconhecimento (e, portanto o respeito) e o status que outras profissões (mesmo assalariadas) usufruem socialmente.

Aproximações ideológicas entre servidão/escravidão e emprego doméstico

As considerações tecidas são aquelas fundamentais para a compreensão da noção de servidão para nossas elaborações, bem como da associação do termo com um modo de vida e de trabalho específico: o emprego doméstico. Embora historicamente servidão e escravidão tenham instituído regimes de explorações diferentes, as releituras e atualizações permitem a aproximação das expressões no sentido do servilismo indecente.

A servidão extremada constitui um sentimento daquilo que é compreensível e é visto nas observações do dia a dia, nos relatos das profissionais ouvidas, nas lembranças que envolvem essa relação tão intensa, ambivalente e atípica de

trabalho que *embaralha* de modo particular: dominação, proteção, servilismo, afetos e cuidados.

2.2 “COM HORA PRA PEGAR E SEM HORA PRA LARGAR”: ELEMENTOS DE UM CAMPO DE CONTRADIÇÕES

A afirmação impactante de Ianni (1988) de que é possível perceber em nossa sociedade a herança da escravidão como predominante sobre todas as demais heranças, leva-nos a pensá-la como traço simbólico marcante que contribui para imprimir características como o personalismo e naturalização do servir nas relações contemporâneas.

Entretanto a “passividade” diante da estrutura dominação/exploração não é característica de grande parte da categoria. O movimento sindical do Recife tem contribuído para a conscientização de muitas mulheres enquanto profissionais e “tem uma forte atuação junto à Federação e nos processos de mobilização Nacional” (ÁVILA, 2009, p. 161), por meio da qual é formulada a visibilidade das atrizes implicadas e a luta pela democratização.

Como foi constatado por Ávila (2009) em suas investigações, entre as profissionais pesquisadas para este estudo predomina a percepção de que o Sindicato existe para defender direitos e garantir informações:

“ Fui lá no sindicato fazer as contas quando fui demitida. Não quero prejudicar ninguém, mas quero todos os meus direitos... não é melhor fazer tudo certinho? Lá eles (o Sindicato) fazem as contas [...] (Margarida, 50 anos, empregada mensalista).

A entrevistada atualmente (soubemos disso mais tarde) está processando judicialmente a ex-patroa para garantir os cálculos previstos pelo sindicato, já que a patroa se recusou a pagar o valor integral na rescisão do contrato. “Para tudo tem limite”, afirmou Margarida, manifestando um sentimento de indignação compartilhado por quase todas as mulheres ouvidas quando o assunto envolvia as noções de prejuízo.

A exploração diária é superada pelas trabalhadoras através das resistências cotidianas, “é a luta rotineira e normal para garantir a subsistência e a sobrevivência” (SCOTT, 2002). Pequenos furtos (BRITES, 2000) e a lentidão nas tarefas, por exemplo, são meios eficientes utilizados no dia a dia, primeiro porque evita um confronto aberto e perigoso num jogo de poder desigual, depois porque garantem vantagens imediatas e concretas.

Já que a igualdade plena com a patroa não faz parte das possibilidades reais, estratégias são utilizadas para aliviar as tensões provocadas pelas explorações cotidianas. Faltas intencionais, atrasos e a lentidão na execução de tarefas são apontadas como alternativas eficientes pelas trabalhadoras:

A gente vai fazendo devagar, vai fazendo o que dá... não tem condições de fazer tudo, não... me faço de surda, me arrasto até dar minha hora (de largar)... já disse pro meu filho que começou a trabalhar com limpeza geral num condomínio: depois você aprende a enrolar [...] (Margarida, 50 anos, empregada mensalista).

Se eu deixasse... ah, mas tiravam meu sangue... tiro e boto a mesa não sei quantas vezes por dia... faço até a feira da casa porque a madame parou de trabalhar pra cuidar do filho... sabe o que eu faço? fico em casa às vezes, invento doença, sabe? Digo que eu ou o meu filho adoeceu... aí tiro um dia pra mim [...] (Luíza, 32 anos, empregada mensalista).

Não foi somente Luíza que empregou o termo “madame” para se referir a patroa. Adquirindo o sentido de futilidade, havia implícito na ironia da expressão o orgulho e a valorização do trabalho duro e o menosprezo pelos hábitos requintados das empregadoras, manifestado por outras profissionais:

Ah, quando eu botava meu perfume a casa incensava... gosto de sair de batom vermelho e perfume que cheira forte... (risos) um dia ela (a patroa) estava dizendo pra filha dela e eu ouvi: olha coloca um pouco aqui (apontando para o pescoço) e outro pingo aqui (na altura do colo)... pra que isso? Se a menina queria ficar cheirosa.... aquele perfume dela nem cheiro bom tinha, perfume chique, caro, mas muito fraquinho... gosto de cheiro ativo mesmo [...] (Margarida, 50 anos, empregada mensalista)

Noutros momentos, no entanto, as virtudes do/da patrão/patroa eram referências inspiradoras para as trabalhadoras:

Tive patrão juiz, médico, da polícia federal... são todos amigos meus, quando eu preciso eu ligo pra resolver uma bronca... já aconteceu (a necessidade de ajuda) no aeroporto... tive patroa que era professora da Universidade, ela mesma morou fora, fui com ela... eu era babá.... a gente aprende muito com eles (patroa e patrão), como falar, como se comportar, a elegância... fiz até a quarta série mas as pessoas pensam que eu estudei, mas é porque eu tenho modos [...] (Cristina, 40 anos, desempregada).

As estratégias de aproximação com “os modos de ser” dos/ das patrões/patroas são utilizadas, na maioria das vezes, para superar os estigmas associados à profissão:

“ [...] não suporto empregada que anda largada... aí acham que empregada é tudo assim... tá certo que a gente não é rica, mas precisa andar feito mendigo? (risos) Eu tenho vaidade, gosto de andar bem vestida, perfumada, de batom...” (Margarida, 50 anos, empregada mensalista).

Goffman (1980) analisa os sentimentos da pessoa estigmatizada sobre si própria e a sua relação com os outros socialmente mais aceitos. Explora a variedade de estratégias que os estigmatizados empregam para interferir nas próprias imagens, de modo a torná-las publicamente mais atraentes. Esta é uma luta diária e da construção de identidades e superação de máculas pessoais e códigos de desqualificação.

Tensões, contradições e cumplicidades nas relações entre patrões e empregadas

Como não estava previsto, não abordamos através das entrevistas parte significativa de patroas/patrões. A partir da estratégia adotada para chegar a essas

profissionais, não foi possível também ouvir mulheres que trabalham para camadas mais privilegiadas da sociedade, um dos alvos de nossas futuras investigações.

Certamente há diferenças entre as relações desenvolvidas nas diversas camadas sociais, e as condições de classe imprimem abismos mais ou menos acentuados entre padrões/patroas e empregadas domésticas. Mas neste estudo não foi possível tecer comparações entre esses diversos segmentos. Este enfoque escapou ao principal interesse de nossa proposta.

Entretanto, as tensões estiveram sempre presentes em todos os depoimentos - como fruto de uma experiência atual ou passada -, e são acirradas pela “insuficiência” da “aproximação” e “intimidade” (mais ou menos desenvolvidas) para dissolver as distâncias sociais entre os agentes implicados.

Como dissemos anteriormente, as ambivalências típicas do universo doméstico têm há muito constituído o conteúdo das tramas desenvolvidas pela literatura, pelo cinema, TV e teatro no Brasil e no exterior. Em *Memórias do Subsolo* (2006), ou *Notas do Subsolo*¹⁵, Dostoiévski destaca emoções como ódio e desprezo para distanciar profundamente o personagem principal do romance (um homem amargo e solitário) e seu empregado indiferente e sádico. Neste caso, todo o domínio é invertido nos jogos de poder diários e o patrão é metodicamente torturado e ignorado pelo empregado.

Na mesma linha, Eça de Queiroz (2001) desenvolve a narrativa de *O Primo Basílio* e mostra como uma empregada cínica e ressentida pode transformar-se numa mulher manipuladora e maliciosa, capaz de destruir o casamento (e a vida) de sua patroa. Assim como ocorre na literatura, a inversão da dominação e autoridade entre empregados e padrões compõe, frequentemente, o enredo de peças e novelas.

As mulheres ouvidas se mostraram conscientes de sua importância enquanto profissionais, para as patroas/patrões, ao se impor ou barganhar vantagens de diferentes tipos: adiantamentos de salário, a aquisição de um objeto ou uma folga extraordinária, por exemplo. As negociações fazem parte de um jogo de poder onde a profissional conta com sua “indispensabilidade” enquanto força “coercitiva”. Os relatos a seguir representam essa consciência:

¹⁵ A obra foi publicada em ambos os títulos.

precisamos uma da outra... J. (a patroa) é uma pessoa muito só... me conhece há muito tempo... então, ela me agrada muito porque sabe do meu valor [...] (Joana, 38 anos, empregada mensalista).

Ah, já cheguei a dizer que ia embora muitas vezes... (por causa de) muitas coisinhas que não gostava ali... Aí ela vinha... (a patroa) vinha pedir desculpas, mandava eu tirar um dia de folga... queria saber se eu precisava de alguma coisa em casa.... mas arrumar empregada para casa que tem criança é muito difícil, fico porque gosto dos meninos, não me incomodo com eles [...] (Luíza, 32 anos, empregada mensalista).

Já Clarice Lispector, em várias de suas crônicas, trata da relação entre empregadas e patroas alternando os pontos de vista dos sujeitos envolvidos. Uma dessas obras chamada *Por detrás da devoção* o fio condutor da intriga subjaz na relação patroa-empregada e a autora relata o ódio se escondia sob a dedicação doce e extremada das empregadas domésticas revelando que, no fundo, todo servilismo é carregado de hostilidade e ressentimento. (ROCANDOR, 2008).

Desenvolvendo uma visão sagaz da relação, Lispector foi capaz, em suas obras, de revelar (mas também de esconder contradições) um universo carregado de emoções negativas. Em *Por detrás da devoção* ela “problematiza a visão idealizada da devoção ou servilismo como expressão de amor, gratidão e lealdade da classe trabalhadora” (RONCADOR, 2008, P.169). Pode-se, como afirma Lispector, “ser devota odiando”. A visão romântica da mãe preta carinhosa pode ser desconstruída na perspectiva da “ternura amarga”, sugere a autora, que representava para Lispector um produto da humilhante condição servil da empregada doméstica que insiste em sobreviver às *metamorfoses sociais*.

Distanciamentos e aproximações

As contradições são aprofundadas pelo sentimento de “aproximação precavida”. Há um limite claro, ou conforme disse uma entrevistada: há uma barreirinha permanente: “tem sempre uma barreirinha entre nós” (entre domésticas e seus/suas patrões/patroas). Note-se que a confusão está entre a “intimidade e a

separação”, de modo que para a trabalhadora o limite não se dá por uma “barreira”, mas por uma “barreirinha”, algo que não parece absolutamente sólido ou rigorosamente estabelecido. Ao contrário, aparenta flexibilidade, como se fossem fronteiras (quase) móveis.

Foram comuns os relatos do tipo: “como com eles na mesa”, “em tal casa (experiência de trabalho) não faziam diferença entre a gente (empregadas) e eles/elas (patrões /patroa), “eu e fulana (a patroa) somos amigas”. Por conta dessa “elasticidade fronteiriça”, uma das participantes aproximou-se de sua patroa num momento em que a mesma se encontrava em situação de muita vulnerabilidade. Voltaremos a esta história logo adiante.

Queremos aqui ressaltar que os laços de amizade se estreitaram entre os sujeitos separados pela “barreirinha móvel”, de modo que a empregada se transformou “subitamente” na “melhor amiga” confiante, na visão da trabalhadora. “agora é comigo que ela desabafa... não tem outra (amiga), não”, garante, Rosa, a entrevistada.

A depender das vivências e percepções de cada uma das participantes, as demarcações sociais podem parecer mais ou menos fixas. Nossa pesquisa de campo revelou que as experiências são muito variáveis. Entretanto, a convivência em geral é sempre assinalada pelas contradições que diferenciam o emprego doméstico das profissões de caráter mais racionalista e formal e o institui num campo de tensão permanente.

Entre Elas: percepções de gênero nas relações do trabalho doméstico

Um dos pontos de conflito, por exemplo, é a presença da figura masculina no espaço doméstico. Dissemos noutro lugar que as trocas e interações no ambiente de trabalho são, geralmente, mais intensificadas entre as mulheres porque foi cristalizada em nossa tradição a ideia de que “o patrão não tem jeito para essas coisas”, como afirmou uma participante. Sabemos que a divisão tradicional de gênero reserva o trabalho doméstico para as mulheres – de modo que a participação masculina é muitas vezes mínima ou ganha frequentemente contornos de colaboração e não de divisão propriamente dita de tarefas.

Essa realidade tanto pode despertar a solidariedade intragênero quanto acentuar o sentimento de competição num espaço socialmente definido como feminino. Certa vez ouvimos de uma pessoa conhecida que sua empregada não lhe dispensava tratamento tão generoso quanto aquele oferecido a seu marido (o patrão), para quem a profissional se desdobrava em dedicação e doçura. Contrariada com a situação, a moça recém-casada repetia nas pausas de sua fala: “mas isso está acabando, eu não quero mais... fica parecendo que a esposa é ela”.

Por outro lado, a solidariedade pode se manifestar, em particular, quando um acontecimento retira o véu de superioridade em que o/a patrão/patroa se encontra envolto (a), revelando a fragilidade da condição humana que desafia os privilégios materiais. Solidariedade, por exemplo, que pode se desenvolver na identificação de gênero. Voltamos agora à história de que há pouco falávamos. Alguns meses depois da entrevista feita com uma das participantes, Rosa, aconteceu um reencontro não previsto.

Tal como sugere Eckert (2003) em suas análises a respeito das espacialidades e da etnografia de rua, o ato simples de caminhar pode se tornar estratégia para a interação e todos os momentos podem representar **bons momentos** para a investigação de cenários e de histórias de vida. Ficamos atentas, nas circunstâncias do encontro fortuito com Rosa - conduzido pela conversa apressada e não programada -, à emotividade expressa na voz, nos olhos e nos gestos daquela mulher.

Procuramos saber como ela estava, perguntamos por sua família e, em poucos minutos, a trabalhadora começou a nos contar com evidente contrariedade que sua patroa fora “abandonada pelo marido “em troca de uma mulher mais nova, interesseira e magricela” que não demoraria a descartar seu ex- patrão muito em breve e que, ela mesma (Rosa), gostaria de “viver para ver” com que cara ele voltaria para casa quando este dia chegasse: “Agora (na casa da patroa) somos só nós duas, eu e ela... e os meninos [...]” (os filhos do casal), disse-nos, assumindo firme solidariedade.

Lembramo-nos, naquele momento, da entrevista de Rosa ocorrida muito antes desse episódio. Recordamos todo o carinho e dedicação que a empregada afirmava ter para com o ex-patrão “um homem muito bom... muito melhor que ela” (a

patroa), dizia. Dessa vez, porém, era a empregadora que arrancava elogios daquela mulher: “ela (a patroa) é muito bonita, ainda é nova... deu a ele dois filhos, é inteligente... como esse homem foi fazer uma coisa dessas?”. Rosa afirma que cansou de alertar a patroa: “desconfiava porque o homem de uma hora para outra só saía cheiroso demais... falava baixinho no telefone...”. Hoje, de acordo com a empregada, ela e a patroa passam horas rememorando as pistas da traição, que deixaram escapar.

Transpondo as análises de Sennett (2001) e *buscando* um paralelo com nossas elaborações, podemos compreender esse processo de aproximação como fruto de um momento em que **se reconhece intimamente o que uma pessoa sente**. Rosa se pôs no lugar da patroa traída e abominou aquele marido “infel” como se fosse seu. O comportamento daquele homem representava, para Rosa, algo inerentemente masculino: abrir mão da família por frivolidades, só porque a adversária “é mais nova”, repetia-nos a trabalhadora inconformada.

Neste caso, é como se toda a autoridade e diferenças sociais responsáveis pelo distanciamento entre os sujeitos da relação, fossem enfraquecidas pela **vulnerabilidade e identificação** de gênero. “Em particular parece como um modo de imaginar como seria alguém antes considerado uma autoridade [...] (e agora tendo exposta a sua face mais humana) é a diferença entre dizer ‘sei como é isso’ e ‘sinto por você’”. (SENNETT, 2001, p. 192).

Entretanto, o estreitamento dos laços de lealdade e a intensificação do sentimento de intimidade paradoxalmente desenvolvido nos jogos de poder e distinção estabelecida cotidianamente não parecem compensar a exploração intensa e extensa a que estão submetidas essas profissionais no dia a dia de trabalho e a jornada constitui uma das principais queixas da categoria ou uma das grandes razões do desgosto com a profissão; inclusive para Rosa cuja carga horária diária, de acordo com depoimento, varia entre 9 e 10 horas de trabalho por dia, sem pausa preestabelecida para o descanso “dependendo do que tem que fazer, se é dia de feira ou não...”, afirma a trabalhadora.

As melhores expectativas com o futuro são apoiadas na percepção positiva do tempo. Desse modo, entre as mulheres ouvidas, as mais jovens se mostraram mais entusiasmadas com a possibilidade de mudanças enquanto aquelas com idade

acima dos 50 anos não alimentavam grandes esperanças com relação à transformação profissional ou de vida: “emprego doméstico é o destino para quem não estudou”, afirmou Lúcia, que trabalha como doméstica há mais de quarenta anos.

As restrições socioeconômicas foram percebidas, pelas participantes mais velhas, como uma consequência *natural* da vida e não uma fatalidade imposta pelas desigualdades e injustiças de modo geral. As principais razões para a pouca escolaridade estavam ligadas às necessidades urgentes de sobrevivência. O trabalho doméstico (mesmo com as precariedades que marcaram o início da carreira de quase todas as participantes) representou a “libertação” da extrema pobreza, particularmente para as trabalhadoras de origem rural, neste caso, independentemente da idade delas:

Sair do corte da cana foi a maior benção de Deus. Eu e meus irmãos (irmãs) viemos trabalhar aqui (em Recife) muito novos ainda... aí tive patroas boas e outras mais exigentes, mas nunca fui maltratada mesmo e comecei a ter minha coisas.... lá (no interior) a gente passou até fome era muito trabalho embaixo do sol, muita pobreza, muita dificuldade [...] (Vânia, 37 anos, desempregada).

Contudo, entre a maioria ouvida, havia um “quê” de lamento ou uma dose de “desgosto” ou contrariedade quando o assunto era a sujeição a longas horas de trabalho sob regime irregular: “aqui é pesado, começo cedo e largo tarde... uns dias mais tarde outros mais cedo, tenho meu dinheiro por mês, mas vivo cansada [...]”, relatou Rosa.

Espaços sociais de convivências entre patrões/patroas e empregadas: das senzalas aos ambientes contemporâneos

Um elo entre emprego doméstico, exploração, segregação e regime servil pode ser captado também através das hierarquias espaciais no interior dos lares, verificadas em plantas arquitetônicas. O quarto destinado a empregadas em

construções modernas de casas e apartamentos – dormitório extremamente pequeno e pouco arejado -, ainda hoje só ganha sentido junto à área de serviço.

O filme “Recife Frio”¹⁶, de Kleber Mendonça, apresenta uma sequência de cenas curiosas que termina por discutir o espaço arquitetônico (e social) reservado à empregada. A narrativa é elaborada a partir de uma “entrevista” realizada junto a uma família de classe média, onde se discute a utilização estratégica do cômodo na casa, diante de uma catástrofe natural que transformara o Recife numa cidade de clima subtropical. Por meio da abordagem típica de filme documentário, ouvimos a seguinte explicação sobre as instalações destinadas às trabalhadoras:

[...] sempre localizado na área de serviço, esta instituição arquitetônica brasileira é herança da escravidão, fantasma moderno da senzala. O quarto da empregada é o menor cômodo da casa ou apartamento e o mais calorento. Suas janelas são mínimas ou inexistentes. Invariavelmente ficam na parte de trás das construções, no poente [...] (Trecho do filme).

De modo irônico (e pelas razões mais absurdas) Mendonça consegue transformar o cômodo em espaço de cobiça. Na trama, a disputa pela dependência da empregada faz com que a doméstica mude de quarto e passe a se acomodar numa suíte ampla do apartamento. Desolada, a mulher não lamenta apenas pela intensidade do frio agravado pela troca de dormitório, mas também pela dificuldade de adaptação em ambiente tão diferente do que ela estava acostumada: “além do frio, de certa forma ela está se sentindo um peixe fora d’água porque nunca morou na suíte” conclui a patroa da ficção.

Mas se no filme o quarto da empregada passa a representar objeto de disputa, na realidade o cômodo está longe de ganhar contornos tão atrativos e se perpetua por uma lógica que dá sentido à segregação. Souza (1991, p. 26) esclarece que:

¹⁶ A narrativa de Recife Frio (2009) se dá a partir de uma reportagem realizada por uma TV argentina para cobrir um fenômeno climático que transforma a capital pernambucana numa cidade permanentemente fria de um instante para outro. Numa passagem marcante, o quarto da empregada é apresentado como objeto de desejo inusitado, na busca por aquecimento, de uma família de classe média cujo apartamento se localiza na beira-mar da praia de Boa Viagem.

Como forma espacial que integra trabalho/moradia, a dependência de empregada reproduz, pode-se dizer, sob novas determinações, formas anteriores próprias ao período escravocrata, tal como a senzala [...] as acomodações das mucamas, das negras de cozinha e moleques de recado se resumiram no quartinho da empregada doméstica, última remanescente ou testemunha social de nosso regime escravocrata, ou seja, o seu quartinho abrindo a porta para o tanque de lavagens ainda é a senzala.

A existência da dependência de empregada revela ligações ainda muito estreitas com formas de prestação de serviços cujas raízes se encontram no passado escravista. É válido supor que “a senzala se constitui no modelo original de dependência de empregada [...] quase como uma versão atualizada da senzala que foi internalizada na casa moderna” (SOUZA, 1991). De fato o espaço privativo do quarto e do banheiro da doméstica ainda hoje pode representar resquícios de um modo de vida apoiado nas relações servis/escravocratas que marca fora da casa o lugar da/do serviçal.

Além das casas, onde inicialmente o quarto das/dos empregadas/empregados se localizava frequentemente no quintal, sobretudo nas grandes mansões; até o início da década de 1990 os apartamentos do Recife (e não somente os mais sofisticados) representavam, de certo modo, moradias completas: com copa, cozinha, salas de jantar e de visita, tanque, banheiro e quarto de empregada, “pois toda família que se prezava tinha uma empregada doméstica morando em casa”. (SOUZA, 1991). Hoje é mais raro encontrarmos nas construções modernas, o quarto da empregada. Mas ainda ocorre como mostra uma planta recente:

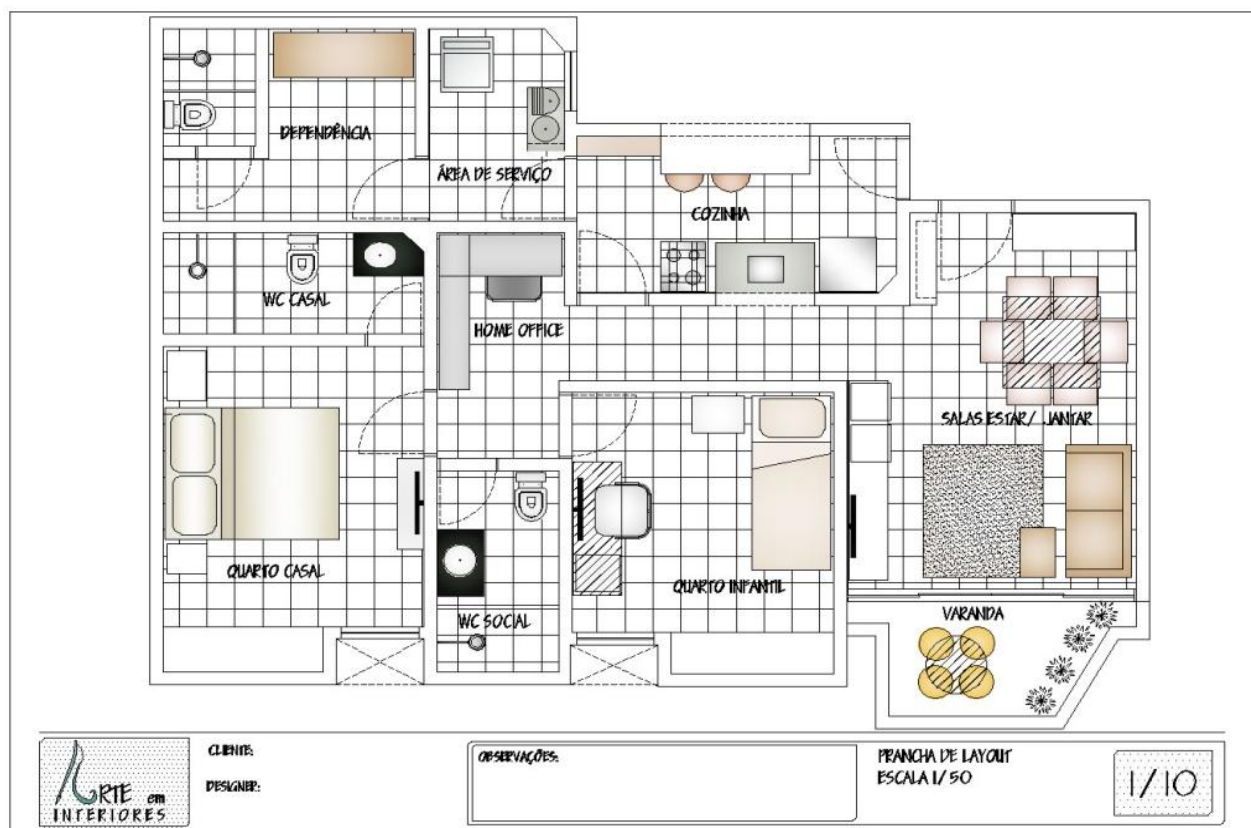


Figura 1 - Planta arquitetônica de apartamento localizado no Recife

Fonte: Alice Areias. (Designer de interiores).

A planta foi projetada (conservada a escala) para fins de reforma e decoração internas. O espaço é de pequena dimensão: mede apenas **60m²**. No entanto a área reservada para as instalações da dependência de empregada pode ser considerada um “verdadeiro cubículo”, como explica a projetista:

O quarto de serviço tem apenas **4m²** e mal distribuídos, com banheiro de apenas **1.5m²** [...] um verdadeiro cubículo. Parece espaçoso porque o cômodo possui um sofá-cama de 1.6m de largura e 60 cm de profundidade, mas para virar cama, ele tem de abrir, por isso não há mais espaço para nada no quarto. (Alice Areias, designer de interiores).

Apesar da moradia no emprego marcar o início da experiência de todas as profissionais entrevistadas, até duas décadas atrás, de acordo com dados do DIEESE (2011), a frequência de “empregadas residentes” era sensivelmente maior.

Contudo, desde a publicação da obra de Souza (1991), mudanças comportamentais, inseridas em processos sociais mais amplos - como a afirmação profissional e a tendência à racionalização do trabalho no mundo moderno -, têm ecoado em todos os segmentos sociais. No entanto, a pesquisadora percebeu já naquela época a tendência para se transformar o quarto da empregada em espaço reversível nas construções modernas. Tendência que tem predominado atualmente:

Na maioria das vezes o que temos hoje é um quarto reversível no lugar da dependência de empregada. Ele pode ser transformado em escritórios ou quarto de hóspedes... é o que a maioria dos moradores quer agora [...] (Alice Areias, Designer de interiores).

“Meu canto” e “meu local de trabalho”

As razões apontadas para a resistência quanto ao vínculo emprego/moradia estão também relacionadas à maternidade, e a idade dos/das filhos/filhas. A família ocupa, para todas as mulheres ouvidas, um lugar de destaque em suas prioridades. O trabalho, por exemplo, por vezes significou uma necessidade imposta pela privação material que impede as vivências cotidianas da maternidade, desejada por parte das profissionais, conforme relatos colhidos:

Por mim, não trabalhava, ficava só com ele (o filho de dois anos de idade)... mas não tenho quem me dê (quem lhe garanta as necessidades materiais)... só aceito emprego que largue cedo, por causa dele (do filho). (Cristina, 40 anos, desempregada).

Sinto falta de mais tempo com minha família... dos meus filhos (um menino de 6 anos e uma menina de 13 anos de idade)... quero um emprego de segunda a sexta [...] (Vânia, 38 anos, desempregada)

No entanto, a maternidade não é a única razão apontada. Além da ideia de exploração e de servilismo, o sentimento de prejuízo e de injustiça está associado, de uma ou de outra maneira, à simbiose emprego/moradia:

Não quero (dormir em emprego) porque não acho justo mesmo, gosto de ter meu canto, minha privacidade. Nem é pelo trabalho porque tinha casa (onde a trabalhadora dormia) em que às 6h da noite eu não fazia mais nada, ia pro meu quarto, ver filmes, descansar... digo por experiência própria. Outras não são assim... mas porque a gente tem que ficar ali? (permanecer na casa dos/das patrões/patroas)... Acho que depende muito da empregada também, do que ela aceita [...] (Cristina, 40 anos, está desempregada atualmente).

De acordo com matéria recente¹⁷ a mudança de comportamento está causando alterações no mercado imobiliário com a extinção do quarto das empregadas nos novos apartamentos:

os quartos de empregadas estão sendo menos requisitados, as construtoras procuram ganhar um pouco mais de espaço na área de serviço, cozinha e também com as varandas que possuem churrasqueiras, espaço cada vez mais pedido pelas famílias (Trecho da matéria).

Entre as participantes da pesquisa apenas 2 (duas) profissionais dormiam no emprego. Ainda assim, somente eventualmente. Uma delas é folguista e a condição faz parte do contrato, já que ela trabalha “tomando conta de um senhor de idade”, como diz, três vezes na semana. A outra cede a um pedido ou outro (quanto à permanência) quando percebe que a patroa precisa muito, “porque ela merece, é uma pessoa maravilhosa”, afirma.

Para combater as ambivalências em relação ao sentimento de vulnerabilidade, dependência e servilismo indecente “instauram-se os termos da negação da autoridade” de acordo com (SENNETT, 2001, p. 72) e da condição de opressão. É como se o oprimido tomasse consciência de sua contribuição no processo de construção e viabilidade da relação de opressão/autoridade e por meio da resistência, ainda que individual, procurasse romper a estrutura de dominação. Num esforço para concorrer no campo de forças, Cristina se diz consciente da sua importância para a manutenção do estilo de vida dos patrões e afirma que: “tudo

¹⁷Fonte: <http://www.sbt.com.br/jornalismo/noticias/?c=8936&t=Apartamentos+com+quarto+par+a+empregada+estao+em+extincao>. Acessada em 30/08/2011.

depende da gente... eles (patroas e patrões) dependem da gente pra muita coisa... eu me imponho [...]”.

Variações nas relações de compadrio entre patrões/patroas e empregadas

Retomando o passado como base reflexiva, percebemos que as submissões tinham (e têm) elas mesmas, suas variações. Cardoso (2010) explica que era um tanto diferente a situação em que se encontrava o “escravo de ganho” ou de “aluguel” - aqueles que prestavam serviços para outros a mando de seus senhores; os de engenho, dos cafezais ou da cana-de-açúcar -, dos escravos domésticos. Além do que, desde o século XVIII, aponta o autor, o trabalhador conviveu com diferentes regimes não escravistas de trabalho, tão precário e vulnerável quanto aquele a que era submetido o escravo. Dependendo da função e representações sociais (afetivas, mercadológicas, pragmáticas) ao trabalhador, “livre” ou não, eram estabelecidos tratamentos diferenciados. Com relação aos engenhos de açúcar, Cardoso (2010, p. 57) destaca:

Hierarquias ocupacionais distinguiram os escravos segundo a qualificação para o uso adequado do maquinário, a capacidade de produção do açúcar com determinado padrão de qualidade etc., gerando expectativas de ascensão social e de alforria que não existiam nos campos da cana e do algodão (p. 57).

De modo semelhante, porém demasiadamente “romântico”, discorre Freyre (1967, p. 450) sobre as asperezas vivenciadas pelo escravo do campo quando comparado à vida “tranquila” dos cativos domésticos:

[...] deve-se, porém, distinguir entre os escravos de trabalho agrícola e os do serviço doméstico – estes eram beneficiados por uma assistência moral e religiosa que muitas vezes faltava aos do eito. Na maior parte das casas-grandes sempre se fez questão de negros batizados [...].

O autor vai além, ao descrever a relação extraordinária que se desenvolvia entre senhores e escravos domésticos (FREYRE, 1967, P. 451):

[...] houve senhora de tal modo interessadas no bem estar dos escravos que levavam aos próprios seios, “mulequinhos”, filhos de negras falecidas em consequência de parto, alimentando-os do seu leite de brancas finas... nos engenhos e fazendas vários escravos chegaram a unir-se pelo casamento vivendo assim em família, com certas regalias que os senhores lhes conferem.

Ao mesmo tempo em que se experimentava a exploração demasiada, dividia-se o espaço do lar, e muitas vezes também a intimidade – em razão do convívio intenso entre servos e senhores. Neste sentido não parece absurdo supor que essas particularidades produziam efeitos nas subjetividades que se expressavam, no nível emocional, em sentimentos de apegos, lealdades e cuidados em geral.

O Compadrio, por exemplo, era elo comum estabelecido entre senhores e escravos ou entre homens “livres” pobres (ex- escravos ou não) e seus “patrões” donos da terra. Grosso modo, esta instituição estava pautada em negociações que vislumbravam proteção em troca de lealdade, desvelando uma aparente quebra de barreiras sociais entre as pessoas envolvidas. (FREYRE, 1967; FRANCO, 1997; GRAHAM, 1992). De acordo com Franco (1997, p. 84):

Os vínculos estabelecidos entre padrinho e afilhado era tão ou mais fortes que os da consanguinidade: não apenas o padrinho era obrigado a se colocar no lugar do pai, mas tinha de ajudar o afilhado em várias ocasiões [...], o afilhado, por sua vez, ajudava o padrinho em tudo em que este necessitava e frequentemente tomava o nome da família.

Há algumas décadas as relações de compadrio eram fortemente celebradas entre empregados/empregadas e patrões/patroas, quando princípios mais formais não faziam parte das negociações diárias. Rosa e Maria, por exemplo, conta com alegria que colocaram os nomes de ex-patrões/patroas em seus/suas filhos/filhas em justa homenagem a quem lhes ajudaram a criá-los/criá-las:

“dona E. Foi uma pessoa maravilhosa, ia trabalhar lá (na casa da patroa) com os meninos (um filho e uma filha nesta época) e ela fazia tudo por eles... dava comida, roupa, ensinava a escrever, a ler... até costurar para meus meninos ela costurou...”. Dei o nome dela a minha filha [...](Maria, aposentada, 70 anos).

Já os filhos de Rosa tiveram seus nomes escolhidos pela ex-patroa:

[...] foi ela quem botou o nome dos meus filhos M. e R., mas é porque eles foram criados lá, né? Na casa dela, com as meninas dela... tudo junto... ela me ajudou demais, o que ela comparava pra as meninas dela, trazia para os meus meninos... era fralda de pano... naquela época era de pano, era brinquedo, roupa, leite [...]

Obviamente as relações nos circuitos domésticos passaram por mudanças ao longo dos anos que não podem ser ignoradas e os *laços de compadrio*, parecem não ser mais tão frequentes, pelo menos é o que sugere nossa pesquisa quanto as experiências das profissionais mais jovens.

A trajetória legal que informa a situação da categoria é, para nós, outro referencial importante para se pensar as transformações (positivas, diríamos). No entanto, ao mesmo tempo em que as leis contribuem para o reconhecimento, ajudam a sustentar o servilismo indecente visto que, por omissão, a jornada de trabalho no emprego doméstico, uma das principais queixas das trabalhadoras, continua sendo, de modo geral, a mais longa entre as profissões reconhecidas.

De acordo com estudiosos (FRANCO, 1997; IANNI, 1988, CARDOSO, 2010) a herança servil ajudou a perpetuar a debilidade econômica e social do país e a naturalizar a exploração demasiada:

No começo era pior, a gente dormia nas casas e só parava de trabalhar de dez, onze horas (da noite) e no outro dia tinha que estar ali, disposta... é o tipo de serviço que ninguém quer fazer, sabe? Não lavavam um copo... não me ajudavam [...] (Vânia, 38 anos, desempregada).

Às vezes ela (a patroa) me chama para trabalhar aos domingos e desconta (compensa dia extra de trabalho) quando quer... o que ela pensa? Nem acredito quando ela me pede, acho uma falta de consciência... várias vezes quis deixar esse emprego, mas tenho pena (da patroa), acredito nisso?... Mas não vou (trabalhar aos domingos), digo que não posso [...] (Roberta, 25 anos).



Figura 2 - mãe negra com filho de criação. Foto: Militão Augusto de Azevedo, 1837-1905

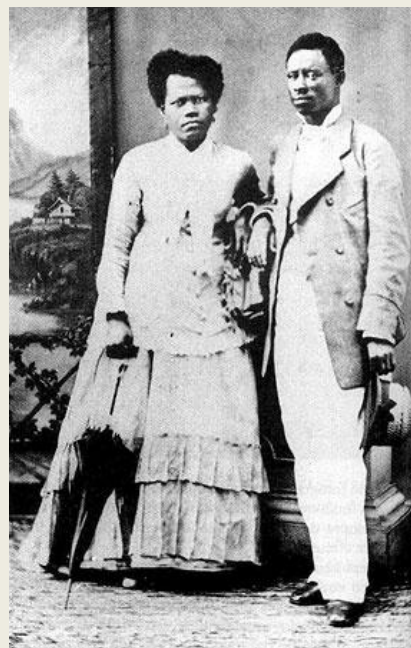


Figura 3 - casal de ex-escravos vestidos e penteados à moda européia. Foto de Militão Augusto de Azevedo, 1837 – 1905

Dos Laços Instáveis...

As palavras de Roberta, “quis deixar esse emprego, mas tenho pena” revela toda a contradição das emoções envolvidas. E o problema dos laços afetivos é como afirma Sennett (2001), que eles nunca são estáveis. Roberta encontrou numa nova proposta de emprego (algo que tomamos conhecimento depois da primeira entrevista com ela) a chave para sua “libertação” e reconhecimento profissional. Ela ainda lamenta pela “pirangagem” da patroa que, diferentemente de outras empregadoras, não se dispõe a compensar as “injustiças remuneratórias” por meio de concessões de agrados extras.

De modo geral, as circunstâncias que envolvem o emprego doméstico imprimem trocas afetivas, o intercâmbio de bens materiais e simbólicos e uma permanente reorganização do espaço. A circulação de presentes constitui algo fundamental para uma boa relação, de acordo com as participantes, como se representasse a dívida em sua plenitude (MAUSS, 1974), mas essencial também para as manutenções hierárquicas.

Esse trânsito de bens e conformações contribui para a perpetuação do jogo de domínio que Bourdieu (1989) definiu como um jogo de estratégias simbólicas utilizadas para garantir posições mais favoráveis a seus integrantes, mas com o cuidado de atenuar contradições gritantes que, de outra maneira, seriam ameaçadoras.

No caso do emprego doméstico, mecanismo como a eufemização da condição servil, a comicidade das tramas fictícias e as compensações afetivas e materiais ajudam a suavizar a dominação. Em nossa pesquisa de campo deparamo-nos com um problema semelhante ao que Brites (2003) encontrou em suas pesquisas:

Ao investigar as relações de emprego doméstico num bairro de Vitória/ES, Jurema Brites constatou que: “os relacionamentos clientelistas com os patrões eram, de fato, táticas que as empregadas utilizavam para tirar o melhor proveito possível de uma situação desfavorável” (BRITES, 2003, p. 66). Entre as contradições do que é considerado como política modernizante e universo político atrasado, a pesquisadora recorreu às noções de “dinâmica da cultura popular”, defendidas por Bakhtin, para dar conta de seu objeto.

A literatura já produzida reconhece a complexidade das relações, problematizando as ambivalências. Entretanto as vantagens do serviço doméstico são associadas também ao caráter informal presente nesta esfera: “aqui (na casa da patroa) se eu faltar ela nem desconta, quando trabalhava na loja (comércio no centro da cidade do Recife) era tudo contado e nem almoço nos davam”, disse-nos Joana, uma das informantes.

A situação ideal para as profissionais ouvidas traz as vantagens de dois mundos opostos e *complementares*: o formal com suas regulamentações e garantias

e um mundo que se abre para as “brechas” das negociações e as trocas extraordinárias. Portanto, a patroa mais apreciada é aquela que cumpre todas as formalidades, mas também cultiva os laços mais pessoais de entrosamento e permite a elasticidade dos acordos.

E é nas fronteiras do tempo que parece se inserir o emprego doméstico no Brasil, marcado por rupturas e continuidades, reconhecimentos, formalizações e resistências; localizado entre as racionalidades exigidas pelas demandas políticas atuais e a valorização dos compromissos afetivos. Gradativamente, as mensalistas estão sendo substituídas pelas diaristas, estão trocando a “estagnação” no emprego, pela autogestão do tempo de trabalho e do tempo pessoal (DIEESE, 2011). Das quinze entrevistadas, quatro são diaristas e mais duas manifestaram a vontade de migrar para a profissão.

Encontramos trabalhadoras divididas entre as vantagens de uma e de outra ocupação. Percebemos que entre a opção pelo trabalho de mensalista e a modalidade autônoma de faxineira, folguista e passadeira - se estabelece o conflito pautado pelo medo da desproteção (afetiva e Legal) e o desejo de trocar “patroas por clientes” como meio de atenuar exploração e conquistar maior liberdade.

O capítulo que segue traz as características do contexto social em que o estudo foi desenvolvido, as considerações pertinentes acerca das particularidades locais e o perfil da trabalhadora doméstica no país. Num segundo momento, apresentamos as mulheres participantes da pesquisa.

3. “ENTRE PATROAS E CLIENTES”: O CONTEXTO E OS SUJEITOS DA PESQUISA

3.1 O CONTEXTO SOCIAL: EMPREGO DOMÉSTICO NO BRASIL

Parcela grande de mulheres no Brasil (dezessete por cento das que trabalham) se dedica ao serviço doméstico remunerado. No entanto, as configurações do trabalho doméstico remunerado não são uniformes no território Nacional. A relação entre a oferta de empregos e a procura pelo serviço pode

representar particularidades regionais de ordem cultural, econômica e histórico-social.

No Recife, por exemplo, foram observadas as maiores proporções (16,9%) de empregadas domésticas entre sete capitais brasileiras. (DIEESE, 2011), enquanto Porto Alegre apresentou a menor taxa (12%). As questões raciais estão fortemente presentes na montagem do perfil da categoria que - engendrando uma associação particular entre gênero, classe e raça/etnia -, compõem o segmento mais importante na ocupação de mulheres negras. O comércio, por sua vez, representa o segundo setor que mais emprega pessoas (negras e não negras) com pouca escolaridade. (DIEESE, 2011).

No caso das associações entre raça/etnia e emprego doméstico pesquisas apontam que em praticamente todo o país prevalece a presença de mulheres negras e pardas contratadas para a atividade (Ávila, 2009). O Recife tem 80% de mulheres negras alocadas no serviço, Porto Alegre emprega 26,5% dessas mulheres, enquanto as demais (consideradas não negras) representam 73,5% do segmento nesta última cidade. Somente em Porto Alegre e em São Paulo prevalece o perfil da trabalhadora doméstica não negra, obtendo-se, neste último caso, uma variação mínima. (DIEESE, 2011).

Essa diferença se deve, em parte, pela maior ou menor concentração da população negra numa região. O Rio Grande do Sul e o Estado de São Paulo (bem como as Regiões Sul e Sudeste de modo geral) tiveram formação étnico-social substancialmente diferente de outras partes do país. *A nova imigração, propriamente dita, se deu a partir de 1808 quando se instalou um permanente fluxo de europeus para o Brasil que se acentuou com a fundação da Colônia de São Leopoldo no Rio Grande do Sul em 1824.*¹⁸ Esse processo migratório ocorrido se manteve até meados do século XX e seu contingente constituiu, em larga medida, a mão de obra assalariada do Estado de São Paulo e grande parte da população campesina no Sul.

Quanto aos rendimentos, constata-se que eles não se diferenciam entre negras e não negras. A categoria, de modo geral, continua recebendo os menores rendimentos nacionais (DIEESE, 2011), mesmo entre os empregos considerados

¹⁸ Fonte: <http://www.brasilecola.com/brasil/imigracao-no-brasil.htm>, acessada em 17 de novembro de 2011

residuais ou socialmente desvalorizados no país, reservados a pessoas consideradas como pouco qualificadas.

Já as variações que envolvem as regulamentações e garantias de direitos encontram-se mais associadas às regiões do que à dimensão raça/etnia, quando se trata do trabalho doméstico remunerado. As mensalistas sem carteira assinada se concentravam, em 2010, nas cidades de Salvador (45,7%) e Recife (36,6%), de acordo com o estudo¹⁹ comparativo.

O serviço doméstico remunerado guarda também uma particularidade quando comparado a outras profissões assalariadas no Brasil. Esse âmbito é, com frequência, a “porta de entrada” para o exercício da atividade remunerada para muitas meninas menores de idade. De acordo com Ávila (2009) mais de 41% das empregadas domésticas começaram a trabalhar entre os 10 e os 14 anos de idade.

Pesquisas garantem, entretanto, que a proporção de crianças e jovens, com idades entre 10 e 17 anos, exercendo o trabalho doméstico remunerado tem pouca representatividade atualmente (DIEESE, 2011) e que a faixa etária predominante encontra-se entre os 25 e 39 anos em todas as regiões do país (ÁVILA, 2009, P. 152). Mas apesar dos dados recentes, Ávila revela, a partir de suas investigações, a frequente ocorrência de meninas que começaram a trabalhar auxiliando as mães no emprego. Tal experiência é relatada por apenas uma das participantes de nossa pesquisa:

[...] parei de estudar com doze anos de idade para trabalhar ajudando minha mãe, porque ela adoeceu, e depois não pôde mais. (continuar trabalhando), mas meu sonho era ser psicóloga... Não fui e não vivo me lamentando. Aprendi a ser passadeira com minha mãe, aí ficou sendo minha profissão... tenho orgulho do que faço, criei meus filhos (três homens) assim e ainda ajudo a criar minhas duas netas [...] (Marília, 56 anos, passadeira)

De todo modo, embora se registre quedas estatísticas referentes à relação: menor idade e trabalho doméstico remunerado, este estudo reitera a inserção

¹⁹ Fonte: DIEESE, SEADE, TEM/FAT e instituições regionais. PD – Pesquisa de Emprego e Desemprego.

precoce de muitas meninas na atividade. De todas as entrevistadas (15 participantes) apenas uma delas começou a trabalhar a partir dos 18 anos de idade. As demais se iniciaram na profissão ainda muito cedo, entre os 10 e os 16 anos, geralmente como babás e “ajudantes”.

Há mudanças na legislação alterando o teor das relações empregatícias e a configuração do emprego doméstico no país, principalmente a partir das últimas décadas. Não é apenas o reconhecimento de direitos e a perspectiva de regulamentação plena que compõem a pauta de discussões na atualidade. Conforme apontamos anteriormente, o tradicional contrato mensalista vem, aos poucos, sendo substituído pela modalidade diarista, em maior ou menor proporção, por todo o país. (DIESEE, 2011).

As mensalistas continuam sendo maioria e uma das razões alegadas em nossas entrevistas para a permanência/resistência desse modelo contratual encontra-se associada à noção de vulnerabilidade, na percepção das trabalhadoras:

[...] se a gente adocece e falta um dia não recebe. Como ‘contratada’ (mensalista) muitas vezes a patroa nem desconta um dia de falta [...] (Cristina, 40 anos).

Outra entrevistada alega que:

O trabalho fixo (mensalista) consome mais o tempo [...] por este lado trabalhar como diarista é melhor, dá mais liberdade. O problema é que não é dinheiro garantido por mês [...], só se a pessoa tiver muitos clientes certos [...] (Rita²⁰, 32 anos, diarista).

Já a preferência pela profissão de diarista é expressa com firmeza por Marília:

²⁰ Rita trabalhou como mensalista por muitos anos e “trocou” a “estabilidade” que o emprego oferecia por “mais tempo pessoal” como diarista.

Nunca quis ser empregada doméstica²¹ ou babá. Acho que tenho mais liberdade como passadeira e a convivência muito grande (entre aquelas e patrões) complica, um começa a querer saber muito da vida do outro [...] tenho mais tempo do que elas, faço o meu tempo, elas não. Ficam presas. Também ganho mais do que um salário (mínimo), bem mais [...] (56 anos, passadeira).

[...] não deixaria de ser folguista para ser empregada (mensalista) porque gosto do meu tempo livre e só faço aquilo que acertei [...] (no acordo). (Aninha, 39 anos, folguista).

A literatura sugere também que tem havido uma mudança no perfil do (a) empregador/ empregadora, que pode estar associada a outras questões, além daquelas impostas pelos encargos legais que têm sido, gradativamente, estendidos às profissionais. Neste sentido, muitas das mulheres consultadas disseram perceber esta mudança como uma nova tendência de oferta. Duas delas afirmaram que:

[...] eles (os patrões/patroas) estão mudando, estão preferindo diarista, a não ser quando têm bebê em casa aí precisam de babá [...] dizem que é pela privacidade [...]. (Cristina, 40 anos, desempregada).

Olha muitas amigas minhas são diaristas [...] ah, porque ninguém quer mais... (contrato mensalista)... quer dizer tem patroa e empregada que ainda querem, mas muitas não querem não... tem gente que não pode pagar o salário e o INSS... pesa pra eles (patroa e patrão), né? [...] (Luíza, 32 anos, empregada mensalista).

Mas apesar das reconfigurações, a disseminação e manutenção do emprego doméstico no país continuam constituindo uma realidade que aparentemente não dá sinais de extinção, em curto prazo, mas antes vêm sofrendo atualizações e modificações pontuais como resultado das transformações recentes que estão ocorrendo em diferentes níveis: econômicos, culturais e sociais.

Empregadas domésticas que dormem no emprego, por exemplo, hoje constituem minoria. Neste estudo, realizado na Região Metropolitana do Recife,

²¹ Marília, como outra participante que é *folguista*, não reconhece sua profissão como empregada doméstica. Ela se define apenas como diarista ou passadeira.

localizamos, entre quinze mulheres, apenas duas trabalhadoras que vivenciam esta experiência no emprego. Uma delas é “folguista” e a condição faz parte do contrato, a outra aceita a solicitação dos/das patrões/patroas, de modo extraordinário, como forma de retribuição pelo tratamento que recebe: “a patroa merece”.

Como dissemos noutro lugar, a rejeição do contrato emprego/moradia se encontra fortemente associado ao sentimento de exploração:

[...] toda hora te pedem uma coisa, você vai dormir e ainda lhe acordam para pedir coisas tarde da noite. [...] na hora de você descansar estão lhe pedindo pra fazer as coisas [...] (Luíza, 32 anos, empregada mensalista).

Sobre o assunto, Ávila (2009, p. 190), explica que:

Para as trabalhadoras que vivem na residência das/os patroas/patrões a extensão da jornada de trabalho aparece sempre relacionada à hora precisa de acordar e à hora precisa de ir dormir, como se o uso do tempo na casa das patroas estivesse dividido entre o tempo de trabalho e o tempo de dormir, com exceção dos casos em que as empregadas estudam à noite, nas quais as referências de fim da jornada é a hora de ir para a escola [...]

Para além das questões óbvias que envolvem a fadiga e a necessidade do tempo para o uso pessoal (estudos, dedicação à própria família, lazer, entre outros), a resistência está profundamente relacionada à dimensão moral da relação, como o sentimento de servilismo oposto à noção de autonomia que o vínculo diarista acentua.

Entretanto, a experiência emprego/moradia foi vivenciada por quase todas as mulheres entrevistadas para esta pesquisa. Morar na casa dos/as patrões/patroas representava tanto uma exigência desses/dessas quanto uma necessidade das empregadas domésticas, principalmente para as trabalhadoras de origem rural e para aquelas que residiam muito distantes do local do emprego. A frequência deste modelo estava relacionado à oferta para babás.



Figura 4 - Lúcia: “quando precisam durmo no trabalho, ela (a patroa) merece isso.”

Fonte: A autora

O emprego de babás marcou o início da carreira profissional da maior parte das trabalhadoras, como se cuidar de crianças fosse uma atribuição natural das meninas, enquanto as outras tarefas, embora domésticas, dependessem mais da experiência e do aprendizado. No entanto, todas as entrevistadas consideraram a função de babá como a tarefa mais difícil, “puxada” e de maior responsabilidade. Por isso essa deveria ser, na opinião delas, ocupação mais bem remunerada do que a de lavadeira, cozinheira e arrumadeira.

(Como babá) A gente não descansa nunca, não pode tirar o olho do menino, a maioria exige dormida (no emprego), a responsabilidade é muito maior do que cuidar da casa [...] não sei como deram um (uma criança) para eu cuidar quando eu tinha 13 anos... (no primeiro emprego) Acho que babá deveria ganhar mais do que arrumadeira, cozinheira [...] (Cristina, 40 anos, desempregada)

O casamento ou laços de união e o surgimento de filhos/filhas representou para quase todas as entrevistadas o momento de rompimento com o modelo

residente. O depoimento de Rosa sintetiza o argumento das outras entrevistadas com relação ao assunto:

Trabalho como doméstica há quase 40 (quarenta) anos, fui empregada doméstica a vida toda e eu dormia em todas as casas quando comecei a trabalhar. Só parei de dormir quando conheci o meu marido, aí a gente resolveu casar e depois de dois anos tive meu primeiro filho [...] já casei com vinte e tantos anos e aí já estava querendo mesmo o meu canto [...] nenhum marido também quer uma mulher que dorme fora [...] e os filhos? Como é que ficam? [...] (Rosa, 51 anos, empregada mensalista).

Os cuidados domésticos são frequentemente exercidos em relação à condição de mulher. A dupla jornada, percebemos nos depoimentos, é motivo de desconforto, mas também de satisfação. As falas alternaram sobre o acúmulo de tarefas com indignação e orgulho. O desconforto foi expresso como resultado da falta de colaboração, como disse Rosa, nas atividades do lar. Já a satisfação estava associada à capacidade de superação e cumprimento das atribuições típicas:

Dou conta (da casa e do trabalho)... se você chegar agora lá (na casa da trabalhadora) vai ver como mantenho minhas coisas... gosto de tudo organizado, cheirosinho... adoro ver minha casa arrumadinha, pintada, limpa [...] (Joana, 38 anos, empregada mensalista).

Nível de escolaridade e idade das trabalhadoras

Outra questão relevante, no que tange às mudanças, é a relação entre os níveis de escolaridade e a idade das trabalhadoras domésticas. Em nossas entrevistas constatamos que a dimensão geração, como registramos noutro momento, representou uma variável importante para se refletir sobre as mudanças sensíveis ocorridas no emprego doméstico nas últimas décadas.

De acordo com os registros Nacionais, prevalece a presença de maior nível de escolaridade entre as mulheres mais jovens. Aquelas com idade de até trinta e

poucos anos, com as quais estabelecemos contato, foram, em sua maioria, as que concluíram ou ainda cursam o ensino médio e são também as que manifestaram melhores expectativas de progresso e de status profissionais. Dois depoimentos ilustram isso:

[...] trabalho e estudo porque meu sonho é fazer enfermagem ou veterinária quando terminar o colégio. Adoro essas coisas: aplicar injeção, fazer curativo, acho que tenho o dom [...] adoro animais também, acho bonita a profissão (veterinária), mas acho mais difícil passar na Rural (UFRPE) do que fazer um curso técnico de enfermagem [...]. (Roberta, 25 anos, está cursando o 2º ano do Ensino Médio).

Quero ser médica ou professora [...] no colégio sempre gostei de ciências e de biologia que eu comecei a estudar agora [...] meu sonho é fazer faculdade [...]. (Elizabete, 17 anos, estuda no 1º ano do Ensino Médio)



Figura 5 - Elizabete percebe o emprego de doméstica como algo necessário, mas transitório.

Fonte: A autora



Figura 6 - Roberta pretende prestar o vestibular este ano - 2012.

Fonte: A autora

Muitos fatores podem estar relacionados à mudança no perfil das trabalhadoras domésticas nos últimos anos, entre os quais se encontra o crescimento econômico e o nível de escolaridade das jovens que vem aumentando, o que gera oportunidades de trabalho socialmente mais valorizado.

Entretanto, o nível de escolaridade das trabalhadoras é, de maneira geral, baixo em todas as regiões brasileiras (DIEESE, 2011). Essa característica tem ainda relação estreita com a dimensão raça/etnia, sendo mais evidenciada entre as mulheres negras ou pardas. Ianni (1988, p. 270) explica que “o processo de absorção do africano e seus descendentes continua em desenvolvimento [...] tendo assumido mais recentemente configurações variadas, esse processo ainda não se encerrou”.

Os dados relativos às condições de trabalho e aos níveis de escolaridade da população negra no Brasil, ainda hoje, são fundamentais à compreensão de um processo mais amplo e historicamente estruturado que redefinira ideologicamente a posição desigual do negro em nosso sistema econômico, social e cultural.

Ianni (1988, p. 271) afirma que “[...] a relação entre negros, mulatos e brancos evidentemente não é mais a do escravo e senhor; é aquela definida pela condição de classe, complicada pelas heranças ideológicas do passado”. Portanto, além de se manter como uma ocupação de mulheres, o emprego doméstico tem uma relação inextrincável com o regime escravagista e por decorrência “este é o setor do mercado onde estão mais presentes as mulheres negras” (ÁVILA, 2009, P. 150).

Entretanto, as variações de rendimentos e a jornada de trabalho (quase sempre muito extensa) parecem estar mais relacionadas às particularidades socioeconômicas e culturais de cada região do que às questões étnicas/raciais. Assim, tanto as mulheres negras quanto as não negras recebem em média um salário mínimo na Região Nordeste e acima disso nas Regiões Sul e Sudeste, quando mensalistas. (DIEESE, 2011). As mensalistas com carteira assinada são as que exercem jornada mais longa em todas as regiões, destacando-se a cidade do Recife onde a carga horária média é de **56 a 57 horas semanal** (DIEESE, 2011).

A longa jornada de trabalho foi a razão para que Claudete aceitasse a proposta de um novo trabalho em serviços gerais (numa academia de ginástica), abandonando o antigo emprego de doméstica:

Trabalho somente durante à tarde, tenho tempo para ir ao médico, resolver alguma coisa, almoçar em casa com o meu marido [...] aqui (na academia) consigo parar mais, descansar mais do que quando era empregada (doméstica) [...], posso “namorar” mais a minha casa, como empregada não tinha tempo para a minha casa [...] (Claudete, 36 anos).

O contrato como diarista foi apontado por todas as mulheres ouvidas como aquele que “dá mais liberdade”, porque, de acordo com ela, a jornada de trabalho é menor e o horário estabelecido é mais flexível, podendo ser determinado por elas mesmas:

A hora que eu pego e largo depende de mim. Só saio quando tudo está pronto, independentemente de horário. Mas sempre adianto meu serviço pra largar cedo, não fico descuidando, vendo televisão, me distraíndo com outras coisas... Elas (as mensalistas) não. Elas ficam presas até dá aquela hora que acertaram com as patroas [...] não queria, não (ser mensalista), consome mais o tempo da gente [...] (Margarida, passadeira, 56 anos)

Como dissemos anteriormente, as pesquisas vêm registrando a redução de trabalhadoras domésticas mensalistas em todas as regiões brasileiras, entre os anos 2000 e 2010 e vêm constatando a elevação do vínculo diarista. As desvantagens apontadas por nossas entrevistadas quanto a essa última, repetindo, diz respeito à instabilidade maior que envolve a ocupação. Já as vantagens, para elas, estão relacionadas à ideia de liberdade.

A celebração social da autonomia eleva o status ocupacional do vínculo diarista. A ideia explícita no contexto mais amplo é que a modalidade sinaliza “os novos tempos”, a nova ordem modernizante da autogestão e da especialização da mão de obra, o que contribui para a valorização de passadeiras, faxineiras e

folguistas: *“ser autônoma é outra coisa. Dá mais respeito, trabalho pra mim [...] não tenho patrões, tenho clientes”*, afirma Marília.

Essas mulheres parecem se utilizar da negação para afastar os sentimentos de exploração intensa e dependência demasiada que se cristalizaram na noção de emprego doméstico e na profissão de doméstica. Por dissociação boa parte delas redefine o significado do termo *empregada doméstica* e sua aplicabilidade concreta. O que se percebe na fala de algumas profissionais é a preocupação com a distinção: “não sou empregada sou folguista, trabalho três vezes na semana...”, repetia Aninha em seu depoimento.

A função de diarista, de modo geral, bem como a inserção no mercado de trabalho produtivo, mesmo na condição de assalariadas, ganha significados de legitimação profissional em oposição à figura “ultrapassada” da trabalhadora doméstica ineficiente e fisicamente desgastada. A fala de uma participante representou, para nós, essa constatação: “Como passadeira tenho **clientes, não tenho patrões**, faço meu horário e atendo até onde posso... tem gente na fila aguardando vaga para ser atendida”. (Marília, 56 anos).

Numa época em que as empregadas domésticas começam a conquistar e ampliar os direitos trabalhistas após décadas de luta organizada -, a simbiose emprego/moradia e as jornadas de trabalho não predefinidas (por lei ou por acordo) parecem sinalizar um retrocesso, noção expressa em diferentes níveis por quase todas as participantes. Obviamente estas constatações se referem a uma tendência e não a um comportamento unificado das trabalhadoras domésticas, mas denunciam o horizonte de mudanças.

Impacto de condições pessoais e sociais e modalidades de emprego doméstico

Das transformações que afetam as configurações do emprego doméstico no país, ressaltamos o envelhecimento da população, a diminuição do tamanho das famílias e a expansão das atividades de comércio como questões relevantes neste processo. (DIEESE, 2011). Novamente o depoimento de Claudete torna-se emblemático:

Eu não posso dizer que estudei porque fiz só até a quinta série (do 1º grau), a vida toda trabalhei como doméstica porque não tinha estudo e através de uma amiga consegui esta vaga... Antes era mais difícil emprego em lojas, restaurantes, padarias, mesmo que fosse para trabalhar com limpeza. Hoje em dia tem mais oportunidade... Tenho amigas que não querem mais ser doméstica porque a gente tem menos tempo para nossa casa, nossa família... trabalhando como doméstica. Aqui pego (expediente) a partir das duas horas (da tarde)... tenho tempo para mim [...]. (Claudete, 36 anos, casada)

Perguntamos a esta entrevistada, se a natureza do serviço havia sofrido muitas variações com o novo emprego, ao que ela respondeu:

[...] em parte mudou, porque lá (no emprego doméstico) eu arrumava, cozinava, passava. Aqui não tem mais nada de cozinha é praticamente só a limpeza [...].

Como foi dito antes, a noção de status transparece nas falas das mulheres que não se reconhecem como empregadas domésticas. Assim como Marília faz questão de esclarecer sua profissão: “nunca quis ser empregada, sou passadeira” e Aninha se diz “folguista”, Claudete garante sentir-se mais valorizada como **empregada de uma empresa**, pois embora na prática suas atividades não tenham sofrido muitas mudanças, a trabalhadora afirma não se sentir mais “*à disposição de uma pessoa o dia inteiro*”. É que agora ela tem “*hora para pegar e hora para largar como é em todo canto*”.

Das contradições à cidadania almejada

Contudo, há muitas ambivalências entre as questões de ordem prática e emocional. As palavras de Claudete “*é um serviço como outro qualquer*” remetem às relações mais racionais de trabalho e, portanto, ao reconhecimento profissional e à superação das arbitrariedades subjetivas. Podemos então, de certo modo, constatar que a percepção das informalidades -, bem como da disponibilidade demasiada

fortemente presente no emprego doméstico – diz respeito a algo que implica em servilismo e vergonha.

Entretanto outras vantagens relatadas por essas mulheres sobre o serviço doméstico estão apoiadas nas “brechas” ampliadas por uma relação personalista, como as possibilidades de negociações em geral (faltas, folgas, adiantamentos salariais, férias), quando outras opções de inserção no mercado se mostram pouco acessíveis.

Ao contrário de Claudete, esta percepção foi responsável pelo retorno de Joana ao serviço doméstico como mensalista depois de cinco anos trabalhando como vendedora numa loja do centro do Recife. De acordo com a visão dela:

(o comércio) não compensava porque lá eu também trabalhava muito e não tirava nada por fora, além do salário... era seco (sem garantias extraordinárias), até a comida eu tinha que levar da minha casa [...].

Apesar da regulamentação plena da ocupação no comércio, Joana afirma que “vive menos apertada” no novo emprego. Vale ressaltar, aqui, que a trabalhadora recebe mais de um salário mínimo no atual emprego como empregada mensalista e conta com as vantagens dos dois mundos, das formalizações e dos laços de afeto: “ela (a patroa) faz tudo por mim...”, afirma.

A precarização e a vulnerabilidade marcam de modo mais profundo os acordos por dia de trabalho, pois não asseguram vínculo empregatício e não oferecem garantias como férias e aviso prévio. O INSS, por exemplo, passa a ser responsabilidade individual do trabalhador autônomo:

[...] esse é o perigo, digo para as meninas novas que começaram agora como diarista, não deixarem de pagar a previdência porque a gente não sabe o dia de amanhã [...] (Marília 56 anos, passadeira)



Figura 7 - Marília chega em casa depois de mais um dia de trabalho como passadeira

Fonte: A autora

A opção entre as modalidades de mensalista e diarista tem sido uma fonte de conflito permanente entre as trabalhadoras que se veem diante das duas ofertas. Podemos dizer que se trata de uma escolha, na visão das entrevistadas, que se encontra, antes de tudo, nas fronteiras da segurança e da liberdade, da dependência e da autonomia, de imagens estereotipadas e da profissionalização.

Hoje o intenso debate sobre a necessidade do reconhecimento de direitos, a consolidação profissional e as questões que envolvem a cidadania vem afetando substancialmente as consciências das trabalhadoras e a configuração do trabalho doméstico na contemporaneidade. As discussões precisam se inserir nos processos mais amplos de mudanças e demandas mercadológicas por que vem passando as sociedades ditas industriais (ou em vias de transformações), onde o impacto mais poderoso foi “as pessoas começarem a se sentir responsáveis por seu lugar no mundo” (SENNETT, 2001, p. 68).

Oliveira²² discute as transformações sociais a partir de 1930 e destaca a construção da cidadania no Brasil “pelo processo da incorporação das massas populares na estrutura de Governo”. A autora analisa, entre outras questões, a formação dos sindicatos Nacionais e conclui que essas organizações, amadurecidas a partir da década de 1960, foram fundamentais para a consolidação da CLT e da tutela dos direitos previstos em prol das trabalhadoras domésticas.

Do ponto de vista cultural “a escravidão por suas práticas, suas lógicas, seus sonhos de poder absoluto dá uma forma histórica a um imaginário social que não desaparece com a abolição” (GIRARD, 1993, citado em ÁVILA, 2009, p. 55) e marca de modo negativo, em nossa sociedade, um tipo de trabalho caracterizado pelo esforço físico. O emprego doméstico é fortemente afetado pelas concepções particularmente preconceituosas construídas na sociedade escravagista (ÁVILA, 2009, P. 55):

O estigma que pesa sobre esta categoria criando problemas na sua identidade como trabalhadora e para a construção de uma identidade política [...] nos oferece uma compreensão da profundidade da questão como herança do processo de formação social do país.

No entanto:

[...] elas percebem, suportam e enfrentam o estigma herdado da história de sua categoria, o que elas vivem atualmente permanece sendo o resultado de suas histórias. Mas o conjunto de movimentos da sociedade permite em momentos específicos, novas direções do jogo social dentro do qual elas se inserem: elas são suficientemente interessadas para terem escutado o barulho da cidadania, a pesquisa o mostra (GIRARD, 1993, citado em ÁVILA, 2009, p. 55).

Nossas investigações empíricas não contaram com parcela representativa da categoria organizada politicamente, como foi dito, mas as questões relacionadas às

²² Mestranda em Sociologia e Ciência Política. IUPERJ – Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro – Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Ciência Política

mudanças, tanto no nível da consciência quanto nas práticas e comportamentos, puderam ser percebidas a partir das variações geracionais, de modo surpreendente.

Constatamos que a afirmação pessoal tem, para as profissionais mais jovens, um peso moral maior. O sentimento de ser respeitada e reconhecida pelos outros e a resistência a determinadas regras compreendidas como demasiadamente servis têm se mostrado mais presentes nas falas dessas mulheres se comparadas às trabalhadoras mais velhas (na faixa etária dos 40 aos 70 anos).

As perspectivas de mudança foram expressas pelas profissionais mais jovens: “tenho muito tempo pela frente, não tenho filhos, quero fazer muita coisa ainda [...]”, relatou Elizabete, empregada mensalista que tem 17 anos de idade. Expectativas menos positivas foram manifestadas pelas mulheres mais velhas, com mais de quarenta anos de profissão e com baixo nível de escolaridade, conforme depoimento:

Estudar e dormir na casa dos patrões só presta quando você é novinha, como eu era quando comecei... Parei de estudar na 3ª série (Ensino Fundamental) e fiquei só trabalhando [...] me arrependo porque podia ser outra coisa hoje... uma professora, mas a gente vai ficando mais cansada (com a idade), vem a família, a gente vai se encostando [...] penso em voltar só para aprender a ler melhor, leio pouco, conheço mais os números [...] mas aí penso, voltar pra que? (aos estudos). (Margarida, 50 anos, empregada mensalista).

Uma matéria²³ publicada recentemente, fala sobre o envelhecimento acelerado da categoria como consequência das “fugas” de filhas das empregadas para outros rumos profissionais, socialmente mais cobiçados e valorizados. De fato, para as trabalhadoras mais jovens entrevistadas, o emprego doméstico representou uma ocupação necessária, mas também transitória e secundária.

Aspectos institucionais das relações humanas

²³ Revista Época, nº 714, 23/01/2012.

As ambiguidades inerentes ao emprego doméstico que faz com que os sujeitos inseridos neste campo experimentem uma mescla de sentimentos, receios, afetos, proteção e frustrações, é o que determina internamente o caráter complexo dessa instituição: ambiente íntimo e opressivo.

Não nos cabe julgar a legitimidade dos sentimentos desenvolvidos, como os laços afetivos que geram proteções, cuidados e lealdades de ambas as partes. Ouvimos de uma patroa evidentemente emocionada, o seguinte relato:

Ela (a empregada doméstica que acabara de fazer 85 anos) só sai daqui morta. Cuidaremos dela até o fim de sua vida, com muito amor, e tentaremos retribuir o carinho que ela sempre teve por todos nós, durante todos esses anos [...].

A ética da simpatia, generosidade e respeito são fundamentais para o sucesso das relações, de acordo com a percepção das entrevistadas. As afetividades estão presentes em todos os relatos, mesmo quando estes sentimentos são recuperados por meio das lembranças de uma experiência de trabalho feliz. Há, sempre, ou houve, bons/boas patrões (patroas) que fazem toda a diferença. Deparamo-nos com uma multiplicidade de experiências vividas envolvendo as relações interpessoais no emprego.

Nos depoimentos colhidos ouvimos histórias de gratidão, de esperanças, de decepções, de humilhações e de verdadeiros vínculos afetivos que confundem as formalizações. Entretanto, cabe ressaltar novamente aquilo que já dissemos muitas vezes neste estudo: as demarcações não são atenuadas aqui, da mesma forma em que as hierarquias não desaparecem nas relações de trabalho de modo geral.

O emprego doméstico continua assinalado por profundas contradições, carregado de violência simbólica e cultural cuja superação não depende apenas das manifestações positivas de simpatia e respeito nos níveis mais subjetivos. Do ponto de vista cultural, as características da profissão estão fundadas nas teias ideológicas onde essas relações se renovam permanentemente.

3.2 LAVADEIRAS, COZINHEIRAS, PASSADEIRAS: QUEM SÃO ESSAS MULHERES?

Todas as entrevistadas iniciaram sua vida profissional como trabalhadoras domésticas ainda muito cedo, entre os 10 e os 18 anos de idade, sendo que a grande maioria delas continua atuando no setor. Há, no entanto, dois casos de desemprego e uma ocorrência de mudança de ocupação. A faixa etária das participantes variou entre 17 e 70 anos de idade.

As razões alegadas para o desemprego estavam associadas a duas ideias: a oferta escassa para mensalistas (preferência das duas mulheres em questão) e as exigências que elas mesmas disseram impor para a aceitação de uma proposta. Uma delas limitou a carga horária aceitável porque precisa e quer cuidar pessoalmente do filho (uma criança de dois anos de idade), afirmando que “só trabalhava até (no máximo) às 5 horas (da tarde)”. A outra alega que o trabalho de segunda a sábado não compensa porque consome muito tempo e o restante do dia não é suficiente para cuidar de si mesma, de sua casa e de sua família.

Neste entrelaçamento trabalho/família a responsabilidade com a família tem um sentido moral: ser mãe e esposa exige estratégias compensatórias. O sentimento é de que o trabalho como doméstica traz vantagens (garante o sustento) ao mesmo tempo, em que atrapalha o convívio familiar. De modo contraditório, o esforço para compensar a ausência em casa acaba por intensificar a exaustão das profissionais, ao mesmo tempo em que favorece a sensação de vitória: “dou conta de tudo”, afirmava Roberta, mãe de duas crianças, orgulhosa aliviada.

Os Sentidos Atribuídos ao Trabalho

A perspectiva de mudança profissional foi manifestada pelas duas mulheres mais jovens, com idade de 17 e 25 anos. Essas estão entre as quatro entrevistadas que apresentaram nível de escolaridade mais alto (Ensino Médio concluído ou em curso). Como dissemos antes, Elizabete, a mais jovem, acalenta o sonho de ser médica ou professora enquanto Roberta pretende fazer um curso técnico de enfermagem já que o vestibular para veterinária na UFRPE “deve ser muito difícil de passar”.

Já Claudete trocou de profissão; foi trabalhar numa academia de ginástica. O reconhecimento foi uma das razões:

Para mim é diferente trabalhar em casa de família e numa academia, o salário não mudou, mas aqui o povo valoriza mais. Além dos direitos que o trabalho como diarista não dava... o fixo (mensalista) garantia, mas eu não tinha tempo para mais nada [...] a convivência com os alunos, com mais gente, é boa... Não faço tudo sozinha, tem outros empregados[...] (Claudete, 36 anos, Ajudante geral de limpeza).

A formalização da profissão é percebida por todas as mulheres ouvidas não somente como recurso para a melhoria de vida (do ponto de vista prático), mas também representa um meio para a desconstrução da invisibilidade que ainda marca fortemente a profissão e afeta a autoestima das trabalhadoras.



Figura 8 – Claudete trocou a profissão de doméstica pela de auxiliar de limpeza numa academia de ginástica: “aqui me sinto menos isolada”.

Fonte: A autora

No que tange a dupla jornada de trabalho, houve mulheres que relataram a participação de seus maridos nas tarefas de casa como uma condição para a boa

relação. Apesar de essas terem constituído a minoria entre as participantes, a nosso ver, elas expressaram a consciência de um “novo tempo” que, muito lentamente, vem afetando as subjetividades e modificando comportamentos.

Entre as entrevistadas,s, nove são casadas, três se separaram do marido, há ainda duas mulheres solteiras e uma viúva. Treze delas são mães e duas não têm filhos. Sobre a questão da maternidade, Aninha (folguista, 39 anos) explica que:

Casei tarde e sempre evitei filhos (quando estava num relacionamento) porque comecei a trabalhar muito nova como doméstica e não tinha condições de cuidar de filhos e sustentar a minha família (mãe, pai e irmãos/irmãs) ao mesmo tempo.

Com relação às questões que envolvem a maternidade e os cuidados com os/as filhos/filhas, novamente a geração, em nossa pesquisa, representou uma variável importante para a reflexão neste estudo. No grupo pesquisado, todas as mulheres com idade de até 40 anos reduziram espontaneamente (de acordo com elas) o número de filhos/filhas – a grande maioria desejou ou acalenta o sonho de ser mãe de uma ou duas crianças.

A opção por um (a) filho (a) único (a) foi manifestada por três mulheres entre as participantes, com idade entre 36 e 40 anos. Já as mulheres acima dos 50 anos (o caso de quatro pessoas em nossa pesquisa), com exceção de uma –, tiveram um número maior de filhos/filhas e, de modo geral, muito cedo, antes dos 20 anos de idade.



Figura 9 - Rosa: “já me senti como coisa que só prestasse pra servir”

Fonte: A autora

Esta constatação parece estar de acordo com os dados Nacionais do IBGE que registra uma tendência de diminuição na taxa de fecundidade no país em todas as regiões e classes sociais. Isso se deve, em parte, às políticas de controle de natalidade (campanhas, disseminação de métodos contraceptivos, entre outras) e à maior participação da mulher no mercado de trabalho. A maioria das participantes desse estudo se mostrou apreensiva com a “necessidade de trabalhar e cuidar de filho” resumiu Vânia.

A responsabilidade com os filhos (as), quando são muito pequenos (as), é fonte de angústia para as mães empregadas devido à falta de tempo para cuidar deles/delas. De modo geral, as participantes contam com o auxílio de creches ou com a ajuda de familiares que as substituem no cuidado com as crianças.

Das trajetórias às transformações sociais

As trajetórias profissionais de doze entrevistadas foram marcadas pelo “dormir no emprego”, entre essas estão todas aquelas de origem rural (sete mulheres). Entretanto, as mulheres com mais de 30 anos, que são ou foram empregadas mensalistas, vivenciaram esta experiência no início da carreira. Esta constatação confirma a grande ocorrência desse modelo contratual até a década de 1990.

As trabalhadoras migrantes, assim como as de origem urbana, começaram a trabalhar ainda muito cedo e se dividiam entre o trabalho doméstico e o trabalho “na roça”, como costumam se expressar. A pobreza extrema foi a principal causa das migrações para a cidade e para a inserção prematura na atividade. Destacamos **três trajetórias** que ilustram bem a situação:

Trajetória 1: Vânia, 37 anos, é natural de Afogados da Ingazeira (município localizado a 375 km do Recife) e está desempregada há pouco mais de um ano. Filha mais nova de cinco irmão/irmãs, começou a trabalhar ainda criança (com 12 anos de idade) no “corte da cana”. Aos quatorze ingressou no emprego doméstico ainda no interior, mas não recebia dinheiro por isso. *“Ganhava roupas, sapatos, comida, umas ajudas. [...] gostava porque a gente era muito pobre, era um jeito de eu ter minhas coisas”*.

O trabalho no campo “era muito difícil” e gerava poucos rendimentos. A família de Vânia mantinha uma pequena plantação de feijão, algodão e macaxeira própria, mas também não era suficiente para as necessidades básicas da família: “agente passou até fome, era muita dificuldade”, afirma. Tudo isso motivou também a todas/todos as/os suas/seus irmãs/irmãos a buscarem emprego no Recife:

Elas vieram trabalhar aqui (no Recife) também em casa de família. Meu irmão veio primeiro (pra cidade) e foi recebendo a gente aqui. Ele arrumou um emprego como motorista numa empresa e começou a ajudar a família e a arrumar emprego para a gente (ela e as irmãs) também, graças a Deus [...]. (Vânia, 38 anos)

O emprego doméstico se constituiu uma possibilidade única de inserção no mercado de trabalho para a participante e as outras mulheres da família. Com pouca escolaridade e pouca idade à época, não havia como ser diferente. Os irmãos de

Vânia tiveram “a sorte”, nas palavras dela, de aprender a dirigir ainda no interior. Habilidade que permitiu o ingresso no trabalho “formal” para os homens. (um deles é motorista numa empresa, como foi dito, e o outro se tornou taxista).

Aos 15 anos de idade assumir o primeiro emprego como babá. *“eu já tinha um lugar certo (ocupação) no Recife, foi meu irmão que já morava aqui que fez o contato e foi me buscar em casa”*. Desde então, o emprego doméstico foi o único trabalho que a entrevistada conheceu. A moradia no emprego, nos primeiros anos, para ela significou uma necessidade. Vânia tem boas lembranças e afirma que foram as patroas que a estimularam a estudar. (ela concluiu o Ensino Médio). Mas reconhece as dificuldades de um trabalho onde se dorme no emprego: *“[...] mas que assim a gente é muito explorada, isso é verdade”*.

Aos vinte e quatro anos, Vânia conheceu seu atual marido e pai de seus dois filhos (um menino de 7 anos e uma menina de 12 anos de idade) e desde então passou a trabalhar como mensalista e contou com toda sorte de experiências em “casas muito boas e casas muito ruins”. Há pouco mais de um ano Vânia está desempregada *“fazendo uma ou outra faxina que aparece”* e a procura de emprego. Para ela, o contrato mensalista é o que vale mais a pena agora já que “os filhos cresceram”. A única exigência que Vânia faz é de duas folgas semanais, “só trabalho de segunda a sexta”, diz.

Trajetória 2: Maria, empregada doméstica aposentada, 70 anos, natural de Paudalho/PE, foi criada pelo padrinho e pela madrinha. Veio pro Recife “fugida” aos 12 anos quando se iniciou na profissão de doméstica. Maria nunca frequentou uma escola, mas começou a trabalhar “na palha da cana” aos 10 anos de idade. O relato ilustra a vida difícil no campo:

Não tinha estudo porque eles (o padrinho e a madrinha, quem a criaram) não ligavam para isso. Com 10 anos fui para a palha da cana, apanhar algodão, dia e noite. [...] quando era inverno chegava a mandioca e a gente ia (ela e as irmãs de criação) para casa de farinha ralar mandioca... Lá tinha aqueles balaies, era por comissão, era muito trabalho. Se não batesse a cota (20 balaies cheios) não ganhava nada e ainda apanhava do padrinho quando chegava em casa. Todo dia eu dizia pra mim mesma que ia embora, que não estava aguentando... A gente era prisioneira, eu e as filhas dele (do padrinho) [...].



Figura 10 - Maria, aposentada, continua “fazendo bico” como doméstica, três vezes por semana.

Fonte: A autora

Em comparação com a vida no campo, Maria diz que a vida no Recife foi “uma maravilha”. Com 12 anos de idade, trabalhando como “companhia” de um casal de “velhos ainda novos” (definição da participante) o serviço lhe parecia leve. Recebia agrados extras como roupas, sandálias, dinheiro (que enviava para os padrinhos) e dizia se sentir muito bem tratada.

Com a morte do casal, Maria arrumou outros empregos como mensalista e dormia em todas as casas até se casar. Foram experiências longas, de décadas, num mesmo emprego, quando Maria se aposentou. A noção de exploração no emprego doméstico é atenuada pela experiência anterior:

Sofri e ainda sofro (porque recomeçou a trabalhar). Serviço doméstico é pesado... Somente no primeiro (emprego) é que eu não fazia quase nada. No outros eu trabalhava muito, mas criei meus filhos assim (um total de cinco, entre homens e mulheres)... é o tipo de serviço que não acaba: toda hora tem o que fazer, mas na palha da cana era pior, era de sol a sol, na casa a gente faz na sombra, lá eu passava fome, nas casas eu tinha o que comer... Às vezes eu comia até na mesa (com os/as patrões/patroas), arrumada, de banho tomado... Tive uma patroa que até costurou para meus filhos, ela era muito boa [...].

As emotividades transparecem na fala de Maria e das outras mulheres que destacam as gratidões. A atenção recebida, o respeito e os agrados extras representam as características de um bom emprego: “tem gente que é amiga mesmo, que se preocupa com a gente, que dá a mão...” (Maria). No entanto, os desafetos também estão presentes:

... mas tem gente que pensa que a gente não tem vida, que não se cansa. Eu tenho a coluna “errada”, o médico já me disse, de tanto serviço na palha da cana. Hoje não aguento muito trabalho não, faço só o que posso: o serviço leve [...] (Maria, aposentada).

Hoje a trabalhadora ajuda a sustentar netos/netas e bisnetos/bisnetas com o salário da pensão e com o “dinheirinho extra” que recebe pelos dias de serviço que ainda presta.

Trajetória 3: Lúcia, empregada doméstica, 55 anos, mãe de um filho e uma filha, migrante rural, estudou até a 2ª série do Ensino Fundamental, tem dois irmãos e duas irmãs, “dos que restaram”, diz Lúcia. Suas palavras se confundem com as de Maria, ao recordar a vida no campo:

Lá a vida era muito pior, trabalhar na roça é só sofrimento, de sol a sol o dia todo, no corte da cana ou na mandioca... Não gosto de lembrar passamos fome e tudo, era uma vida muito ruim [...].

Lúcia casou tarde “por opção”. Diz que não queria se casar para “não se prender a ninguém” e também não quis ter muitos filhos: O caso dessa profissional

difere da experiência de outras entrevistadas com idade acima dos 50 anos, quando o assunto é a maternidade e o controle de natalidade:

naquela época era difícil, mas eu já tomava remédio (contraceptivo)... foi uma patroa que me ajudou com isso, me levou ao médico... tive só uma menina e um rapaz quando quis, já com 26 anos (de idade)... Tive sorte, porque me ajudaram e pude criar os dois com mais condições... e já foi difícil. Imagine se eu tivesse tido 4, 5 filhos, isso não dava para mim, não... filho também prende muito a gente [...].

A participante começou a trabalhar como empregada doméstica muito jovem, aos 14 anos, quando veio pro Recife e passou mais de 20 anos dormindo no emprego, mesmo depois que a filha nasceu. Da experiência de mais de quarenta anos como empregada doméstica, vem o saldo: “me senti muito humilhada muitas vezes, mas nunca criei caso com patrões, precisava deles... não estudei, não é?...”. Hoje Lúcia diz que vive a melhor fase como profissional. Para ela, o reconhecimento de alguns direitos valorizou a atividade:

[...] agora o serviço doméstico é quase um emprego como outro, está muito diferente, quase ninguém dorme nas casas, tem o salário, as férias... naquela época (quando começou) a gente não tinha direito nenhum, cada um pagava o que queria e a gente tinha que aceitar [...]

No entanto, a noção de mudança positiva não supera, na percepção da entrevistada, todos os prejuízos da atividade. Apesar de reconhecer os laços estreitos entre ela e a atual patroa, a trabalhadora é convicta quando aconselha a filha:

[...] digo a ela que estude para não precisar ser empregada, é um serviço difícil e ainda tem muita discriminação... também digo que chega de menino (Lúcia tem um neto de 2 anos de idade), aconselho, não é? Até agora ela teve juízo.

Lúcia mora numa pequena casa na Zona Norte do Recife, com a filha e o neto. A moça estuda e nunca casou, mas engravidou de um ex-namorado e hoje cria o filho com a ajuda de Lúcia e com uma pensão que recebe do rapaz:

Ele (o genro) paga porque foi obrigado (por lei), mas não quer saber do menino, não [...] ele recebe salário e a pensão do meu neto é descontada todo o mês do salário dele, mas se dependesse dele o menino (o neto) não tinha nada, por isso eu aconselho ela (a filha), porque tá cheio de gente que não tem responsabilidade por aí [...]

É possível observar nas três narrativas formas de reprodução de vivências, tanto na situação de origem (no campo) quanto na chegada à cidade. Entretanto, de modo geral, as experiências de mulheres de origem rural quanto aquelas de origem urbana são, no geral, assinaladas por trajetórias que se reproduzem no mesmo sentido: iniciação como trabalhadora doméstica ainda na infância, abandono dos estudos por necessidade e situação de pobreza.

As condições que permitem o constituir família e a aquisição da casa própria são percebidas como merecimento e dignidade por todas as profissionais entrevistadas. O retorno do esforço duplo vem com o sucesso dos filhos:

Criei todos eles (filho e filhas) com meu trabalho e hoje eles deram para gente, estão empregados, fazendo cursinho pra faculdade... para quem é empregada doméstica foi muita coisa, não foi? (Rosa, 52 anos, empregada mensalista).

Para as migrantes, as condições sociais na cidade continuaram difíceis e o acesso ao emprego se deu pelas “portas da informalidade”, principalmente para as trabalhadoras mais velhas (com mais de 50 anos). No entanto, em qualquer contexto, urbano ou rural:

A infância é um tempo roubado das meninas que se tornaram trabalhadoras como uma condição anterior, ou em concorrência, ao acesso às brincadeiras e ao estudo. Vale ressaltar que o trabalho

doméstico é constitutivo da problemática do trabalho infantil no país. (ÁVILA, 2009, p. 178).

As participantes, de modo geral, demonstraram frustração quanto ao ingresso prematuro na profissão e suas consequências: “por isso não estudei, não tive outra profissão”, lamentou Cristina (desempregada, 40 anos) traduzindo o sentimento evidenciado em muitos relatos.

Acompanhando a trajetória das trabalhadoras, observamos que a relação de trabalho interfere profundamente em outras dimensões da vida: na *opção* por filhos (em muitos casos essa questão foi tratada pelas mulheres como *opção*), nas relações pessoais, no acesso à escola, no descanso e lazer, no investimento em outras atividades de modo geral. As longas jornadas típicas do trabalho doméstico se configuram como obstáculo que, se não impede, dificulta o acesso a outras formas de viver. Essa tensão acentua frustrações que terminam por articular diferentes formas de resistências.



Figura 11 - Cristina, atualmente desempregada: “há sempre uma barreirinha entre nós”
(trabalhadoras e patroas/patrões)

Fonte: A autora

Tensões e resistências

A palavra vínculo, como descreve Sennett (2000, p. 14) tem um duplo sentido “é uma ligação, mas é também, como em servidão, um limite imposto”. As profissionais ouvidas perceberam nos vínculos afetivos mais estreitos, sintomas de uma “abertura maior” dos/das patrões/patroas, o que promove uma obrigação mútua de deveres que extrapolam a cartilha das formalidades e ajudam a garantir o sucesso das relações de trabalho.

As ameaças a esta “arquitetura harmônica” são instaladas pelos conflitos diários e podem facilmente provocar o estremecimento dos laços e a “hostilidade agressiva”. E ambas as partes, pelo o que pudemos perceber (patrões/patroas e empregadas), estão cientes dos perigos das contradições e por isso procuram evitá-los na medida dos interesses de quem manda e de quem *precisa* obedecer.

No entanto, nenhuma precaução parece evitar o que Sennett (2001) chama de “dependência desobediente”, como expressão da revolta e como meio de driblar as demandas percebidas como demasiadamente pesadas e injustas. “Surgem” assim, como foi dito, diversas formas de resistências cotidianas assumidas pelas trabalhadoras: mentiras, atrasos voluntários, lentidão na execução das tarefas (ÁVILA, 2009).

Por meio da “dependência desobediente” as trabalhadoras são capazes de resistir ao que percebem como excessos sem deixarem de cumprir com as obrigações elementares do dia a dia. Elas têm consciência da importância do emprego enquanto um meio para atender suas próprias necessidades, mas inventam estratégias eficientes (já que representam pouco risco) para lidar com os enfrentamentos diários. Além disso, a resistência tem um papel importante na construção da autonomia e do equilíbrio de forças na relação. É como se as estratégias implicassem na sensação de que “sou explorada, mas também sei tirar vantagens”, algo recorrente nas falas das entrevistadas, de um modo ou de outro.

As relações de exploração e o sentimento de servilismo foram colocados por muitas trabalhadoras como antagônicas à relação de afeto percebida:

[...] tem gente que diz que gosta (da empregada), mas não tem pena nenhuma na hora de tirar o couro, de espichar a gente [...] (Roberta, 25 anos, empregada mensalista).

Na maioria das vezes, o caráter intensivo e extensivo das atividades foi percebido como uma característica do emprego doméstico, mas também foi encarada como prática abusiva que depende muito do perfil das/dos patrões/patrões e da trabalhadora. É algo que se constrói num jogo de domínio e poder cujas variações dependem dos participantes. Daí a noção de que há “emprego bom e emprego ruim... a empregada tem culpa também (pela exploração)”, afirma Cristina.

Através da perspectiva de continuidade e sucessão temporal captamos, por meio dos depoimentos, o passado como dimensão mais acentuadamente marcada pela *imposição do servir* e pela resignação. Uma espécie de etnografia da memória viabilizada, sobretudo, a partir das mulheres que somam décadas de experiência no serviço doméstico – abre caminho para uma reflexão sobre as mudanças ocorridas, tanto no plano social quanto nos domínios subjetivos dos atores/atrizes implicados (as). Mudanças que assumem formas de resistências.

De fato, como diria Sennett (2001), é como se o oprimido tomasse consciência do seu papel ativo no processo de dominação/exploração e a partir disso desejasse romper com os alicerces de suas correntes: “Tem patrão que gosta de fazer a gente de escrava, mas aí depende de a gente aceitar ou não, depende de mudar as coisas... muitas vezes é culpa da gente mesmo... eu me imponho”, resume Cristina.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Procuramos, nesta dissertação, ampliar a discussão sobre o serviço doméstico remunerado e as relações que se desenvolvem entre patroas/patrões e empregadas. Os caminhos traçados para atingir este objetivo foram desenhados a partir de entrevistas semiestruturadas (foco especial nos assuntos relacionados ao tema) realizadas com trabalhadoras da Região Metropolitana do Recife. Contamos com **15 (quinze)** depoimentos e encontramos um número variado de vínculos empregatícios e de experiências/vivências em torno do trabalho: empregadas mensalistas, diaristas, profissionais desempregadas e ex-trabalhadora doméstica em nova ocupação.

Consideramos de modo particular as relações entre empregadas e patroas/patrões a partir da visão das profissionais, centrando nossas atenções nas falas, nas trajetórias de vida e nas ambivalências inerentes à atividade sublinhadas nos depoimentos. Vislumbramos, desse modo, em diferentes níveis, um misto de sentimentos de afetividades, alianças e de servilismo – fruto, em boa medida, do convívio diferenciado e da exploração intensiva e extensiva que assinalam a profissão. Uma das principais queixas apresentadas dizia respeito à jornada de trabalho ainda não regulamentada.

Definido socialmente como espaço feminino, o serviço doméstico (remunerado e não remunerado) é quase sempre atribuído às mulheres. Foi possível verificar a dupla jornada fisicamente e emocionalmente desgastante, já que a atividade, na maioria dos casos observados, afeta a autoestima das profissionais. O trabalho (remunerado e gratuito) parece carregar um “peso” que se encontra associado à intensificação da fadiga e ao tipo de serviço demandado.

Embora só tenhamos encontrado um caso da condição “filha-aprendiz” entre as entrevistadas – onde meninas são iniciadas na profissão pelas mães trabalhadoras domésticas -, Ávila (2009) chama a atenção para a perpetuação da atividade em mãos femininas. Dessa forma, a família constitui um meio primordial (e eficiente) na transmissão material e simbólica que informa os papéis tradicionais de

gênero. Os saberes passados de mães para filhas ajudam a construir os sentidos atribuídos à domesticidade.

É importante ressaltar que a tendência atual é verificar a multiplicidade de experiências e dos caminhos disponíveis para as realizações pessoais. Não há, portanto, uma **unicidade** de comportamento feminino desejado ou celebrado na contemporaneidade. Destacamos apenas que ao ganhar contornos de fatalidade, responsabilidade inescapável da *mulher*, o serviço doméstico deixa de ser uma escolha e passa a aprisionar.

Outro traço cultural que implica em discriminação, foco principal de nossas observações, está relacionado ao imaginário brasileiro forjado pelos longos anos de escravidão, que contribuiu para caracterizar em nossa tradição o *menosprezo pelo uso das mãos* (FRANCO, 1997). Sintomáticas as impressões do viajante inglês John Loccock - narradas por Casagrande (2008) -, diante do Rio de Janeiro do século XIX. O visitante registrou todo o seu estranhamento ao verificar a recusa de moradores brancos a fazer os mais simplórios esforços físicos nas ruas, como carregar um objeto, evitando demonstrações públicas que remetessem às atribuições típicas dos/das escravos/escravas.

Quando os Direitos Trabalhistas foram inicialmente estabelecidos no país (em 1943), pouco mais de cinco décadas separavam o Brasil da escravidão institucionalizada. Ou seja, “boa parte dos (as) trabalhadores (as) domésticos (as) que testemunharam a consolidação do Estado novo haviam nascido escravo ou eram descendentes de escravos”. (CASAGRANDE, 2008). Marcas de um mundo recente, escravagista, se encontravam ainda muito vivas e o serviço doméstico remunerado no país, até a década de 1960, era predominantemente realizado em troca de abrigo, vestuário e alimentação.

Obviamente não podemos ignorar as transformações aceleradas nas últimas décadas, frutos, em larga medida, do fortalecimento das profissionais enquanto categoria organizada. Mas, como bem observa aquele autor, em nosso modelo socioeconômico, a qualificação em lei da atividade como “não lucrativa” - contrapondo-lhe a noção generalizada de complexidade e ganho material -, não apenas confirma a inexistência do lucro direto, mas atribui um sentido de marginalidade e inferioridade ao trabalho doméstico.

A percepção das discriminações associadas à profissão esteve presente nas falas da maior parte das profissionais ouvidas e representaram vivências inscritas no passado ou na atualidade. Foram recorrentes frases do tipo: “quando digo que sou doméstica...” nos desabaços que envolviam humilhações e preconceitos.

É importante ressaltar que o vínculo mensalista esteve mais frequentemente associado à ideia de preconceito. As diaristas expressaram uma visão mais positiva do trabalho, percebendo na modalidade maior reconhecimento e autonomia. Estas profissionais têm “clientes, não patrões”, como afirmou repetidas vezes uma entrevistada. “Ser diarista”, em oposição à empregada mensalista, favorecia a afirmação e a exibição do autodomínio.

De uma perspectiva “evolucionista” da profissão, noções como autogestão das tarefas e dos usos do tempo fortalecem o sentimento de liberdade e contribuem para romper com a sensação de “dependência indecente” – presente em quase todos os relatos, em níveis diferentes - fruto, sobretudo, da experiência emprego/moradia. Os dados apontam a tendência de mudança com relação as modalidades mensalistas e diaristas.

Embora as mensalistas ainda sejam maioria, o número de diaristas tem crescido aceleradamente nos últimos anos em todas as regiões do país. (DIEESE, 2011). Para a maior parte das entrevistadas a percepção é de que a segunda modalidade irá predominar no futuro, ao mesmo tempo em que a profissão de mensalista se transformará numa ocupação mais valorizada, reconhecida e difundida entre as diversas classes sociais.

Discutimos o impacto negativo que a falta de uma regulamentação plena tem na autoestima das trabalhadoras. Não se trata aqui de valorizar o modelo fabril/Taylorista de contrato, nem de perceber no reconhecimento profissional a solução para todas as questões que envolvem preconceitos, discriminações e desigualdades sociais. Pelo contrário, para nós há neste processo, de exploração/regulamentação uma contradição essencial. Trata-se dos riscos trazidos pelas soluções paliativas capazes de mascarar uma situação de graves prejuízos. As medidas quando superficiais podem suavizar os desconfortos que poderiam proporcionar mudanças mais profundas nas relações recíprocas de trabalho.

Entretanto, não podemos desconsiderar os efeitos nocivos que a inexistência de uma regulamentação plena (o reconhecimento institucional) tem na autoestima das profissionais (ao menos para as que foram ouvidas). Todas as participantes expressaram indignação com relação ao tratamento diferenciado que a profissão recebe por parte das leis e atribuíram a esta condição, causa e, ao mesmo tempo, efeito dos preconceitos sociais de um modo geral.

O trabalho doméstico carrega um estigma social difícil de ser simplesmente compensado com aumento de salário ou garantias extraordinárias advindas das negociações informais. As discriminações estão fortemente alicerçadas nos domínios culturais. Os processos de superação dos modelos tradicionais de organização, movidos pelas agências modernizadoras que impõem a questão da profissionalização -, encontram obstáculos nas sutilezas ideológicas que contribuem para a naturalização do servir.

As marcas da Casa Grande e Senzala de Freyre (1967) sobreviveriam em nosso imaginário por muitas décadas ainda. Hoje a hierarquia espacial no interior dos lares desvela (ainda que o modelo emprego/moradia esteja desaparecendo) resquícios da lógica que contribuiu para dar sentido ao quarto da empregada. Este modo de habitar era muito comum até meados da década de 1990 e se revela um mecanismo eficiente para as atualizações de classe nos circuitos domésticos.

Percebemos as ambivalências presentes nos relatos marcados por emoções antagônicas como a necessidade de proteção e de liberdade e o anseio pelo duplo compromisso: afetivo e formal. Refletindo sobre as imagens dominantes da autoridade, Sennett (2001) discute as condições que favorecem as relações patriarcais. O autor explica que de um lado encontra-se a imagem da autoridade protetora e no polo oposto localiza-se o ser aparentemente obediente, mas ávido pelo autodomínio.

Uma das formas de reclamar essa autonomia apoia-se na indiferença deliberada por parte do dominado com relação às demandas daqueles que exercem o poder de mando. Constatamos menosprezos generalizados assumidos como esforço de resistência cotidiana e de autodefesa diante das desigualdades sociais.

As circunstâncias que envolvem o emprego doméstico demandam trocas de natureza afetiva e material num jogo de domínio simbólico que nos remete as considerações defendidas por Mauss (1974) acerca da circulação de bens: condição fundamental das relações sociais, mas também um processo eficiente para as estratégias de manutenção de status e poder.

A intensidade das trocas extraordinárias encontra-se, na percepção das trabalhadoras, proporcionalmente relativa à intensidade dos laços afetivos e das alianças. São negociações pouco comuns numa relação de trabalho mais formal. Assim como ocorreu com Brites (2007), esta realidade constitui um problema para nossas análises inicialmente apoiadas nas contradições inerentes ao tratamento não profissionalizante enquanto meio de dominação simbólica eficiente. Como enfrentar esta questão sem recorrer à noção de anacronismo?

Sobre isso, algumas sugestões de Coelho (2006) apontam caminhos fundamentais para esta reflexão que será apresentada num breve comentário. Se tomarmos o termo presente no sentido ampliado, considerando formas imateriais de dádiva: favores, serviços e mesmo as emotividades como a gratidão; perceberemos que as trocas se tornam mais “equilibradas” entre os sujeitos implicados.

Se, por um lado, existe algo de coercitivo na doação de presentes por parte dos/das patrões/patroas, as retribuições das trabalhadoras – traduzidas frequentemente em maior presteza -, não sinalizam simplesmente a confirmação da servidão resignada diante de uma hierarquia evidente. Mas significariam estratégias de sobrevivência e a confirmação de uma boa relação num circuito onde o poder de barganha das empregadas domésticas se funda na percepção de suas “indispensabilidades”. Desse modo, estabelece-se um jogo cotidiano que envolve negociações, forças e interesses.

As mudanças nas configurações do emprego doméstico, aceleradas nas duas últimas décadas, têm promovido o aumento de pesquisas sobre o tema nas diversas áreas do saber. Alguns trabalhos apontaram as facetas “arcaicas” desta atividade profissional (SANCHES, 1998; LANNA, 1995) bem como as raízes da profissão no Brasil, investindo numa abordagem histórico-cultural (GRAHAM, 1992, AZERÊDO, 2002; entre outras). Outras produções privilegiaram as relações entre empregadas domésticas e patroas, a partir das noções-chaves da divisão social (gênero,

raça/etnia e classes) (BRITES, 2000; ÁVILA, 2009; KOFES, 1989). No entanto, as discussões sobre as ambivalências que assinalam a profissão no país estiveram presentes quase todas as produções.

Há algumas décadas as associações de empregadas domésticas vêm procurando alertar suas filiadas sobre as contradições inscritas nas relações informais de trabalho e no tratamento discriminatório da categoria. Os debates atuais têm exibido a vontade de mudança nas falas das profissionais. Talvez a superação dos preconceitos represente o maior desafio para o exercício digno da profissão.

Esta dissertação não se finda por apontar culpados, nem por *demonizar* patroas ou tratar as empregadas domésticas como incapazes, mesmo porque as profissionais se mostraram suficientemente conscientes de suas “indispensabilidades” nos jogos de negociações diárias. Procuramos antes apresentar as tramas que se desenvolvem no emprego doméstico, atentas às perspectivas de um processo histórico que contribui para a sobrevivência de modos arcaicos de dominação/exploração.

Fica evidenciado que rupturas e permanências parecem compor um mesmo caminho, ou seja, as permanências só fazem sentido mediante as possíveis rupturas, frutos da dinâmica da história, da vida e da ação humana em sociedade.

REFERÊNCIAS

ACIOLI, Vara Lúcia C.; MONTENEGRO, Antônio T.; NETO, Regina Beatriz G. (orgs.). **História, cultura trabalho**: questões da contemporaneidade. Recife: Editora Universitária, 2011.

AGUIAR, Neuma. (org.) **Hierarquias em classes**: textos básicos de ciências sociais. Rio de Janeiro: Zahar, 1974.

ARANTES, A. A. Pais, padrinhos e o Espírito Santo: um reestudo do compadrio. In.: ARANTES, A. A. et al. **Colcha de Retalhos**: estudo da família no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1982

ÁVILA, Maria Betânia de Melo. **O tempo do trabalho das empregadas domésticas. Tensões entre dominação/exploração e resistência**. 2009. Tese (Doutorado) - Departamento de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2009.

AZEVEDO, Wânia Machado de. **Análise da Integração entre Qualidade de Vida no Trabalho e Qualidade de Vida Total**: o caso das empregadas domésticas com e sem qualificação – Governador Valadares/MG. 2004. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Viçosa, Minas Gerais, 2004.

BARBOSA, Fernando C. **Articulação casa trabalho: migrantes nordestinos nas ocupações de empregada doméstica e empregado de edifício**. 2000. Dissertação (Mestrado) - Universidade Fluminense, Rio de Janeiro, 2000.

BASTOS, Fernando F. **Empregados domésticos**. 2003. Dissertação (Mestrado) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP, São Paulo, 2003.

BAUMAN, Zygmunt. **Identidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

BRITES, Jurema. **Afeto, desigualdade e rebeldia – bastidores do serviço doméstico**. 2000. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2000.

_____. Jurema. Afeto e desigualdade: gênero, geração e classe entre empregadas domésticas e seus empregadores. **Cad. Pagu**, São Paulo, n. 29, p. 91 – 109, 2007.

_____. Jurema. Serviço Doméstico: elementos políticos de um campo desprovido de ilusões. **Campos**, Curitiba, n. 3, p. 65 – 82, 2003.

BORON, Atilio A.; AMADEU, Javier; GONZALEZ, Sabrina (Orgs.). **A teoria marxista hoje**: problemas e perspectivas. São Paulo: CLACSO Expressão Popular, 2007.

BOURDIEU, Pierre. “Condição de classe e posição de classe”. In: Aguiar, Neuma (Org.) **Hierarquias em classes**. Rio de Janeiro: Zahar, 1974

_____. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

BRANDT, Maria Elisa Almeida. **O conflito entre empregadores domésticos e a atuação do sindicato: os sentidos da mediação**. 1998. Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 1998.

_____. **Minha área é casa de família: o emprego doméstico na cidade de São Paulo**. 2004. Tese (Doutorado) - Universidade de São Paulo – USP, São Paulo, 2004.

BRUSCHINI, Cristina; LOMBARDE, Maria Rosa. A bipolaridade do trabalho feminino no Brasil contemporâneo. **Cad. Pesq.**, Rio de Janeiro, n.110, p. 67-104, jul. 2000.

CARDOSO, Adalberto. **A construção da sociedade do trabalho no Brasil**: uma investigação sobre as persistências secular das desigualdades. Rio de Janeiro: FGV, 2010.

CARMO, Valdivina do. **Empregado doméstico**: uma análise sobre os seus direitos trabalhistas. Rio de Janeiro: Universidade Gama Filho, 2004.

CASAGRANDE, Cássio. Trabalho doméstico e discriminação. **Boletim CEDES [on-line]**, Rio de Janeiro, set. 2008. Disponível em: <http://www.cedes.iuperj.br>. Acesso em: 26 set. 2011.

CASTEL, Robert; WANDERLEY, Luiz Eduardo W.; WANDERLEY, Mariângela B. **Desigualdade e a questão social**. São Paulo: Editora da PUC, 2004.

COELHO, Maria Cláudia. **O Valor das Intenções**: dádiva, intenção e identidade. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

COELHO, Renata Gonçalves de Holanda. **O discurso da empregada doméstica**: uma leitura semiótica de peças jurídicas. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2005.

CORRÊA, Lilia Modesto Leal. **Saneantes domissanitários e saúde um estudo de exposição das empregadas domésticas**. 2005. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.

CUNHA, Maria Olívia G. da; Gomes, Flávio dos Santos. **Quase cidadão**: histórias e antropologia da pós-emancipação no Brasil. Rio de Janeiro: FGV,

DALBOSCO, Eduardo. **O trabalho informal no Brasil**: análise, conceito, pesquisa e impactos sociais. 2000. Dissertação (Mestrado) - Universidade de Brasília, Brasília, 2000.

DAMATTA, Roberto. **A Casa & a Rua**: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil. Editora Rocco, Rio de Janeiro, 1997.

DIAS, Edgar R. **O que é viver com os patrões? Trabalho e cidadania das empregadas que moram com os patrões**. 2007. Dissertação (Mestrado) - Centro Universitário Euro Americano – Direitos Humanos, Cidadania e Violência – UNIEURO, Brasília, 2007.

DIOGO, Maria Fernanda; Maheirie, Kátia. Alguns sentidos atribuídos ao trabalho doméstico por serventes de limpeza. **Cad. Píscol. Soc. Trab.**, São Paulo, v. 11, n. 2, dez. 2008.

DRUK, Graça; FRANCO, Tânia (Orgs.). **A perda da razão social do trabalho: terceirização e precarização**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007.

DUBAR, Claude. **A socialização: construção das identidades sociais e profissionais**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

ECKERT, Cornelia. Etnografia de rua: estudo de antropologia urbana. **Rua**, Campinas, v. 9, p. 101- 127, 2003.

FEDIUK, Marínea Maria. **Empregadas domésticas gestantes: os sentidos da maternidade**. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005.

FEDIUK, Marínea Maria; Toneli, Maria Juracy Figueiras. Empregadas domésticas: uma revisão da Literatura brasileira. Disponível em http://www.psicoespacovida.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=110:artigo-de-revisao-de-literatura-revista-psi-da-uel&catid=44:marinea-maria-fediuk&Itemid=108. Acesso em 02 de abril de 2011.

FERREIRA, Jorgetânia da Silva, **Memória, história e trabalho: experiências das trabalhadoras domésticas em Uberlândia**. 2000. Dissertação (Mestrado) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2000.

FRANCO, Maria Sylvia C. F. **Homens livres na ordem escravocrata**. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997.

FREYRE, Gilberto. **Casa Grande e Senzala: introdução à história da sociedade patriarcal no Brasil**. Rio de Janeiro: livraria José Olympio Editora, 1967.

GRAHAM, Sandra Lauderdale. **Proteção e obediência, criadas e seus patrões no Rio de Janeiro 1860 – 1910**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1999.

GRILL, Monica. Etnicidade e cultura política no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v.10, n.28, jun.1995.

GOFFMAN, Erving. **Estigma-Notas sobre a Manipulação da Identidade deteriorada**. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.

HARRIS, David E. **Você vai me servir: desigualdade, proximidade e agência nos dois lados do Equador**. 2008. Dissertação (Mestrado) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

HIRATA, Helena. Trabalho doméstico: uma servidão voluntária? In: GODINHO, Tatau, SILVEIRA, Maria Lúcia da. (Orgs.). **Políticas e igualdade de gênero**. São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher, 2004.

IANNI, Octavio. **As metamorfoses do escravo**: apogeu e crise da escravatura no Brasil meridional. 2.ed. São Paulo: Hucitec; Curitiba: Scientia et Labor, 1988.

JACQUET, Christine. Urbanização e emprego doméstico. **Rev. Bras. Ciências Sociais**, São Paulo, v.18, n. 52, p.163-184, jun. 2003.

KLAUSS. **A nova política de classes**. Tradução A. M. Sallum. Bauru: EDUSC, 2002.

KOFES, Maria Suely. Entre nós mulheres, elas as patroas e elas as empregadas. In: KOFES, Maria Suely et al. **Colcha de Retalhos**: estudos sobre a família no Brasil. São Paulo, Brasiliense, 1989.

_____. **Diferença e identidades nas armadilhas da igualdade e desigualdade: interação e relação entre patroas e empregadas domésticas**. 1990. Tese (Doutorado) – Departamento de Antropologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo – USP, 1990.

LANNA, Marcos. **A Divina Divina**: troca e patronagem no Nordeste brasileiro. Campinas: Editora da UNICAMP, 1995.

LARAIA, Ricardo Regis. **As lacunas decorrentes da inaplicabilidade da CLT aos domésticos e os critérios para sua solução**. 2004. Dissertação (Mestrado) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2004.

LEONE, Eugênia T.; BALTAR, Paulo. A mulher na recuperação recente do mercado de trabalho brasileiro. **Rev. Bras. Estud. Popul.**, São Paulo, v.25, n.2, p. 233 – 249, dec. 2008.

LISBOA, Teresa K. Fluxos migratórios de mulheres para o trabalho reprodutivo: a globalização da assistência. **Rev. Est. Fem.**, Florianópolis, v.15, n. 3, p. 805 – 821, dec. 2007.

MARTINS, José de Souza. A diferença contra a desigualdade: as identidades sociais dinâmicas. In: CAVALCANTI, Josefa Salete B.; Weber Silke; Dwyer Tom (Orgs.) **Desigualdade, diferença e reconhecimento**. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2009. p.57.

MAUSS, Marcel. Ensaio sobre a Dádiva: força e razão da troca nas sociedades arcaicas. In: _____. **Sociologia e Antropologia**. São Paulo: EPUD/EDUSP, 1974.

MENEGHEL, Fernando. **Escala Doméstica**. 2007. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007.

MOORE, Henrietta. **A Passion for Difference**: Essays in Anthropology and Gender. Cambridge: Polity Press; Oxford: Blackwell, 1994.

NASCIMENTO, Carlos Alves do. Pluriatividade, pobreza rural e serviço doméstico remunerado. **Rev. Econ. Sociol. Rural, Brasília**, v.42, n.2, p.341-364, jun. 2004.

NETTO, Edméia C. **Empregada doméstica: a construção do seu cotidiano no mundo urbano a partir da migração do campo**. 2005. Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita, São Paulo, 2005.

_____. OLIVEN, Ruben G. **A parte e o todo: a diversidade Cultural no Brasil - Nação**. Petrópolis,RJ: Vozes, 1992.

OLIVEIRA, Eleonora M. **A mulher, a sexualidade e o trabalho**. São Paulo: Hucitec, 1999.

OLIVEIRA, Emanuela Patrícia de. **Cursos para trabalhadoras domésticas: estratégias de modelagens**. 2007. Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2007.

OLIVEIRA, Raquel Barros de. **Conflitos sobre a categoria emprego doméstico: entre (in)definições, lutas e mudanças**. 2009. Dissertação (Mestrado) - Universidade Cândido Mendes, Rio de Janeiro, 2009.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. **Identidade, etnia e estrutura social**. São Paulo: Pioneira, 1976.

PARRA. Jânio L. **Jornada de trabalho do emprego doméstico no Brasil**. 2004. Dissertação (Mestrado) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2004.

PINEYRO. Fabian J. **O pedaço doméstico: empregadas domésticas na luta pelo reconhecimento**. 2009. Dissertação (Mestrado) - Fundação Universidade Federal de Sergipe, Aracaju, 2009.

RESENDE, Patrícia Cappuccio de. **Modos de Participação de empregadas domésticas nas culturas do escrito**. 2008. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008.

REX, John. **Raça e Etnia**. Lisboa: Estampa, 1988.

RONCADOR, Sônia. **A doméstica imaginária**. Literatura, testemunhos e a invenção da empregada doméstica no Brasil (1889 – 1999). Brasília, DF: Editora Universitária, 2008.

SAFFIOTI, Heleieth I.B. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Perseu Abramo, 2004.

SAITO, Katia T. **Mobilidade e consequência de longo prazo do serviço doméstico no Brasil**. 2008. Dissertação (Mestrado) - Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2008.

SALES, Eliane C. **Trabalho doméstico e sintomas de depressão e ansiedade**. 2001. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2001.

SANCHES, Maria Aparecida P. **Fogões, pratos e panelas: práticas e relações de trabalho doméstico, Salvador 1900-1950**. 1998. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1998.

SANTANA, Juliana N. **Entre os discursos, as representações e as práticas: crianças e jovens empregadas domésticas na cidade de Marília**. 2009. Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, São Paulo, 2009.

SANTANA, Munich V. **As condições e o sentido do trabalho doméstico realizado por adolescentes que residem no local de emprego**. 2003. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2003.

SANTANA, Vilma S. et al. Emprego em serviços domésticos e acidentes de trabalhos não fatais. **Rev. Saúde Pública**, São Paulo, v. 37, n. 1, p. 65-74, 2003.

SCOTT, James C. Formas cotidianas da resistência camponesa. **Raízes: Rev. Ciências Sociais e Econômicas**, Campina Grande, v. 21, n.1, p. 10-31, jan./jun. 2002.

SENNETT, Richard. **Autoridade**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SILVA, Marcia Regina de Lima. **Serviço de “branco”, serviço de “preto” Um estudo sobre cor e trabalho no Brasil Urbano**. 2001. Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2001.

SILVA, Odinaldo da Costa. **Domésticas – o filme**: um estudo de recepção com profissionais do Distrito Federal. 2007. Dissertação (Mestrado) - Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

SOARES, Maria da Conceição C. **A doutrina da proteção integral e o trabalho doméstico**: o caso da adolescente sob guarda. 2006. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Belém, 2006.

SORATTO, Lúcia Helena. **Quando o trabalho é na casa do outro**: um estudo sobre empregadas domésticas. 2006. Tese (Doutorado) - Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

SORJ, Bila. Percepções sobre esfera separada de gênero. In: ARAÚJO, Clara; ACALON, Celi (Orgs.). **Gênero, família e trabalho no Brasil**. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

SOUZA, Flávia F. de. **Para a casa de família e mais serviços**: o trabalho doméstico na cidade do Rio de Janeiro no final do século XIX. 2009. Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

SOUZA, Leda Maria T. **Dependência da empregada**: o espaço da exclusão. 1991. Tese (Doutorado) – Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1991.

SOUZA, Ranniery Mazzily S. de. **O trabalho doméstico em Manaus** – do Ethos ao contrato e condição humana. 2005. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2005.

STRATHERN, Marilyn. **O gênero da dádiva**: problemas com as mulheres e problemas com a sociedade na Melanésia. Campinas, São Paulo: Unicamp, 2006.

TESSAROTTO, Joselita de Oliveira. **Direito do trabalho e cidadania: referencial empírico para uma teoria de reconhecimento do trabalho da dona de casa e seus desdobramentos ocupacionais**. 2002. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2002.

THEODORO, Maria Isabel Accoroni; SCORZAFAVE, Luiz Guilherme. Impacto da redução dos encargos trabalhistas sobre a formalização das empregadas domésticas. **Rev. Bras. Econ.**, Rio de Janeiro, v.65, n.1, p. 93-109, mar. 2011.

WEBER, Max. **Ensaio de Sociologia**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1982.